



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO**

Flavia Batistela Tonin Gonzalez

**Bem-estar animal na mídia: análise de uma década em
revistas de jornalismo rural**

**Campinas,
2015**

Flavia Batistela Tonin Gonçalez

**Bem-estar animal na mídia: análise de uma
década em revistas de jornalismo rural**

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural na área de concentração de Divulgação Científica e Cultural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Simone Pallone de Figueiredo

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pela aluna Flavia Batistela Tonin Gonçalez e orientada pela Profa. Dra. Simone Pallone de Figueiredo.

**Campinas,
2015**

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

G586b Gonçalez, Flávia Batistela Tonin, 1980-
Bem-estar animal na mídia : análise de uma década em revistas de
jornalismo rural / Flávia Batistela Tonin Gonçalez. – Campinas, SP : [s.n.],
2015.

Orientador: Simone Pallone de Figueiredo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Estudos da Linguagem.

1. Divulgação científica - Brasil. 2. Jornalismo - Brasil - Periódicos. 3.
Comunicação no desenvolvimento rural. 4. Economia agrícola. 5. Bem-estar. I.
Figueiredo, Simone Pallone de. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Animal welfare in the media : a decade research in rural journalism magazines

Palavras-chave em inglês:

Scientific divulgation - Brazil

Jornalism - Brazil - Periodicals

Communication in rural development

Agricultural economics

Well-being

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestra em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Mateus José Rodrigues Paranhos da Costa

Maria da Graça Conde Caldas

Pedro Eduardo de Felício

Vera Regina Toledo Camargo

Data de defesa: 31-08-2015

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

BANCA EXAMINADORA:

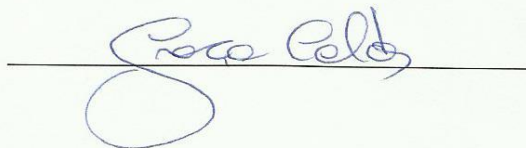
Simone Pallone de Figueiredo

Simone Pallone de Figueiredo

Mateus José Rodrigues Paranhos da Costa



Maria das Graças Conde Caldas



Pedro Eduardo de Felício

Vera Regina Toledo Camargo

Para

Dora e Lucas

Agradecimento

A Deus criador de todos os seres e presente constantemente com sua luz e carinho em todas as etapas da minha vida e da confecção desse trabalho.

Aos meus pais, Helena e Paulo Tonin, que sempre me ensinaram a respeitar os animais e, sem medir esforços, me ajudaram a chegar ao final dessa etapa.

A Disnei Gonzalez, meu marido, que me incentivou e me apoiou a começar e a terminar essa pesquisa e compreendeu, com amor, todas as minhas ausências.

A minha orientadora, Simone Pallone de Figueiredo, pelos ensinamentos, pelas reflexões, pelo incentivo, pela paciência e pela compreensão.

À banca examinadora que prontamente atendeu ao pedido e foi muito importante para a qualidade desse trabalho.

Aos professores do programa que proporcionaram muitas reflexões e transformaram, mais uma vez, a minha forma de fazer jornalismo e divulgação científica. Aos colaboradores do Labjor pelo carinho de sempre.

À professora Mônica Macedo por ter mostrado, na graduação, a importância da pesquisa e pelo incentivo no início desse trabalho.

Ao editor da *Revista CFMV*, Ricardo Junqueira Del Carlo, pelo apoio, sugestões e participação nesse trabalho.

Ao presidente do CFMV, Benedito Fortes de Arruda e aos colegas do CFMV pelo apoio a esta etapa de estudo.

À professora Carla Molento pelo apoio e incentivo

À Comissão de Ética, Bioética e Bem-estar Animal do CFMV, gestão 2011-2014, pelos ensinamentos e apoio.

Aos editores e diretores das revistas *DBO*, *Globo Rural* e *Dinheiro Rural* que não mediram esforços para a colaboração.

Aos familiares, Ottoni, Santana, Elidia, Maria Odete, Brian, Maria Cristina e Lígia Maria que me ajudaram prontamente.

À família e a todos os amigos que direta e indiretamente estiveram presentes com sugestões, análises, paciência e compreensão.

Resumo

No mundo, é crescente a valorização do conceito do bem-estar animal baseando-se em motivações éticas e comerciais. No Brasil, as pesquisas sobre o bem-estar de animais de produção existem desde os anos 80, mas foi na última década, por interesse da indústria, pressão internacional e despertar dos consumidores que a mídia especializada em jornalismo rural identificou a importância do tema. Nesse contexto, utilizando-se da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009), este estudo verificou como foi feita a divulgação e qual foi a evolução do tratamento midiático dado ao tema durante dez anos (2004 a 2013), considerando os enfoques científico, econômico, político e ético. Também foi feita uma contextualização sobre o jornalismo rural, evidenciando seu papel de divulgador da ciência, a partir das reportagens sobre bem-estar animal. Como referência para o estudo foram escolhidas três revistas especializadas em jornalismo rural (*Globo Rural*, *Dinheiro Rural* e *DBO*), de distribuição nacional, sendo, inclusive, as únicas auditadas pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) na categoria rural. Com base na produção científica sobre a questão do bem-estar animal, foi feita uma comparação do interesse da mídia e da comunidade científica no período. No mapeamento de 340 edições, o tema bem-estar animal foi citado em 215 unidades jornalísticas (reportagens, editoriais, artigos, notas, etc.), destacando-se a publicação de 132 reportagens. Dentre os resultados, constatou-se que a relação com a ciência é presente majoritariamente nos textos, revelando-se na divulgação de pesquisas, processos, manejos, mecanismos e técnicas para benefício dos animais, dos produtores, dos trabalhadores e do produto final. Os argumentos econômicos, também presentes, têm como fundamento os interesses comerciais que os produtores podem obter a partir da implantação das práticas de bem-estar animal, como redução de despesas, qualidade da carne e reconhecimento de mercado. Nas reportagens, as questões éticas e políticas foram pouco tratadas. Admite-se que a maior interlocução entre jornalistas e cientistas poderia gerar um trabalho mais intenso de divulgação de conceitos sobre bem-estar animal, de resultados de pesquisas na área, além de ampliar a rede de fontes. Espera-se que este estudo forneça informações para a melhor divulgação do tema na mídia, principalmente em veículos de grande circulação e que ajudem a tornar a questão conhecida por toda a sociedade.

Palavras-chave: comunicação, divulgação científica, jornalismo rural, agronegócio, bem-estar animal.

Abstract

The valorization of animal welfare question based on ethic and commercials motivations has been increasing in the world. In Brazil there have been researches about raising animal welfare since the 80s, but just in the last decade, because of industry, international pressure and consumer awaking that the rural journalism identified the problem. For this context, using the Content Analysis (BARDIN, 2009) this study verified how to be told and how the media treats it and giving to the theme during ten years (2004 to 2013) considering the scientific, economic, political and ethics focus on it. It was also done a context about the rural journalism, showing its importance in divulgating the science starting from the animal welfare article. Three specialized magazines were chosen in rural journalism (*Globo Rural*, *Dinheiro Rural* and *DBO*) in national distribution, being the only ones audited by the Verifying of Circulation Institute (VCI) in rural category. Based on animal welfare, it was made a comparison between the media interest and the scientific community in that time. 340 editions were mapped and the animal welfare was referred in 215 journalistic units (newspapers report, editorials, articles, notes, etc), emphasizing 132 articles. Among the results, it was verified that the relation toward science is the majority in texts, what was revealed in the divulgation of the researches, processes, managements, mechanism and techniques for the benefit of animals, producers, workers, and final product. The economic arguments have as basis the commercial interest that the producers can get from the animal welfare practical establishes as expenses reduction, meat quality, and market recognition. In the articles, the political and ethics questions were little considered. Journalists and scientists could get a better job to spread concepts about the animal welfare if they exchange more information. Hopefully this study will provide more information to be published in the media, especially in the most known ones in society.

Key words: communication, researches' divulgation, rural journalism agribusiness, animal welfare.

LISTAS

QUADRO 1. Dados do perfil do leitor da revista <i>DBO</i>	18
QUADRO 2. Dados do perfil do leitor da revista <i>Globo Rural</i>	19
QUADRO 3. Categorias para classificação das reportagens sobre bem-estar animal publicadas em revistas especializadas em jornalismo rural.....	23
QUADRO 4. Categorias para enquadramento das reportagens sobre bem-estar animal publicadas em revistas especializadas em jornalismo rural considerando o enquadramento/ <i>frame</i>	24
QUADRO 5. Capas das revistas nas quais o bem-estar foi o tema principal.....	92
FIGURA1 - Número de artigos sobre bem-estar animal publicados nas bases de conteúdo científico <i>ScienceDirect</i> e <i>PubMed</i>	83
FIGURA2 – Número de artigos sobre bem-estar animal publicados em <i>Lilacs</i> e <i>SciELO</i>	84
FIGURA 3 – Número de grupos de pesquisa que declararam interesse por bem-estar animal, por ano de formação.....	85
FIGURA 4 – Número de unidades jornalísticas e reportagens das revistas <i>DBO</i> , <i>Globo Rural</i> e <i>Dinheiro Rural</i> que citaram bem-estar de 2004 a 2013.....	86
FIGURA 5 – Número de unidades jornalísticas que citaram palavra composta bem-estar, de 2004 a 2013, considerando a divisão entre as revistas <i>Globo Rural</i> , <i>DBO</i> e <i>Dinheiro Rural</i>	87
FIGURA 6 – Número de reportagens que citaram bem-estar animal na <i>Globo Rural</i> ...	88
FIGURA 7 – Número de reportagens que citaram bem-estar animal na <i>Dinheiro Rural</i>	89
FIGURA 8 – Número de reportagens que citaram bem-estar animal na <i>DBO</i>	91
TABELA 1. Setores responsáveis pelas revistas especializadas em jornalismo rural, fundadas a partir de 1929.....	51
TABELA 2. Número de revistas especializadas em jornalismo rural, por ano de fundação, e percentual que ainda está em circulação.....	52
TABELA 3. Publicação reportagens e participação do bem-estar por revista.....	92
TABELA 4 . Classificação das matérias de acordo com a fonte.....	102
TABELA 5. Classificação das matérias de acordo com o enquadramento.....	109

Sumário

Introdução	12
1 - Panorama.....	12
2 – Objetivos	14
2.1 - Objetivo geral.....	14
2.2 - Objetivos específicos	14
3 - Justificativa	14
4 - Metodologia e desenvolvimento da pesquisa	15
4.1 – A Análise de Conteúdo como ferramenta de estudo	15
4.2 – Caracterização da amostra	17
4.3 - Procedimentos da pesquisa	21
CAPITULO 1 Bem-estar animal.....	26
1.1 – A origem das regulamentações.....	26
1.2 - O conceito de bem-estar animal.....	31
1.3 – O bem-estar em diferentes graus.....	34
1.4 – Objetividade e indicadores	36
1.5 – Percepção do produtor, varejista e consumidor	38
1.6 – Papel e influência da mídia	43
1.7 – Relação com a ética e a moral.....	45
Síntese	48
CAPITULO 2 Jornalismo Rural e sua interface com a divulgação científica	50
2.1 – Estudos na área e a proximidade com a economia	56
2.2 - Caracterização do jornalismo científico	58
2.3 – A relação do jornalismo rural com a ciência vem de berço	60
2.4 - Cientistas nas redações rurais: um diferencial importante	62
2.5 - O que pautou a temática rural e os desafios dos dias atuais	65
2.6 – Características do jornalismo e especificidades do rural.....	67
2.6.1 - Fonte.....	68
2.6.2 - Linguagem.....	71
2.6.3 - Leitor.....	74

2.6.4 - Ausência de crítica no jornalismo especializado	76
2.6.5 – Relação entre jornalista e cientista	79
Síntese	81
CAPITULO 3 Resultados e discussão	82
3.1 – Pesquisa Quantitativa	82
3.1.1 - Pesquisa x mídia pelo viés quantitativo.....	82
3.1.2 - Frequência do bem-estar em cada revista.....	87
3.1.3 – Bem-estar nas capas das publicações.....	92
3.1.4 – Relação entre o tema e os autores das reportagens.....	93
3.2 – Análise qualitativa	95
3.2.1 – Detalhamento ano a ano.....	95
3.2.2 – Grau de importância	101
3.2.3 - Fontes	102
3.2.4 – Explicação científica.....	105
3.2.5 – Visão positiva ou negativa.....	107
3.2.6 – Enquadramentos	109
Síntese	117
Considerações finais	118
REFERÊNCIAS	122
Reportagens que fizeram parte da amostra e foram citadas.....	128
ANEXOS	131

Introdução

1 - Panorama

Há séculos, os animais representam fonte de recursos aos seres humanos para os mais diversos fins, desde o alimento, a companhia, o esporte, entre outros, porém, essa relação entre o ser humano e os animais está em constante mudança, sendo crescente a discussão sobre como ela se dá. No caso de animais de produção, por exemplo, cada vez mais são criticadas as práticas cruéis de produção, sendo crescente o questionamento pela busca desenfreada da produtividade e altos índices zootécnicos. É neste cenário que atua a ciência do bem-estar animal. Por meio do desenvolvimento de pesquisas científicas que consideram aspectos emocionais, de saúde e do comportamento natural, esta área interdisciplinar busca avaliar o estágio do bem-estar e sugerir alternativas para alcançar melhores índices de qualidade de vida do animal.

Pesquisas acadêmicas mostram que existe uma percepção pública sobre o tema e que o consumidor está disposto a pagar mais por um produto que garanta que sua produção seguiu as recomendações baseadas no conceito de bem-estar animal (BONAMIGO; BONAMIGO e MOLENTO, 2012; FRANCO, 2014) Além disso, há a expectativa de crescimento de consumidores conscientes de 5% a 7% ao ano até 2020 (SOUZA, 2011). A indústria identificou essa oportunidade de mercado e incentivou a produção com qualidade para que tenha produtos que atendam às legislações internacionais. Somado a isso, especificamente no Brasil, o tema é de extrema importância para a balança comercial e para o mercado internacional, pois o país é o maior produtor e exportador de carne bovina do mundo; maior exportador e terceiro maior produtor de carne de frango e quarto maior produtor e exportador e produtor de suínos do mundo (ANUALPEC, 2013), Além disso, cresce a conscientização do mercado consumidor, principalmente o europeu, que é importador de carnes. Ele possui regras rígidas de bem-estar para seus produtores e essas devem ser seguidas pelos mercados fornecedores.

Por fim, há o ganho do produtor que, ao aplicar as boas práticas de criação que promovem o bem-estar animal, soma benefícios como redução de contusões nos animais, maior aproveitamento da carne, menor número de acidentes, redução nos danos às instalações e melhoria do ambiente de trabalho e da satisfação dos trabalhadores,

entre outros. Esses resultados são exemplos de pesquisas relacionadas à ciência do bem-estar animal que no Brasil, iniciaram seus trabalhos na década de 80, avaliando comportamento animal e, desde então, o número de grupos com interesse pelo tema está em ascensão. No Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência de fomento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no banco de dados da área de Ciências Agrárias, existe o registro de 121 grupos de pesquisa com interesse no tema bem-estar animal¹. O número de publicações nos repositórios bibliográficos (*Lilacs*, *ScienceDirect*, *PubMed*, *SciELO*) também vem aumentando constantemente como mostra este trabalho.

Dentre os interlocutores entre a pesquisa e o campo, está o jornalismo rural, em parte representado pelas revistas especializadas. O jornalismo destinado ao campo existe no Brasil desde os tempos do Império, com a primeira publicação da área, *Auxiliador da Indústria Nacional*, datada de 1833. Desde então, surgiram cerca de 200 títulos de publicações especializadas, sendo que 42 publicações de caráter nacional continuam em circulação. Apesar dos números do segmento e sua tradição desconhece-se a importância do setor para o mercado jornalístico. Pouco se estuda sobre o tema, refletindo na incipiente literatura a esse respeito. Com características difusionista e extensionista, desde o início, o jornalismo rural preza pela divulgação de tecnologias e descobertas científicas. O jornalismo rural também tem um caráter educativo por disseminar tecnologias para o campo.

Aliando os dois interesses – jornalismo rural e o bem-estar animal – esta dissertação traz informações sobre como questões relativas ao bem-estar animal foram divulgadas na mídia especializada, em três revistas do setor, durante o período de 2004 a 2013. Pela falta de informações sobre o tratamento da imprensa, em especial das revistas especializadas que falam diretamente com o produtor ou empresário rural, o problema central abordado foi verificar como foi feita essa divulgação e qual foi a evolução do tratamento midiático dado ao tema. Também se tomou por referência o desempenho da produção científica sobre bem-estar animal, que foi crescente na década estudada, já que houve o aumento das pesquisas na área. Além disso, houve uma maior valorização e conscientização da questão por parte do consumidor no período de estudo.

¹ Pesquisa realizada em julho de 2013.

2 – Objetivos

2.1 - Objetivo geral

A partir da análise de três revistas especializadas em jornalismo rural pretende-se verificar como as questões referentes ao bem-estar animal foram tratadas no período de uma década, considerando, também, os enfoques científico, econômico, político e ético.

2.2 - Objetivos específicos

- 1) Traçar uma trajetória do jornalismo rural no Brasil, especialmente, das revistas especializadas e verificar seu papel na divulgação científica.
- 2) Contextualizar o tema bem-estar animal, relatando seu conceito, sua importância, o interesse da sociedade, da mídia e da comunidade científica no Brasil.
- 3) Identificar o número de publicações da comunidade científica que citaram o tema e comparar com a evolução do interesse do bem-estar animal pelas revistas especializadas em jornalismo rural.
- 4) Averiguar, nos textos que citam o bem-estar animal, se há argumentos técnicos e científicos que possam caracterizá-los como produtos que visem à divulgação científica.
- 5) Analisar eventual mudança e possíveis razões destas no tratamento midiático do tema no período de 2004 a 2013, considerando o cenário, os interesses e os aspectos econômicos, políticos, técnicos e científicos.
- 6) Refletir sobre o papel da mídia especializada e sua contribuição para a percepção pública do bem-estar animal.

3 - Justificativa

A economia brasileira tem 22% de seu Produto Interno Bruto baseado na produção rural ou agronegócio², o que demonstra a importância do setor rural para o País. Após os anos de 1970 aumenta a pressão do consumidor para que a produção considere as práticas que favoreçam o bem-estar animal, impactando no comércio

² PIB Agronegócio 2013, baseado no índice CEPEA/Esalq/USB e CNA. <http://cepea.esalq.usp.br/pib/>
Último acesso em 15/01/2015.

nacional e internacional de proteína de origem animal. A preocupação com o bem-estar animal tem suas raízes em questões éticas, morais e econômicas de cada sociedade. Cada vez mais as pessoas exigem produtos com garantia de origem e estão dispostas a valorizar o respeito às boas práticas de produção, por isso a importância do tema bem-estar animal.

As cadeias produtivas de carnes estão cientes desse novo perfil de consumidor e têm adotado medidas, muitas das quais iniciadas e motivadas pelas universidades e centros de pesquisa, para não perder o mercado. Pelo perfil do jornalismo rural, historicamente difusionista, extensionista e educativo, sabe-se que a divulgação científica das tecnologias relativas ao bem-estar animal também passa pelas revistas especializadas em agronegócio para que possam ser aplicadas no campo.

Esse setor, em sua história, já contou com cerca de 200 títulos de revistas especializadas em jornalismo rural, movimentando o mercado jornalístico desde a época do Império, porém, encontram-se poucos estudos que analisam e contribuam para o jornalismo rural e pouco se sabe sobre a divulgação do bem-estar animal na mídia brasileira.

4 - Metodologia e desenvolvimento da pesquisa

4.1 – A Análise de Conteúdo como ferramenta de estudo

A metodologia de estudo foi a Análise de Conteúdo (AC), tendo como principal fonte o trabalho da pesquisadora francesa Laurence Bardin (2009). A AC permite a avaliação sistemática do que se pretende pesquisar e possibilita analisar o objeto por período longo. O terreno, funcionamento e objetivo da análise de conteúdo podem ser resumidos em:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos em objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 44).

É considerada uma técnica híbrida que reúne informações estatísticas e a análise qualitativa dos materiais. Ela oscila entre esses pólos, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador

(FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 285). Dentre os métodos existentes, a AC cumpre com os requisitos de sistematicidade e confiabilidade.

Por outro lado, críticos da AC evidenciam que há uma tendência à quantificação, isso também por causa de sua relação com o positivismo, cuja principal característica é a valorização das ciências naturais como paradigma de cientificidade. Bardin responde dizendo que a “atitude interpretativa continua em parte a existir na análise de conteúdo, mas é sustentada por processos técnicos de validação”. Sua associação com o aspecto quantitativo também se deve ao fato da técnica ter se consolidado nos Estados Unidos, no século XX, como uma reação à análise de texto excessivamente subjetiva (FONSECA JÚNIOR, 2005, p. 281).

Para a proposta deste projeto, o método consagrado em análises de mídia torna-se pertinente porque permite quantificar características e tendências, apontar implicações qualitativas e fazer interpretações sobre os problemas verificados no período de uma década. Com a AC é possível ganhar em abrangência do estudo e avaliar períodos mais longos ou maior quantidade de material. Para a AC os documentos do *corpus* devem considerar as regras de exaustividade (inclusão de todos os documentos relativos ao assunto pesquisado e período analisado) e representatividade suficiente da amostra; homogeneidade (documentos da mesma natureza e gênero, no caso reportagens de revistas especializadas) e a pertinência, ou seja, documentos relacionados ao objetivo do estudo (FONSECA JUNIOR, 2005; BARDIN, 2009).

Neste trabalho, as unidades de registro foram as reportagens sobre o bem-estar animal nas revistas *DBO*, *Globo Rural* e *Dinheiro Rural*. O contexto é o momento social, político e econômico, no qual foi observado o maior interesse pelo tema por parte da comunidade acadêmica e do público consumidor.

Na AC são feitas as deduções dos aspectos implícitos por meio da inferência para extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada.

Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência (ou deduções lógicas) é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra (BARDIN, 2009, p. 39).

Por fim, as análises também recorreram a *agenda setting*, um modelo teórico do jornalismo no qual se percebe a interferência da mídia no agendamento e prioridade do receptor, em especial para questões políticas. A mídia passa a defender temas e visões cuja frequência continuada e cotidiana influencia no entendimento da audiência (PENA, 2005).

4.2 – Caracterização da amostra

A análise da veiculação do tema bem-estar animal na mídia especializada foi realizada em três revistas especializadas em jornalismo rural: *DBO*, *Globo Rural* e *Revista Dinheiro Rural*. Elas foram selecionadas por serem as três únicas do setor que são auditadas pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC) na categoria rural. Também por serem publicações de cobertura nacional, independentes de associação ou órgão de pesquisa público ou privado, de liderança e com distribuição mensal. Elas são direcionadas ao mesmo público, ou seja, produtores rurais ou empresários do agronegócio, responsáveis pela produção de alimentos de origem animal.

4.2.1 - Revista *DBO*

A revista *DBO* é a mais antiga dentre as analisadas. Surgiu em 1982 como jornal pioneiro dedicado a acompanhar o mercado de leilões, evoluindo para a revista *DBO Rural* e, posteriormente, *DBO*, com dedicação exclusiva à pecuária de corte. É editada pela *DBO Editores*, de porte pequeno-médio, que é responsável por três títulos ligados ao agronegócio. Com tiragem de 23.000 exemplares, sua distribuição é exclusiva para assinantes. Apesar de, nos últimos anos, buscar ajustar o enfoque para uma revista de “negócio” tem um perfil técnico aprofundado com objetivo de atender, exclusivamente, a pecuária de corte, produtora de carne bovina. Com o tempo, deixou outras atividades como pecuária leiteira, equinos e caprinos. Por sua tradição, história e equipe especializada é reconhecida pelos leitores pela credibilidade de seu conteúdo produzido. Por outro lado, por sua segmentação, não é um título facilmente reconhecido pelo público em geral.

De acordo com Klefman, instituto de pesquisa contratado pela empresa, a *DBO* tem um índice de releitura superior a duas vezes por exemplar e 89% dos assinantes tem o costume de guardar os exemplares para posterior consulta. O público alvo são pecuaristas, empresários e profissionais ligados ao agronegócio de carne. Quase 50% dos leitores tem rebanho superior a 1.000 cabeças, sendo, neste grupo, 13% com mais

de 5.000 animais. A pesquisa também identificou que os assuntos em que a revista exerce maior influência são: genética, criação, manejo, novas tecnologias e instalações.

QUADRO 1.
Dados do perfil do leitor da revista DBO

Perfil do leitor	74% são proprietários rurais
	12% são veterinários, agrônomos e zootecnistas
	7% são gerentes e administradores de fazendas
	6% são comerciantes ligados à pecuária
	1% são pesquisadores
Nível de escolaridade	60% possuem ensino superior
	22% são pós-graduados
	17% tem até o segundo grau
	1% até o primeiro grau
Sexo	98% homens
	2% mulheres
Idade	48%, tem de 41 a 60 anos
	26% tem de 25 a 40 anos
	22% tem mais de 60
	4% tem até 25 anos

Fonte: Klefman, 2005 e Mídia kit DBO 2013

4.2.2 - Globo Rural

A *Globo Rural* é líder do setor com tiragem de 69.593 exemplares, sendo 83% de assinaturas³. De responsabilidade da Editora Globo, responsável por 17 publicações³, a revista nasceu em outubro de 1985, cinco anos após o programa de TV de mesmo nome. Dentre as motivações para o seu lançamento no mercado estava a necessidade do público de contar com material para consulta, conforme relata seu primeiro editor, José Hamilton Ribeiro, que ainda atua no programa de TV *Globo Rural*. Desde o início, a publicação foi um sucesso editorial e logo nos primeiros meses atingiu 100.000 assinantes, porém, o interesse cresceria ainda mais. Com dois anos, em 1986, no auge de sua circulação, a revista contabilizava 400.000 exemplares vendidos ao mês. Seu público alvo é o homem do campo, porém, mesmo nas diferentes fases, ela também mantém o papel de comunicação com o público urbano. Prova disso, é sua venda em bancas e o interesse de pessoas que não atuam no campo, mas querem de alguma forma, continuar ligadas a ele.

A publicação trata dos mais diversos temas que envolvem agricultura e pecuária. Vale ressaltar que ela não é uma revista exclusiva de pecuária e o tema em pesquisa

³ Fonte: Mídia Kit Globo Rural 2013,

(bem-estar animal) é restrito à pecuária. Porém, ela faz parte do *corpus* de análise pela relevância da publicação e por contar com 22%, em média, de matérias de pecuária, por edição. Sua missão reflete a continuidade do perfil difusionista histórico das publicações rurais especializadas. A revista quer ser referência do gestor de agronegócio e apresentar soluções e inspiração para que ele empreenda e progrida. Também quer transmitir aos produtores rurais o que há de novo no mundo agropecuário: tecnologias, sistemas de produção, informações sobre plantio, criação e técnicas para melhorar a produtividade nas lavouras⁴.

A revista já passou por diversas fases e perfis editoriais, o que se reflete até na forma de seus textos e pautas, como também editoriais escolhidas. Atualmente, ela busca fortalecer seu perfil no agronegócio, aproximando-se de organizações do setor. Durante boa parte de sua história, a publicação retratou a história, cultura, diversidade rural, temas saudosistas do campo e temas relacionados a pequenos proprietários, que não tinham como principal objetivo o agronegócio.

QUADRO 2.
Dados do perfil do leitor da revista *Globo Rural*

Perfil do leitor	69% de proprietário rural
	18% de administrador
	7% de agrônomo
	4% de gerente e ou técnico agrícola
	2% de outros
Tamanho do produtor leitor	43% grande
	31% médio
	26% pequeno
Classe do produtor leitor	60% estão na A e B
	40% na C
Idade	42%, tem entre 25 e 49 anos
	36% de 10 a 24 anos
	11% de 50 a 59 anos
	11% com mais de 60 anos

Fonte: Mídia kit *Globo Rural* 2013

⁴ Fonte: Mídia kit *Globo Rural* 2013

4.2.3 - *Dinheiro Rural*

A *Dinheiro Rural* é a publicação mais nova dentre as três analisadas. Integrante do grupo de 11 publicações da Editora Três nasceu em novembro de 2004. Evidenciar na capa uma personalidade do agronegócio é característica da publicação que se autodenomina a “única que trata o agronegócio pelo ângulo corporativo”. Tem tiragem atual de 39.625 exemplares, sendo 80% de assinaturas⁵.

A revista também faz referência à linha extensionista, pois em seu primeiro editorial, diz que a publicação surge para ser mais uma ferramenta para auxiliar o potencial do agronegócio brasileiro. Por outro lado, desde o início, enfatiza que tem um olhar com menor rigor técnico. De acordo com o mesmo editorial, a ótica de tratamento será corporativa e não apenas de prestação de serviço ao produtor. E, nesses anos, realmente o faz dessa forma.

A revista tem uma parte técnica menos aprofundada, matérias mais curtas e uma forte tendência a valorizar o perfil pessoal do empresário rural. Desde a sua primeira edição, se propôs a ser uma “tribuna para vocalizar propostas” com posicionamento firme e claro, porém, essa postura política não se concretizou plenamente em suas matérias com a mesma robustez de sua proposta. Tem como objetivo atender ao leitor empresário, executivo e investidor e ser fonte para grandes empresas ligadas ao setor. A editora não tem uma pesquisa formal com dados de seus leitores que possa sustentar que a revista esteja atingindo o público esperado e que apresente um perfil detalhado do leitor.

Como a *Globo Rural*, a publicação é abrangente nas temáticas de agricultura e pecuária. Vale ressaltar que ela não é uma revista exclusiva de pecuária e o tema em pesquisa (bem-estar animal) é restrito à pecuária. Porém, pela relevância da publicação e por contar com 23%, em média, de matérias de pecuária, por edição, ela faz parte do *corpus* de análise.

⁵ Mídia kit Dinheiro Rural 2013

4.3 - Procedimentos da pesquisa

Como referência da comunidade científica para o estudo quantitativo foram levantados dois dados comparativos. Primeiro, um levantamento, por ano de fundação, dos Grupos de Pesquisa iniciados no Brasil e inscritos no CNPq, que demonstraram interesse em realizar estudos sobre o bem-estar animal. Segundo, buscou-se levantar a produção de artigos científicos que citaram as palavras “bem-estar animal” (pesquisa com aspas e sem aspas) nos repositórios bibliográficos: *Lilacs*⁶, *SciELO*⁷, *ScienceDirect*⁸ e *PubMed*⁹, sendo que os dois primeiros apresentam possibilidade de documentos em português. Buscou-se esse levantamento para uma comparação entre a tendência de produção científica e interesse da mídia no mesmo período.

Por parte das revistas especializadas foram selecionados todos os números publicados, nos anos de 2004 a 2013, das três revistas em análise, totalizando 340 exemplares. Na *DBO* foram 110 edições (11 edições por ano); 120 na *Globo Rural* (12 edições por ano) e 110 na *Dinheiro Rural* (iniciou em novembro de 2004 e tem 12 edições por ano). As edições especiais e anuários não foram analisados, assim como os encartes e informes publicitários. Para a seleção do material foi definida a palavra composta “bem-estar” como palavra-chave, já que ela traduz o conceito das boas práticas, manejo racional e demais ideias apresentadas no Capítulo 1. Alguns textos descartados traziam a expressão “bem-estar”, porém, não se referiam ao conceito (Ex.: bem-estar social, bem-estar do produtor etc).

Como sugere o método, a análise foi exaustiva e realizada de acordo com a disponibilidade das editoras. Para a revista *Globo Rural* ela foi totalmente digital; na revista *DBO*, a análise foi majoritariamente digital e manual para o material de 2004 e, por fim, na *Dinheiro Rural* a pesquisa foi totalmente manual, pois a editora não tem a publicação digitalizada. Foram separadas, no *corpus* de estudo, todas as matérias que

⁶ *Lilacs* (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde) é um índice e repositório bibliográfico da produção técnica e científica na área da Saúde, da América Latina e Caribe.

⁷ O *SciELO* (Scientific Eletronic Library Online) é uma biblioteca eletrônica de periódicos científicos brasileiros. O *SciELO* desenvolve também uma metodologia para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica.

⁸ *ScienceDirect* combina textos científicos completos, publicações técnicas e científicas de saúde. Faz parte da Elsevier uma empresa de soluções de informação com raízes na publicação de literatura científica, médica e técnica.

⁹ *PubMed* reúne a literatura médica de Medline, jornal de ciência e livros eletrônicos. É mantida pela Centro Nacional de Informação de Biotecnologia (NCBI, em inglês) e Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (NLM, em inglês).

citavam, pelo menos uma vez, o bem-estar animal. Nessa fase quantitativa da pesquisa foram computadas todas as categorias (reportagens, editoriais, artigos, notas etc) reunindo 215 unidades jornalísticas.

Para a análise qualitativa, o recorte passou para 116 reportagens¹⁰ que citaram o tema. Foram excluídas as notas, artigos, editoriais e entrevistas jornalísticas e também reportagens desta autora, TONIN, F. (16 reportagens). As 116 reportagens eram constituídas por 30 textos que tinham o bem-estar animal como tema principal, ou seja, o tema foi motivador da pauta e da reportagem e outras 86 reportagens que apenas citaram o bem-estar animal em texto com predominância de outro tema. Todo o material foi dividido em categorias, sendo que nos textos em que a palavra era apenas citada, a análise concentrou-se na parte que estava relacionada ao bem-estar animal. Para a categorização do material, a partir das referências teóricas, foi elaborado o Quadro 3.

¹⁰ De acordo com o Manual da Folha de S.Paulo a reportagem requer extenso e minucioso levantamento de informações. Pode aprofundar um fato recém noticiado ou revelar um fato inédito com ampla documentação e riqueza de detalhes. A notícia é mais curta e factual.

QUADRO 3

Categorias para classificação das reportagens sobre bem-estar animal publicadas em revistas especializadas em jornalismo rural.

Fonte ¹¹	Especialista: cientistas, pesquisadores ligados a uma instituição de ensino e ou pesquisa no assunto tratado.
	Consultor: técnico ou profissional liberal com conhecimento sobre o tema. Autonomo ou ligado à iniciativa privada.
	Testemunha: produtor, trabalhador rural ou outra pessoa de campo que viu ou presenciou um acontecimento, que teve uma experiência na área.
	Oficial: estado e ou instituições que preservam algum poder de Estado e empresas e organizações como sindicatos, associações, fundações etc. São tidas como as mais confiáveis e os dados que fornecem são tomados por verdadeiros.
Autores	Jornalista
	Outra profissão da área de ciências agrárias
Presença de explicação científica	Sim: se o texto traz no mínimo uma explicação com base em conceitos científicos; dados de pesquisa e ou informação obtida em entrevista concedida por especialista, citação de documento, artigos publicados em periódicos científicos ou informação de algum modo reconhecida pelos pares.
	Não: texto não traz qualquer informação baseada em conceitos científicos ou informação de cientistas.
Visão	Positiva: relaciona o tema como um benefício para o produtor considerando as questões éticas, econômicas e políticas.
	Negativa: relaciona o tema como algo prejudicial ao produtor considerando as questões éticas, econômicas e política.
	Neutro: não se identifica como positivo ou negativo.

Fonte: Elaboração da autora

Em seguida, com base na literatura sobre bem-estar animal e também da leitura sobre comunicação e jornalismo rural foram criadas seis categorias para enquadramento (*frame*) das reportagens de acordo com o viés com que o tema foi retratado nas revistas analisadas. Essas categorias e uma breve explicação estão descritas no Quadro 4.

¹¹ Para a tipificação das fontes foi feita uma análise considerando as voz identificável e principal do texto. Pretende-se com isso identificar o grau de credibilidade que essas fontes dão à informação e analisar quais foram as fontes usadas nas matérias. A base para a definição das categorias de análise foi encontrada na literatura, principalmente em Pinto (2000) e Lage (2003).

QUADRO 4
Categorias para enquadramento das reportagens sobre bem-estar animal publicadas em revistas especializadas em jornalismo rural considerando o enquadramento/frame

<i>FRAME</i>	<i>Detalhes</i>
Científico	- Divulgação de resultado de pesquisa científica e de processos, manejos, mecanismos e técnicas. - Eventos científicos ou de extensão.
Político	- Proposições políticas sobre o tema. - Convenções, marcos regulatórios e acordos internacionais.
Econômico	- Desdobramento de mercado com base na técnica. - Interesses comerciais da iniciativa privada e/ou pública. - Interesse do consumidor.
Internacional	- Exemplos praticados e ou discutidos em outros países.
Ético	- Discussão de questões éticas.
Outros	- Citação sem nenhuma relação com o conceito de bem-estar definido neste trabalho ou outros aspectos.

Fonte: Elaboração da autora

A ideia de enquadramento tem grande relevância nos estudos de comunicação por orientar as investigações de mídia e também de opinião pública (VREESE, 2005; MEDEIROS, 2007). O Vreese (2005) define *framing* como um processo dinâmico que inclui os modos de produção, ou seja, fatores internos e externos que influenciam a produção da notícia; conteúdo e as perspectivas de mídia. Para Vimieiro (2010, p. 63), os “enquadramentos auxiliam as pessoas na própria ordenação da realidade percebida, na medida em que tornam cognicíveis uma infinidade de eventos que dificilmente seriam processados caso não se recorresse ao *framing*”. Para Goffman (1974 *apud* VIMIEIRO, 2010, p. 63), enquadrar envolve a organização da realidade, o que permite aos indivíduos localizar, perceber, identificar e rotular um número aparentemente infinito de ocorrências concretas.

Dentre os detalhamentos da ferramenta, vale explicitar a ideia de “pacotes interpretativos”, defendida por Gamson e Mogiani (1989 *apud* VIMIEIRO, 2010, p.68). Esses pacotes oferecem um número de símbolos condensados que sugerem o cerne do enquadramento. “Desta forma é possível um certo nível de controvérsia mesmo entre aqueles que compartilham um mesmo *frame*, já que a ideia central sempre está presente, todavia, os pacotes implicam uma faixa de posições mais do que um único grupo fechado” (VIMIEIRO, 2010, p. 69)

Neste trabalho, a revisão da literatura está dividida nos dois primeiros capítulos. O Capítulo 1 traz introdução sobre o conceito de bem-estar animal, como ele surgiu, suas implicações e a percepção pública para o tema. O Capítulo 2 faz um histórico e uma análise do jornalismo rural no Brasil, em especial, das revistas especializadas e suas particularidades. O Capítulo 3, a luz das referências apresentadas, detalha os dados e as análises quantitativas e qualitativas com base das reportagens identificadas no período de dez anos deste estudo.

CAPITULO 1

Bem-estar animal

1.1 – A origem das regulamentações

Com a expansão da população humana, desenvolvimento de tecnologias e profissionalização das atividades pecuárias, no início do século XX, a produção de alimentos de origem animal também sofreu mudanças. A busca pela produtividade pressionou a produção em massa, no menor custo possível e, em muitos casos, adaptando sistemas e utilizando animais como máquinas produtivas, com o objetivo de obter altos índices zootécnicos, porém, sem considerar o comportamento, as necessidades e respeito aos animais. No novo sistema, chamado industrial, os animais foram mantidos em populações mais concentradas e, antes de 1970, a criação intensiva chegou ao formato de confinamento de bovinos, suínos e aves, desencadeando efeitos na transmissão de doenças, em adaptações fisiológicas e de comportamento dos animais (BROOM; MOLENTO, 2004; BROOM; FRASER, 2010; FRANCO, 2014; GRANDIN, 2014).

Diante do crescente aumento do sistema intensificado de produção, ganha força a ciência do bem-estar animal e a preocupação com a qualidade de vida dos animais, principalmente os de produção.

Acreditava-se que os animais poderiam se adaptar às restrições ambientais, porém, tanto a adaptação quanto falha ao adaptar-se tornaram-se aparentes ao se avaliar o bem-estar. Desta forma, uma quantidade substancial de novos conhecimentos sobre comportamento de animais de produção em sistemas de criação intensiva é necessária para avaliar tais sistemas de manejo (BROOM; FRASER, 2010, p. 3).

A publicação de um livro com posterior repercussão na mídia foi o que, inicialmente, chamou a atenção do mundo para a crueldade contra os animais de produção. A obra *Animal Machines*, escrita pela inglesa Ruth Harrison, em 1964, denunciou práticas cruéis do meio produtivo e o tratamento dos animais como objetos pela indústria. A revelação gerou uma reação social tão intensa que o governo britânico encomendou uma investigação ao professor de zoologia da Universidade de Bangor, Wales (UK), Francis William Rogers Brambell. Como resultado, o comitê de Brambell,

que tinha como um dos integrantes Ruth Harrison, publicou um trabalho em 1965 - *Brambell Report* - trazendo orientações baseadas em princípios éticos e biológicos para o manejo animal, além de identificar o comportamento como um ponto central de estudo para avaliar o bem-estar animal (VAN DE WEERD; SANDILANDS, 2008). O comitê também incentivou a pesquisa na área ao levantar questões que deveriam ser respondidas cientificamente. Seu relatório melhorou a consciência e encorajou produtores e governos a fazerem melhorias para os animais. Como consequência, o governo britânico instituiu, em 1968, o FAWAC (*Farm Animal Welfare Advisory Committee*), um órgão consultivo independente, substituído, em 1979, pelo FAWC (*Farm Animal Welfare Council*) para contínua revisão do tema (DIAS; SILVA; MANTECA, 2014).

A partir do *Brambell Report* originou-se o conceito das “cinco liberdades” que reúnem condições mínimas que deveriam ser asseguradas aos animais iniciando as discussões sobre o tema e originando regulamentações. Posteriormente, o texto das cinco liberdades foi adaptado, estabelecendo que os animais devem estar:

- livres de fome e sede, com fácil acesso a água fresca e a uma dieta que mantenha sua plena saúde e vigor;

- livres de desconforto, proporcionando um ambiente apropriado incluindo abrigo e uma área de descanso confortável;

- livres de dor, ferimento ou doença, com a prevenção ou diagnóstico rápido e tratamento;

- livres para expressar seu comportamento natural, proporcionando espaço suficiente, instalações adequadas e a companhia de animais da própria espécie;

- livre de medo e de distresse (termo em inglês que designa estado de sofrimento físico e mental intenso), assegurando condições e tratamento que evitem o sofrimento mental (FAWC, 2009).

O conceito das cinco liberdades é muito divulgado e citado como referência em muitas legislações. Por exemplo, elas foram inspiradoras para o projeto *Welfare*

*Quality*¹², iniciado em 2004, para estabelecer princípios de bem-estar animal para toda a União Europeia. O *Welfare Quality* obteve financiamento da Comissão Europeia e envolveu especialistas de 44 instituições de 13 países europeus e quatro da América Latina. “A preocupação dos consumidores e a aparente demanda por informações sobre bem-estar animal foi o ponto de partida para a União Europeia financiar o projeto” (DIAS; SILVA; MANTECA, 2014 p. 48). O projeto também teve por objetivo facilitar o comércio e o marketing no continente europeu, harmonizando rotulagens, o que é importante para a identificação por parte do consumidor. Os protocolos *Welfare Quality*, concluídos em 2009, são guias para a avaliação de bem-estar nos sistemas produtivos de referência mundial e constituem um avanço no diagnóstico de bem-estar animal (MOLENTO, 2005; SANT’ANNA; PARANHOS DA COSTA, 2009; MOLENTO, 2012; SILVA; MANTECA, 2014).

O reconhecimento da importância do bem-estar animal por organismos internacionais também foi um fator que lhe garantiu força, expansão de estudos e credibilidade. Em 2004, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) coordenou a primeira conferência global sobre o tema por reconhecer a necessidade de novas regras de relacionamento entre seres humanos e animais. A entidade recebeu de seus 166 membros na época (atualmente com 180) o poder de liderar a organização internacional para o bem-estar animal e, assim, ainda o faz com regulamentações e realização de conferências a cada quatro anos (OIE, 2004). Vale ressaltar que a OIE é aceita no âmbito da Organização Mundial do Comércio como a instituição que estabelece padrões para assuntos veterinários relativos ao comércio global (MOLENTO, 2012).

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) também se preocupou com o tema e reuniu especialistas, em 2009, para gerar um aconselhamento em favor de disseminar as práticas de bem-estar animal. Dentre as doze recomendações dos especialistas, sugeridas à FAO, havia relação do bem-estar animal com produção de alimentos, saúde pública e reflexo na sociedade:

¹² Informações em <http://www.welfarequality.net/everyone/26536/5/0/22>. Último acesso em 14/01/2015

a melhoria do bem-estar animal nos sistemas de produção de alimentos pode desempenhar um papel significativo na melhoria do bem-estar das pessoas por meios como: aumentando o acesso aos alimentos de origem animal; melhorando a rentabilidade econômica através do aumento da produtividade pecuária; melhorando a eficiência dos animais de trabalho; e reduzindo os riscos para a saúde humana com a melhoria da segurança alimentar e da saúde animal. A atenção voltada para o bem-estar animal pode ser de grande benefício para os países menos desenvolvidos através do melhoramento tecnológico, do aumento ao acesso aos mercados e incentivo da cooperação internacional. Para apoiar boas práticas de bem-estar animal nos países em desenvolvimento, a FAO deverá dar prioridade às práticas que conduzam a benefícios tanto para as pessoas quanto para os animais (FRASER et al, 2009, p. 37).

Ainda, tratando dos incentivos ao surgimento do tema, nos Estados Unidos, a professora Temple Grandin, da Universidade do Colorado, passou a ser reconhecida internacionalmente por suas pesquisas sobre bem-estar animal iniciadas nos anos de 1970. Ela valeu-se de sua condição de autista para desenvolver uma capacidade peculiar de entendimento do comportamento animal, o que favoreceu o desenvolvimento de diversas questões de engenharia, principalmente os desenhos de currais e de outras instalações favoráveis às boas práticas de manejo. No final dos anos 90, ela desenvolveu escores objetivos de bem-estar para o Instituto Americano de Carnes (*American Meat Institute*) e foi contratada para treinar inspetores de alimentos em empresas como McDonald's, Wendy's e Burger King. Com sua postura, ideias e convicções influenciou e modificou a cadeia produtiva norte-americana e de outros países. Na pecuária bovina brasileira seus projetos têm grande influência e são citados recorrentemente.

No Brasil, as pesquisas sobre o bem-estar animal tiveram início na década de 1980, mas foi nos últimos 10 anos que a produção científica se intensificou, como também o interesse da indústria pelo tema (GRANDO, 2012). Por parte do governo federal, em 2008 o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) instituiu uma Comissão Técnica Permanente sobre Bem-estar Animal (CTBEA), e em 2011 (Portaria Mapa no. 524, de 21 de junho de 2011) ampliou suas atribuições. Na legislação brasileira, o Decreto no. 24.645, de 1934, estabeleceu medidas de proteção animal. Em 1988, a Constituição Federal, em seu artigo no. 225, dotou o poder público de competência para, como diz o parágrafo 1º, inciso sétimo “proteger a fauna e a flora,

vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade” (BRASIL, 1988). O Brasil também tem Instruções Normativas do Mapa (no. 56/2008 e no. 03/2000) que estabelecem procedimentos gerais e recomendações de boas práticas na produção, transporte e abate.

O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) é outro órgão regulador nacional que tem resoluções e uma comissão específica sobre o tema exercendo influência, especialmente, sobre médicos veterinários e zootecnistas do País¹³. Dentre as iniciativas brasileiras, também evidenciou-se a produção de manuais de manejo, a partir de 2005, pelo Grupo Etco, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Jaboticabal, SP, os quais foram citados pela FAO como exemplos de materiais de treinamento para promover o bom manejo de animais (FRASER et al., 2009).

Assim como no Brasil, nos demais países da América Latina as iniciativas em prol do bem-estar animal foram impulsionadas por pressões para garantir proteção animal e, mais recentemente, por normativas definidas pela Comunidade Europeia. No Chile, os avanços ocorreram de maneira importante após negociação com a União Europeia que resultou em um acordo de cooperação vigente desde 2003, no qual há menção ao bem-estar animal. Em 2009, foi aprovada uma lei de proteção animal e, em 2014, regulamentos para transporte, produção e comercialização em estabelecimentos industriais.

No Uruguai, também em 2009, foi aprovada uma lei de responsabilidade para com os animais; em 2012 o Ministério da Agricultura e Pesca daquele país resolveu que todas as empresas exportadoras deveriam ter e seguir um manual de boas práticas. E, em 2014 foram promulgados outros regulamentos para equinos e animais de companhia. Na Argentina, foram poucos os avanços, nos últimos anos, em matérias legislativas e quando houve foram respostas a normativas de países importadores. Na Costa Rica, uma lei de 1994 estabeleceu condições básicas para bem-estar dos animais (KÖBRICH; ITURRA; ALLENDE, 2014).

¹³ Informações sobre a Comissão de Ética Bioética e Bem-estar Animal do CFMV, além das resoluções estão disponíveis em www.cfmv.gov.br. Último acesso em 01/07/2015.

1.2 - O conceito de bem-estar animal

Como base para todas as atitudes e regulamentações, há um conceito complexo, cuja definição deve considerar sentimentos, vivências, adaptações, fisiologia, biologia, comportamento, natureza própria, necessidades, questões individuais, entre tantos outros atributos dos seres vivos. Para Dias, Silva e Manteca (2014) existem três linhas de pensamento, compreendendo a maioria das correntes que tratam das definições para o conceito de bem-estar animal: há quem considere que as emoções são a base para o bem-estar animal; outros dão preferência ao funcionamento biológico do organismo e, por fim, existem aqueles que optam por indicar o comportamento natural como referência para bem-estar.

De acordo com Duncan (2006), o conceito de bem-estar está baseado nas emoções. Ele é considerado reduzido quando o animal passa por emoções negativas como dor, medo, frustração, fome e sede e aumenta quando há emoções positivas. Um ponto fundamental é o reconhecimento de que os animais têm sentimento, ou seja, são seres sencientes. “Não é apenas o fato dos animais estarem estressados que os perturba, mas o fato de que são sencientes e podem se sentir estressados” (DUNCAN, 2006, p.13). O autor define senciência como a capacidade de experimentar estados afetivos positivos e negativos.

Segundo Duncan há uma predisposição para reconhecer a senciência animal há centenas de anos, principalmente em mamíferos, porém, foi nos últimos 30 anos que o tema passou a ganhar maior interesse e visibilidade. Recentemente, em sete de julho de 2012, houve novo reconhecimento da comunidade científica à senciência animal com a “Declaração de Cambridge”¹⁴, resultante da *The Francis Crick Memorial Conference*, quando foi reconhecido que animais não humanos apresentam consciência.

O peso das evidências indica que os humanos não são os únicos a possuir os substratos neurológicos que geram a consciência. Animais não humanos, incluindo todos os mamíferos e as aves, e muitas outras criaturas, incluindo polvos, também possuem esses substratos neurológicos (LOW, 2012).

¹⁴ A Declaração de Cambridge está disponível em fcmconference.org/img/CambridgeDeclarationOnConsciousness.pdf. Último acesso em 14/01/2015

Para a linha que considera a emoção como referência, os manejos que promovam estados mentais positivos resultarão em boa qualidade de vida. A dificuldade está em estudar as emoções próprias dos animais, sem confundi-las com antropomorfismo, ou seja, atribuir de forma automática as mesmas emoções experimentadas pelas pessoas (DIAS; SILVA; MANTECA, 2014). Grandin e Johnson (2010) acreditam na importância de entendimento das emoções para redução dos problemas de comportamento e que o ambiente deve ativar suas emoções positivas.

O segundo grupo conceitual prefere focar a atenção do bem-estar para o funcionamento biológico. É considerado que o animal tem o bem-estar reduzido quando passar por doença, ferimento ou má nutrição. Ele será positivo se foram registrados níveis satisfatórios de reprodução, funcionamento fisiológico, longevidade etc. As necessidades biológicas são hierarquizadas em três categorias decrescentes: necessidade de manutenção da vida, da saúde e do conforto.

Para o terceiro grupo, que prioriza informações do “comportamento natural”, é considerado que o bem-estar é promovido quando o animal está em ambiente em que pode expressar o comportamento natural da espécie. Para identificação são cruzadas informações do comportamento na natureza com o comportamento em cativeiro. Porém, considerar que o comportamento natural é sempre indicativo de bem-estar pode levar a erros, pois muitas vezes, ele representa a luta pela sobrevivência (DIAS; SILVA; MANTECA, 2014).

Atualmente, nenhuma das linhas exclui a interação e a observância às características das demais:

O bem-estar animal pode ser caracterizado de diferentes maneiras, mas existe um crescente consenso de que qualquer definição deva incluir as três dimensões: estado emocional do animal, funcionamento biológico e habilidade de mostrar o padrão normal de comportamento (MANTECA, VERADE, JONES, 2009). Portanto, apesar dos três grupos de conceitos de bem-estar serem, a princípio, muito diferentes entre si, não são sempre contraditórios e frequentemente são complementares (DIAS; SILVA; MANTECA, 2014, p. 45)

Molento (2012, p. 21) explica em outras palavras:

Há consenso sobre os três eixos centrais que definem o conceito de bem-estar animal: (1) a esfera física, relacionada à saúde, nutrição e funcionamento orgânico; (2) esfera comportamental, relacionada à exibição dos principais comportamentos naturais da espécie; e (3) a esfera psicológica, relacionada à predominância de sentimentos positivos e ausência de sentimentos negativos.

Nessa linha, um dos conceitos mais aceitos pela comunidade científica é o de que o bem-estar é o estado do organismo durante suas tentativas de se adaptar ao seu ambiente (BROOM, 1986, p. 524). As tentativas de ajuste envolveriam todas as situações, desde as que colocam a vida do animal em risco até aquelas em que ele está em harmonia com o ambiente (MOLENTO, 2005). É um conceito simples e abrangente que classifica o bem-estar em diferentes graus e abarca todos os eixos.

Dessa forma, bem-estar é uma característica do animal individual, que varia em um contínuo desde baixo até alto grau. As tentativas de adaptação e os resultados de falência adaptativa podem ser medidos levando-se em conta uma ampla variedade de mecanismos de adaptação, incluindo sentimentos positivos e negativos e aqueles que minimizam estados patológicos. Assim, bem-estar pode ser medido de maneira precisa e científica, empregando-se uma variedade de indicadores (BROOM, FRASER, 2010, p. 6).

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) ao definir seu conceito seguiu a definição de Broom e também adota os princípios das cinco liberdades:

o bem-estar significa a forma como o animal está lidando com as condições em que vive. Um animal está em um bom estado de bem-estar se (como indicado por evidências científicas) é saudável, tem conforto, está bem nutrido, seguro, capaz de expressar comportamento inato, e se ele não está sofrendo estados desagradáveis, como dor, medo e aflição. O bom bem-estar animal requer prevenção de doenças e tratamento veterinário adequado, abrigo, gestão e nutrição, manejo e abate humanitários (OIE, 2015).

1.3 – O bem-estar em diferentes graus

A relação entre o conceito e a palavra composta “bem-estar animal” está sacramentada em todo o mundo, porém, vale uma reflexão sobre o uso da palavra, especialmente pelo objetivo deste estudo que é analisar as matérias jornalísticas que utilizam a palavra “bem-estar” e cujos interlocutores nem sempre têm conhecimento sobre seu conceito.

De acordo com o dicionário Michaelis¹⁵, bem-estar significa uma situação agradável do corpo ou do espírito; conforto, tranquilidade ou haveres suficientes para a comodidade da vida. Essa é a ideia mais próxima do senso comum quando se ouve a palavra “bem-estar”. Porém, ao confrontá-la com o conceito apresentado há uma possível armadilha de entendimento, pois bem-estar remete diretamente a “estar bem” ou a um estado absoluto bom e este não é o único estado possível para o bem-estar.

O bem-estar é uma característica de um indivíduo em um momento específico; o estado de um indivíduo pode se avaliado de forma que o seu bem-estar variará em uma escala de muito bom a muito ruim. Bem-estar refere-se a quão bem um indivíduo passa ao longo de sua vida (BROOM; FRASER 2010, 14).

A palavra “bem-estar”, na língua portuguesa, é um substantivo masculino que pode receber adjetivos, acrescentando uma qualidade àquilo que nomeia. Sendo assim, o bem-estar pode ser muito bom ou muito ruim; positivo ou negativo. Um exemplo de “bem-estar ruim” seria um animal passando por estresse ou sofrimento. Portanto, não estar bem é um dos possíveis estados do bem-estar.

Um indivíduo que se encontra impossibilitado de adotar uma postura preferida de repouso, apesar de repetidas tentativas, será considerado como tendo um bem-estar mais pobre que outro cuja situação permite a adoção da postura preferida. Comportamentos anormais, tais como estereotípias, automutilação, canibalismo em suínos, bicar de penas em aves ou comportamento excessivamente agressivo indicam que o indivíduo em questão encontra-se em condições de baixo grau de bem-estar (BROOM; MOLENTO, 2004, p. 3).

¹⁵ MICHAELIS MODERNO DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?typePag=sobre&languageText=portugues-portugues>. Último acesso em 20/07/2015

Apesar de correto, dificilmente alguém de fora da área científica, como um jornalista, usaria em seu texto o termo “bem-estar ruim” ou “bem-estar negativo” por “soar estranho” e dificultar o entendimento do público leitor. Principalmente se o autor em questão for brasileiro, pois na língua inglesa isso apresenta menor estranheza. Nesses casos, na maioria das vezes, a opção se dá por palavras como cruel, crueldade, maus-tratos, negligência, dor, sofrimento, estresse entre outras, que poderão ser vistas nas reportagens desse estudo.

Souza (2011), citando definição de McInerney (2004), define crueldade como sinônimo de bem-estar ruim. Para ela, crueldade refere-se às práticas utilizadas para acelerar o processo de produção dos animais, tais como pouco espaço, amputação de caudas, bicos e dentes, entre outros que causam dor. Portanto, existe essa comparação pela dificuldade de se explicar o termo em estágio ruim:

Ainda é incipiente a utilização de adjetivos para uma qualificação do bem-estar em língua portuguesa e espanhola. Para se evitar uma expressão que cause choque de vocábulos na língua portuguesa, sugere-se utilizar bem-estar adequado e bem-estar pobre, ou alternativamente alto e baixo grau de bem-estar, apesar de “bem-estar bom” e “bem-estar ruim” constituírem expressões cientificamente válidas e utilizadas comumente na língua inglesa (BROOM; MOLENTO, 2004, p. 5).

Para Broom e Molento (2004) assim como bem-estar, a palavra “saúde” pode referir-se a uma gama de estados e pode ser qualificada como ‘boa’ ou ‘pobre’. De acordo com o dicionário Michaelis¹⁵, saúde significa bom estado do organismo, cujas funções fisiológicas se vão fazendo regularmente e sem estorvos de qualquer espécie. A associação natural da palavra “saúde” é com questões positivas e de “estar bem”, mas ela pode ser boa ou ruim, dependendo da qualificação dada, o que é aceito sem estranheza pelo senso comum.

Portanto, o bem-estar é um estado da vida do animal em determinado momento, considerando aspectos emocionais, de saúde e de comportamento, sendo favoráveis quando estão mais próximos de seu equilíbrio natural. O bem-estar não é um valor absoluto, mas pode variar entre muito ruim e muito bom. O objetivo dos que se preocupam com o bem-estar é torná-lo cada vez melhor, mais próximo do ideal, durante a vida do animal.

1.4 – Objetividade e indicadores

Mesmo relacionando-se com sentimentos e emoções o bem-estar é uma característica que pode ser medida cientificamente de forma objetiva, independentemente de considerações morais, sendo que os valores são baseados em padrões e ou indicadores (PARANHOS DA COSTA; CROMBERG, 1997; BROOM; FRASER, 2010).

Felizmente no debate sobre bem-estar animal não precisamos saber exatamente qual é a experiência do animal. Um indicador de quão positivo ou negativo o animal está se sentindo seria extremamente útil. [...] É impossível medir os sentimentos diretamente, mas é possível ter alguns indicadores sobre os sentimentos animais por meios indiretos (DUNCAN, 2006, p. 14).

Esses meios indiretos citados podem ser, por exemplo, taxa de mortalidade, sucesso reprodutivo, quantidade de comportamento anormal e incidência de doenças, entre outros.

Ao defender indicadores de bem-estar, Grandin (2007¹⁶ e 2014) enfatiza que só se consegue administrar aquilo que é possível medir e que os métodos precisam ser objetivos e com pontuação numérica, evitando subjetividade. Defende sistemas simplificados para uso comercial, definindo pontos críticos onde um escore aceitável é requerido.

Para um nível mínimo aceitável de bem-estar durante o abate, o sistema de classificação do Instituto Americano de Carnes (*American Meat Institute*) tem cinco pontos críticos. Eles são: efetividade na insensibilização¹⁷ com aplicação única, insensibilidade¹⁸, vocalização¹⁹ durante o manejo e contenção, queda durante o manejo e uso de bastões elétricos. Uma pontuação inaceitável em qualquer um dos pontos críticos acima levaria à desaprovação automática (GRANDIN, 2014).

¹⁶ Detalhes e outros exemplos sobre indicadores métodos, indicadores e auditorias preconizados pela autora estão em <http://www.grandin.com>. Último acesso em 14/01/2015,

¹⁷ Atordoamento ou Insensibilização: é o processo aplicado ao animal, para proporcionar rapidamente um estado de insensibilidade, mantendo as funções vitais até o abate, mas sem consciência.

¹⁸ Insensibilidade indica que não há capacidade de responder a estímulos externos.

¹⁹ Vocalização de bois seriam número de mugidos, urros ou guinchos.

Os indicadores, como esses mencionados, norteiam as práticas de manejo e resultam em efeito positivo para o bem-estar animal, sem necessariamente realizar investimento em nova tecnologia. O bom manejo e treinamento das pessoas é mais importante do que os investimentos (GRANDIN, s/n s/p²⁰). Porém, a rotatividade e a falta de fiscalização e comprometimento desses recursos humanos podem ser entraves para a implantação de um manejo adequado.

Quando comecei, na década de 1970, achei que poderia resolver tudo com a tecnologia. Não pensava sobre o manejo de comportamento e de emoção pessoal. Levei 35 anos para entender que cerca de 20% dos empregados podem manter voluntariamente um bom manejo do gado, mas o resto precisa de incentivos (GRANDIN; JOHNSON, 2010, p. 175).

Os resultados são evidentes. Por exemplo, no Chile, após o treinamento, houve redução de 48% uso de choque elétrico nos currais de frigoríficos. A ferramenta, como um bastão com choque na ponta, é usada para ‘forçar’ os animais a andarem quando eles não querem seguir pelos corredores. Ao mesmo tempo, observou-se melhor eficiência do equipamento que faz a insensibilização²¹ para o abate (73% para 98%), ou seja, houve menor número de erros para que os animais estivessem inconscientes até o abate. No Uruguai, houve o reconhecimento de órgãos governamentais para a importância das práticas e, no Brasil, apenas um dos treinamentos foi responsável pela redução de 20 para 1,3 o percentual de bois que apresentavam danos na carne, ou seja, houve redução nas contusões nos animais (PARANHOS DA COSTA et.al, 2012). Dados gerais do Brasil permitem uma avaliação das perdas de carne em animais devido a maus-tratos:

A cada dois bois abatidos, um apresenta hematomas e eles levam à perda de pelo menos meio quilo por animal, levando-se em conta 40 milhões de cabeças abatidas anualmente, as perdas representam 10 milhões de quilos de carne por ano, apenas com hematomas (YASSU, 2013, p. 122).

Muito se fala dos resultados das boas práticas em manejos pré-abate, principalmente pelo interesse econômico, porém, existem pesquisas favorecendo o bem-

²⁰ GRANDIN, Temple. Interpretation of the OIE General Principles for Animal Welfare for Livestock and Poultry Production. In: www.grandin.com/interpretation.OIE.general.principles.for.animal.welfare.html Item 10. Último acesso em 14/01/2015.

²¹ Atordoamento ou Insensibilização: é o processo aplicado ao animal, para proporcionar rapidamente um estado de insensibilidade, mantendo as funções vitais até o abate, mas sem consciência.

estar animal em muitas outras fases da vida do animal e para as mais diversas espécies como: caprinos, ovinos, bovinos, equinos, suínos, aves, peixes, abelhas etc. Por exemplo, em bezerros de pecuária leiteira, acariciar o animal (estimulação tátil) proporcionou redução de mortes e de custos com tratamento veterinário, além de menor incidência de doenças, melhores respostas fisiológicas, de desempenho e comportamentais (PARANHOS DA COSTA, 2014). Há pesquisas com práticas mais amigáveis para desmama de bezerros refletindo em menor estresse na separação. Nas rotinas internas das fazendas, a vacinação com o animal contido reduz perdas, garante eficiência da aplicação, não impacta em maior tempo de manejo e evita acidentes (CHIQUITELLI et al., 2002).

Ainda, no Brasil, há outros estudos com recomendações de boas práticas como a identificação com brincos, melhor distribuição de cochos e bebedouros baseando-se no comportamento animal; práticas favoráveis ao comportamento em pastejo para bois; informações sobre temperatura e outras características da água para peixes e estudos com recomendações para a correta interação entre ser humano e animal, nas mais diversas espécies. Esses são alguns exemplos de como melhorar as práticas em etapas produtivas pode, conseqüentemente, garantir a melhoria do bem-estar animal.

Os exemplos confirmam que a ação humana pode melhorar o bem-estar, mas não fornecê-lo como um recurso ou ação. Não há como preservar e garantir o bem-estar, mas é possível usar recursos para tentar elevá-lo. (PARANHOS DA COSTA e CROMBERG, 1997).

Por fim, há uma linha de pensamento que amplia o conceito de bem-estar animal para bem-estar na fazenda, pois entende que as práticas aplicadas refletiram em benefícios também para as pessoas que manejam os animais. Tais conclusões se devem a relatos de que os trabalhadores ficam menos cansados e menos nervosos após adotarem o manejo que considera o bem-estar animal (PARANHOS DA COSTA, 2014).

1.5 – Percepção do produtor, varejista e consumidor

A ciência produz o conhecimento, por outro lado, na base, a adesão depende de informação e da decisão do produtor rural. A extensão rural, a divulgação midiática, o incentivo da indústria e a conscientização para o bem-estar animal vêm aumentando o

conhecimento sobre o tema e, conseqüentemente, existe a maior disseminação de conceitos e práticas entre os produtores, sendo que há quase vinte anos, Paranhos da Costa afirmou que a aplicação dos conhecimentos sobre as práticas que elevam o bem-estar animal era um desafio:

apesar de existir alguns bons exemplos, indicando que esta estratégia pode trazer ganhos diretos e indiretos para todos os segmentos envolvidos com a produção de carne, há ainda muitas barreiras a serem vencidas, tanto técnicas como culturais (PARANHOS DA COSTA et al., 1998 apud PARANHOS DA COSTA et al.2004).

O mesmo autor, em 2014, reconheceu a mudança no posicionamento dos produtores para algumas práticas. “Felizmente, isto está mudando, com aumento no número de produtores que estão conscientes sobre as possibilidades de melhorar as rotinas de trabalho em suas fazendas” (PARANHOS DA COSTA, 2014, p. 61).

Em estudo recente, sobre a cadeia de frangos de corte, Franco (2014) verificou a percepção do bem-estar por parte dos produtores. Do total de entrevistados, 96,6% relataram importar-se muito com o bem-estar animal e 91,4% acreditam estar bem informados sobre o tema nas práticas de produção. Tal percepção é importante, pois, de acordo com Gregory (1998 apud FRANCO, 2014, p. 44), a ignorância e a desconsideração sobre o tema são situações que levam ao sofrimento animal.

Entre os resistentes à adoção das práticas, muitos questionam os benefícios para os que as adotam, pois as medidas podem refletir em custo ao produtor e demandam treinamento dos trabalhadores e uma mudança de cultura. Nessa hora, na maioria dos casos, o argumento não se baseia na defesa do ganho moral e ético, mas nos benefícios econômicos que possam existir com a adoção das práticas. Relato de Grandin e Johnson (2010) em uma inspeção exemplificam, abaixo, como a pressão econômica influencia na aplicação das práticas. Esse é um exemplo da indústria, mas a mesma pressão ocorre em fases anteriores:

Quando vi isso (corrente elétrica para choque) fui com os inspetores para a sala de reunião e dissemos aos administradores do matadouro: “você foram reprovados na inspeção”. E disse a eles que toda aquela porcaria elétrica tinha que ser retirada e jogada na caçamba do lixo e, se ainda tivesse algum resto daquilo quando a gente voltasse lá, iriam para a lista negra e nunca iriam fornecer para o McDonald’s. (...) Eles se deram por vencidos, trabalharam com afinco e conseguiram melhorar. (...) Mas, sem ameaça de perder um cliente como o McDonald’s não teriam realizado nada disso. E, ainda que fizessem, não teriam mantido as melhorias (GRANDIN; JOHNSON, 2010, p. 206).

A justificativa econômica também pode ter embasamento técnico como o ganho direto por apresentar um produto com melhor qualidade, pois o estresse do animal prejudica características de qualidade da carne como cor, pH, maciez (FELÍCIO, 1997; FORMIGUIERI, 2012). Há redução no volume de carne que o produtor recebe, pois as partes machucadas (contusões) são descontadas; há economia pelo menor número de acidentes e pela redução de tratamentos médicos veterinários; benefício para a mão-de-obra. Por fim, há a consciência da percepção positiva sobre o produto e o sistema de criação, por parte do consumidor. Franco (2014, p. 51) constatou que os produtores têm essa percepção da valorização do produto final:

Melhores práticas de bem-estar animal levam ao aumento do custo de produção, o que eleva o custo do produto final, porém, 87,9% [dos produtores] concordam que isto traz maior rentabilidade à propriedade. (...) Uma percepção positiva dos produtores quanto aos efeitos do bem-estar animal nesta área indica sua visão da disposição do mercado consumidor a pagar mais por um produto diferenciado, sendo que 87,9% acreditam que mais atenção ao bem-estar animal na produção industrial melhora a imagem pública do setor (FRANCO, 2014, p. 51).

As mudanças poderão ser ainda maiores com a contínua conscientização dos produtores sobre a senciência animal. “Para ser um bom criador ou vaqueiro, é preciso reconhecer que o animal é um ser consciente, que tem sentimento, e algumas pessoas não querem pensar dessa forma sobre os animais” (GRANDIN; JOHNSON, 2010, p. 170). Os produtores também podem resgatar relações mais amigáveis entre pecuarista-animal, como ocorria antes da implantação do processo intensivo de produção. Existem projetos pecuários que confirmam essa predisposição.

O investimento afetivo dos pecuaristas em relação aos seus animais (...) foi apresentado aos pecuaristas como uma sensibilidade fora de propósito e arcaica, uma "fraqueza" de sua parte, um 'handicap' ao desempenho técnico-econômico, penalizando a rentabilidade da indústria e a competitividade das cadeias de produção (PORCHER, 2004, s/p).

Na visão do consumidor, a aceitação do bem-estar animal é dominante, independentemente do continente. Essa preocupação aumenta pela urbanização e menor relação das pessoas com o campo; mudança social na relação entre as pessoas e os animais e pela informação sobre as práticas realizadas durante a produção. No Brasil, Bonamigo, Bonamigo e Molento (2012) constataram que o consumidor brasileiro tem predisposição a se sensibilizar pelo tema se tiver conhecimento das condições de vida dos animais nas fazendas e abatedouros. Verificaram que quando os consumidores são informados sobre as condições de vida de frangos de corte pela simples exibição de fotos mostrando os diferentes sistemas de criação (caipira e intensivo), o valor do atributo bem-estar animal passa de 3,7% para 24,1%.

Em outra pesquisa, Souza (2011) também usou imagens de animais de fazendas industriais com o intuito de avaliar o grau de conhecimento que os consumidores têm sobre os procedimentos da criação e práticas industriais para produção de carne. O estudo mostrou que o grupo de consumidores entrevistados não tem conhecimento sobre os atuais padrões de manejo. Observou-se que após ter acesso às imagens, o grupo apresentou uma mudança de percepção, demonstrando, em alguns casos, revolta e culpa, indicando uma ameaça às empresas que mantiverem os processos e modelos de negócios atuais. Além disso, esses consumidores mostraram-se propensos a pagar preços mais elevados por produtos certificados. A autora do estudo concluiu que há uma expectativa de crescimento de consumidores conscientes de 5% a 7% ao ano até 2020.

Outra pesquisa de percepção pública sobre o bem-estar no Brasil tomou por base uma ferramenta utilizada pela Comunidade Europeia para monitorar a opinião pública na Europa – o Eurobarômetro. De acordo com Franco (2014) entre os respondentes, 63,2% relataram já ter ouvido falar sobre o bem-estar de animais de produção, desses, 93,6% consideram o tema importante. Quanto à percepção de bem-estar dos animais de produção no Brasil, 69,3% dos respondentes consideraram que o grau de bem-estar dos animais de produção no Brasil evoluiu nos últimos dez anos, porém, 84,6% disseram que o atributo precisa ser melhorado. Por outro lado, no momento da compra, a maioria

(54%) não pensa sobre o bem-estar dos animais, mas 83% acreditam que adquirir produtos com maior grau de bem-estar pode trazer impacto na forma em que os animais são criados. Entre os entraves para o consumo está a baixa disponibilidade desses produtos, a falta de rotulagem quanto a forma que os animais são criados e o preço. A mesma percepção é verificada em pesquisas em outros países do mundo.

No comércio internacional a exigência do bem-estar animal é uma realidade, principalmente para se vender para a Europa, que tem uma das legislações mais detalhadas para o tema²². Molento (2005) acredita que é provável que os países mais exigentes em relação aos padrões de bem-estar animal para com os seus produtores, sejam rigorosos também com os pecuaristas de seus países fornecedores. As legislações latino-americanas destacadas no início deste capítulo são um exemplo da influência das regras europeias em outros continentes. E existem outros exemplos: em 1999, a União Europeia anunciou que iria eliminar progressivamente as gaiolas de bateria para galinhas poedeiras a partir de 2012, o que hoje é um fato (Hötzel, 2014). Além disso, as cadeias de varejo, há tempos, vêm cobrando mudanças dos seus fornecedores para atender padrões de bem-estar animal.

Pressionados pelo consumidor, para proteger a reputação das empresas e também como estratégia de marketing, as redes varejistas assumem compromisso com o bem-estar animal. São muitos os casos. E entre os mais recentes, em 22 de maio de 2015, Walmart²³ e Sam's Club anunciaram um novo posicionamento, mundial, sobre o bem-estar animal e passaram a cobrar transparência dos fornecedores. O comunicado diz que os animais devem ser tratados humanamente durante suas vidas; apoiam as cinco liberdades e não irão tolerar abusos aos animais.

O posicionamento de mercado por empresas é tomado pela percepção econômica que o recurso natural pode significar. Os sentimentos éticos ou culturais, preferências ou sensibilidades individuais do que representa para a sociedade a consideração do bem-estar animal podem expressar um valor econômico potencial (MCINERNEY, 2004; BELLAVER e BELLAVER, 1999 apud MOLENTO, 2005, p. 4).

²² Em http://ec.europa.eu/food/animal/index_en.htm é possível verificar legislação sobre bem-estar animal da Comissão Europeia aos seus países membros. Elas tratam da criação nas fazendas, transporte de animais e abate.

²³ Posicionamento sobre o bem-estar animal disponível em <http://corporate.walmart.com/article/position-on-farm-animal-welfare>. Último acesso em 20/07/2015

E esse valor está cada vez mais evidente: as preocupações dos consumidores com o bem-estar dos animais representam uma oportunidade de negócio que pode ser uma incorporação lucrativa em estratégias comerciais (VELARDE; FERRARA, 2014).

Como exemplo, a Corporação Internacional de Financiamento (IFC, em inglês, do World Bank Group) reconheceu que o bem-estar animal está se tornando um fator importante em operações comerciais de gado em todo o mundo. De acordo com o IFC, elevados padrões de bem-estar animal são importantes para aumentar a eficiência e rentabilidade nos negócios, para atender às expectativas dos consumidores e para satisfazer os mercados doméstico e internacional (IFC, 2006). “Em geral, bem-estar animal é cada vez mais percebido e utilizado como um importante atributo de um conceito global de qualidade alimentar” (VELARDE; FERRARA, 2014, p. 147).

1.6 – Papel e influência da mídia

As ações políticas e comerciais do mercado pecuário não foram pautadas somente pelo interesse econômico, tendo a pressão do consumidor um papel relevante na mudança de paradigma e desde o início, a mídia também foi uma aliada no compartilhamento das informações. O citado livro *Animal Machines*, de Ruth Harrison, que trouxe à tona a insatisfação com o processo produtivo, foi reproduzido no *The Observer*, um periódico britânico de grande circulação em Londres, que ajudou a dar publicidade às informações, mostrando a influência da mídia para destacar o tema. No decorrer de sua vida, Harrison continuou suas investigações e contribuições para o bem-estar animal e, foi, recorrentemente, alvo de entrevistas, além de ter escrito artigos sobre a questão (WEERD; SANDILANDS, 2008). Broom & Fraser (2010) também reconhecem que tanto a pesquisa publicada à época quanto a cobertura da mídia acerca da pesquisa contribuíram para a mudança de atitude no tratamento dos animais.

Na Europa, principalmente, o surgimento de doenças em rebanhos despertou o interesse dos consumidores pela origem da carne. A participação da mídia, investigando e divulgando todas as etapas do processo produtivo, foi um importante impulsionador desse crescente interesse dos consumidores (SOUZA, 2011). Tonsor e Olynk (2011) constataram que a mídia causa impacto no aumento ou redução da demanda por carnes, especialmente para as cadeias de aves e suínos dos Estados Unidos. Pela falta de correta rotulagem sobre os sistemas de criação, a mídia também passa a ser uma fonte viável e

relevante de informação sobre o sistema produtivo. Os autores relatam que há interesse da mídia pelo tema, pois o número de artigos sobre bem-estar animal cresceu de forma constante.

No Brasil, existem poucos estudos sobre o impacto da exposição do tema bem-estar animal na mídia, mas é reconhecido que as matérias jornalísticas são um apoio à divulgação das técnicas comprovadas pela pesquisa e recomendadas para aplicação no campo. Entre as justificativas pelo aumento do interesse pelo bem-estar animal no Brasil, está a forma positiva como a mídia especializada em jornalismo rural discorreu sobre o tema, estimulando as práticas, sem tratá-lo como uma imposição (GRANDO, 2012).

A divulgação em meios de comunicação destinados à sociedade é positiva para esclarecimento, conscientização e divulgação de conceitos de bem-estar para a melhor qualidade de vida dos animais. Com a informação, o consumidor passa a ter afinidade com as informações científicas sobre o tema, tem conhecimento sobre os problemas mais severos e pode fazer suas próprias avaliações e julgamentos. Torna-se também agente para motivar a construção de um consenso entre todos os atores envolvidos na produção no campo e na indústria e no consumo, ampliando o debate sobre o tema, que não deve estar centrado em grupos específicos (BROOM; MOLENTO, 2004; DIAS; SILVA; MANTECA, 2014; HÖTZEL, 2014).

Grandin e Johnson (2010) destacam a comunicação em primeiro lugar entre os quatro itens necessários para a transferência bem sucedida da pesquisa comportamental para a área comercial e ressaltam que isso pode refletir positivamente em novas oportunidades.

É importante publicar a pesquisa em revistas da comunidade científica para que o novo conhecimento não se perca. Mas publicar em revistas científicas não é suficiente. Os pesquisadores tem que divulgar seus trabalhos em palestras, congressos, em artigos para revistas dirigidos à indústria, na criação e atualização de websites. Uma das razões que me permitiram transferir projetos de manejo de gado para o mercado foi ter escrito mais de cem artigos sobre o meu trabalho para a mídia da indústria pecuária. Publiquei um artigo sobre cada um dos meus trabalhos (GRANDIN; JOHNSON, 2010, p. 210).

Além da comunidade científica, Grandin (2014) critica a comunicação ineficiente da própria indústria de carnes que precisa abrir as portas, ser mais transparente e explicar tudo o que faz para, principalmente, esclarecer mensagens erradas que são enviadas ao consumidor. Ela enfatiza a importância da comunicação aos jovens, que serão responsáveis por legislações e a política futura com reflexos em todo o mundo (GRANDIN, 2014).

1.7 – Relação com a ética e a moral

Os animais, com evidências que vêm desde o período paleolítico, sempre fizeram parte da história do ser humano e a relação entre as espécies sofre influência de diversos fatores. Há séculos, pela domesticação, os animais representam ao ser humano fonte de recursos, atendendo demandas de alimentos e outros fins como a produção de pele, emprego no transporte, na segurança, na companhia, no lazer, como modelos experimentais de pesquisas, entre outros (DIAS; SILVA; MANTECA, 2014). A forma como se dá essa relação sofre influência de aspecto evolucionista, antropocentrismo, religioso, cultural, de reconhecimento sobre a sentiência animal e de mudança no relacionamento entre as espécies. Todo o debate faz com que as relações entre o ser humano e o animal sejam constantemente repensadas e a postura frente ao tema tem complexa base moral e ética.

O filósofo Peter Singer, autor do livro *Animal Liberation*, em 1975, provocou um debate ético defendendo a igualdade de interesses entre as espécies, baseando-se principalmente na capacidade de sentir e sofrer (sentiência). Ele critica o ato de matar para satisfazer o gosto, como também o sofrimento dos animais vivos em alguns métodos de produção (SINGER, 2010). Singer influenciou muitos outros filósofos defensores dos direitos dos animais. Dentre eles, há os que criticam diretamente a ciência do bem-estar animal por considerá-la conivente ao uso de animais para a produção, pesquisa ou outros fins, pois permite uma perspectiva de conforto e tranquilidade ao consumidor, uma vez que os animais são criados com qualidade de vida, mesmo que a finalidade seja o abate.

Muitas pessoas se opõem à criação intensiva de animais por causa do sofrimento terrível infligido aos animais, mas não consideram objetável comer animais que são mortos de forma indolor depois de terem sido criados em condições que não são piores, e que talvez até sejam melhores do que as condições típicas no ambiente natural. Designemos esta última prática, na qual os animais são criados para consumo humano mas em condições decentes, como ‘carnivorismo benigno’ (MCMAHAN, 2010, p. 219).

Por princípio e para manter suas investigações próximas da precisão objetiva, a ciência do bem-estar animal não discute a moral e a ética. Seu objetivo é trazer informações com embasamento científico para que, posteriormente, os julgamentos possam ser feitos de acordo com a ética, moral, significado e cultura de cada indivíduo.

Compreende-se que a ciência do bem-estar animal tem o papel mandatório da sociedade de estudar os temas relacionados com a qualidade de vida do animal e fornecer para ela os conhecimentos gerados por meio das pesquisas e experimentações, e a sociedade, utilizando suas bases éticas e morais, define o que é certo ou errado em seu contexto cultural. Também é a sociedade que determina como devem ser aplicados legalmente estes conhecimentos, que passam a ser exigidos na forma de leis determinando condutas mínimas junto aos animais (DIAS; SILVA; MANTECA, 2014, p. 17).

Há um limite tênue, pois a motivação inicial dos estudos de bem-estar está intrinsecamente ligada aos questionamentos morais e éticos sobre a forma de relacionamento entre seres humanos e animais, especialmente aqueles destinados à produção de alimentos. Broom e Molento (2004), ao sistematizar as etapas de uma pesquisa, evidenciam a separação das fases científicas e éticas. Eles dividem as pesquisas em quatro componentes de estudo: o primeiro componente está na decisão de que existe um problema; o segundo está em realizar uma comparação científica do bem-estar dos animais, considerando todas as informações disponíveis sobre biologia e prováveis efeitos ambientais. O terceiro componente é a análise de dados de forma objetiva e independente. Por fim, o quarto componente seriam as decisões tomadas com base nos resultados. Os autores dizem que os valores éticos estão envolvidos no primeiro e no quarto componente do processo, porém, somente valores científicos devem estar envolvidos nos componentes dois e três, ou seja, na pesquisa em si sobre o estado dos animais.

Quanto mais próximas fisicamente dos seres humanos são as espécies animais, maior é a sensibilidade moral e ética. Os posicionamentos morais em tais assuntos mudaram à medida que as pessoas se tornaram mais cientes da complexidade animal e do grau de similaridade entre as espécies de animais domésticos e o ser humano (BROOM; FRASER, 2010).

Para os pesquisadores de bem-estar animal é necessário fazer uma separação do conceito de morte. O problema ou objeto de estudo do bem-estar animal está no grau de qualidade que o animal tem durante a vida, reduzindo ao máximo as práticas que o levem ao sofrimento.

Os problemas de bem-estar se relacionam com o que ocorre antes da morte, incluindo o tratamento que se dê aos indivíduos durante a sua vida, seguindo pelo período prévio ao abate e, finalmente, ao método de abate utilizado (BROOM, 2011 apud DIAS; SILVA; MANTECA, 2014, p. 22).

Se as pessoas assumem a responsabilidade de criar animais, devem também assumir a responsabilidade de lhes dar condições de vida decentes e uma morte sem dor. É preciso satisfazer todas as necessidades físicas e emocionais durante a vida inteira dos bichos. É preciso melhorar as condições de vida dos animais nas fazendas de criação intensiva (GRANDIN; JOHNSON, 2010, p. 307).

Temple Grandin relata que foi sua experiência, na juventude, com pessoas que conduziam e respeitavam os animais de produção que a motivou a trabalhar para melhorar a indústria no lugar de ser uma ativista contrária à produção. “Eu sabia que a indústria tinha seus problemas, precisava de reformas, e essas pessoas me fizeram crer que era possível” (GRANDIN; JOHNSON, 2010, p. 304). Para Grandin e Johnson (2010) a morte não é o que pode acontecer de mais terrível ao animal, mas a falta de qualidade de vida, saúde, dores e emoções negativas.

Para Ruth Harrison, a preocupação com os animais é proveniente de um senso de justiça que ela chamou de *fair play* (jogo justo), baseando-se sobre o que a ciência pode dizer sobre a natureza e a necessidade dos animais. “Ela acreditava que, se as pessoas usavam os animais para alimentação ou qualquer outra coisa, eles tinham a obrigação de proporcionar-lhes uma vida digna, livre de dor e medo” (WEERD; SANDILANDS, 2008, p. 408)

As pesquisas sobre o bem-estar animal vêm se ampliando e permitem que se faça hoje uma reflexão sobre a interação entre ser humano e animal, na qual o bem-estar animal está inserido e tem por base as constatações científicas e uma posição moderada. É inegável que há uma apropriação do conceito – e das práticas que visem estabelecê-lo – em benefício de interesses comerciais e de um consumo “sem culpa”. Por outro lado, as constatações a que chegam os pesquisadores da área provocam, na cadeia produtiva, principalmente, questionamentos, reflexões e revisões sobre a relação entre ser humano e animal e a finalidade desta relação. O bem-estar animal pode ser visto como um passo de esclarecimento e conscientização para o futuro dessa relação e, o mais importante, agregando um número cada vez maior de pesquisadores, produtores e legisladores.

Síntese

Como resposta ao crescente sistema de produção intensificado, principalmente para bovinos, aves e suínos, toma força a ciência do bem-estar animal e a preocupação com a qualidade de vida dos animais. Foi a publicação do livro *Animal Machines*, em 1964, com posterior repercussão na mídia, que chamou a atenção para a crueldade contra os animais, mobilizando a sociedade e os governos. A partir dessa publicação começaram a surgir as regulamentações com base nos estudos de bem-estar animal.

A partir do relatório de Brambell (Brambell Report) origina-se o conceito das “cinco liberdades” que reúnem condições mínimas que deveriam ser asseguradas aos animais. Principalmente a comunidade europeia incentivou as regulamentações, como o projeto *Welfare Quality*, em 2004. A Organização Mundial para a Saúde Animal (OIE) também iniciou em 2004 conferências sobre o tema por reconhecer a necessidade de novas regras de relacionamento entre seres humanos e animais. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) também buscou reunir especialistas em 2009, para gerar um aconselhamento em favor de disseminar as práticas de bem-estar animal. No Brasil, as pesquisas surgiram na década de oitenta, com intensificação nos últimos dez anos. Por outro lado, as iniciativas de legislação brasileira como de outros países da América Latina são mais recentes. Elas foram impulsionadas por pressões para garantir proteção animal e por normativas definidas pela Comunidade Europeia.

Para entender o conceito de bem-estar animal é necessário considerar as três correntes que tratam das definições. Elas não são excludentes, se interligam e têm por eixos centrais: a esfera emocional, o funcionamento biológico do organismo e o comportamento natural dos animais. Além disso, o bem-estar de um animal não é um valor absoluto e pode variar entre muito bom a muito ruim. Para alcançar a melhora do bem-estar, os indicadores são baseados em evidências científicas, pois se acredita que apenas se consegue administrar e melhorar aquilo que é possível medir. Os estudos existem para diversas espécies e nas mais diversas fases produtivas.

A percepção do produtor, setor varejista e do consumidor vêm aumentando, principalmente pelo acesso às informações. Estudos mostram o maior entendimento do produtor para o tema e associação das práticas às questões econômicas e comerciais. As mudanças poderão ser ainda maiores com a contínua conscientização dos produtores sobre a senciência animal.

Na visão do consumidor, a aceitação do bem-estar animal está presente em todo o mundo. Essa preocupação aumenta pela urbanização e menor relação das pessoas com o campo; mudança social na relação entre as pessoas e os animais e pela informação sobre as práticas realizadas durante a produção. Diversos estudos apontam o maior reconhecimento do tema se há divulgação de informações, produto disponível e bom preço. Nas cadeias de varejo, ao perceber a demanda do consumidor, há tempo se vêm cobrando mudanças dos fornecedores para atender padrões de bem-estar animal. São muitos os casos que passaram a cobrar transparência dos fornecedores, além de não tolerar mais abusos de animais.

O posicionamento de mercado por empresas é tomado pela percepção econômica de quanto o recurso natural pode significar e o valor econômico que representa. Nesse cenário, a mídia tem papel relevante pela divulgação de matérias. As publicações contribuíram para a mudança de atitude do produtor e do consumidor e causam impacto no aumento ou redução do consumo. Questões éticas e morais também estão presentes nas discussões sobre o tema.

CAPITULO 2

Jornalismo Rural e sua interface com a divulgação científica

A divulgação do bem-estar animal não aparece com frequência nos meios de comunicação diários. Os veículos que tratam de questões ligadas ao meio rural têm dado mais atenção ao tema. Para a análise da divulgação do tema bem-estar animal nas revistas especializadas em jornalismo rural, faz-se necessária uma contextualização sobre essa área do jornalismo, destacando suas características e particularidades.

O jornalismo rural no Brasil tem suas raízes na colonização do País. Em seu livro *A imprensa rural no Brasil*, Dias (2011) traz exemplos da divulgação do meio rural por parte de colonizadores em manuscritos históricos, relatos de europeus em viagem ao ‘novo mundo’ e livros sobre o Brasil. Merece destaque o frade franciscano José Mariano da Conceição Veloso (1742-1812) – Frei Veloso – que escreveu, no século 18, dezenas de obras sobre temas agrícolas, entre elas, a enciclopédia *O fazendeiro do Brasil*, pioneira na divulgação de técnicas do plantio do café (DIAS, 2011). Porém, o formato típico de imprensa rural, com circulação periódica, impressão e sede própria surgiu no Brasil anos mais tarde, no tempo dos barões do café.

A imprensa rural entrou de corpo e alma nesse surto de mudanças sociais [abolição dos escravos], políticas [queda da monarquia] e econômicas [cafeicultura], nele enxergando nova chance de negócios. Praticamente em todos os anos, os prelos jorravam novos títulos de publicação na praça (DIAS, 2011, p. 59).

Na imprensa escrita, foram as revistas especializadas de jornalismo rural que se destacaram em volume de publicações e especificidades. Por suas características, elas se constituem, até os dias de hoje, como um importante veículo para difusão e transmissão de tecnologia para o campo. Muitos foram os títulos existentes no Brasil desde o século XIX. Dias (2011) fez um levantamento histórico e elencou 115 títulos de publicações agrícolas no Brasil de 1832 a 1928. Nessa listagem, ele não fez a distinção entre revista, informativo ou jornal (Anexo 1).

A primeira publicação identificada como revista do gênero foi a *Auxiliador da Indústria Nacional*, lançada por uma entidade de agricultores fluminenses em 1833 e que circulou até 1890 (A agricultura era vista como a “indústria nacional”). Entre as

pioneiras, sob os auspícios de dom Pedro II, em 1869, foi publicada a *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*. Ela tinha tom tecnicista com dados meteorológicos, estatísticas agrícolas e matérias sobre eucalipto, combate de formigas, exposições mundiais, entre outros temas relacionados (DIAS, 2011).

Em menos de cem anos (1832 a 1921) mais de uma centena de títulos foram criados, dos quais se mantêm em circulação *A Lavoura*, criada em 1897, pela Sociedade Nacional de Agricultura, do Rio de Janeiro, e a revista *Avicultura Industrial* de 1909, pela editora Gessuli.

A partir de 1929 foram lançados 86 títulos de revistas especializadas nacionais ou de grande impacto regional (Anexo 2). Desse total, 49% continuam em circulação, ou seja, 42 revistas são publicadas ainda hoje, com periodicidade diversa. Houve títulos, mais antigos, que passaram por ajustes no enfoque e outros até por adaptações no título ou slogan para se adequarem as novas necessidades identificadas durante as décadas de existência. Outros 51% (44 revistas) estão fora de circulação.

Ao classificar as revistas por seus mantenedores (Tabela 1), os responsáveis dividem-se em editoras privadas independentes; associações de criadores de determinada raça animal; empresas ligadas ao setor, principalmente cooperativas e, por fim, iniciativas de secretarias ou órgãos governamentais.

TABELA 1
Setores responsáveis pelas revistas especializadas em jornalismo rural, fundadas a partir de 1929

Mantenedora	Número de publicações	percentual
Editoras	58	67%
Associações	11	13%
Empresas	10	12%
Governo	7	8%
Total	86	100%

Fonte: Elaboração da autora

A maioria dos títulos, principalmente os que estão em circulação, são de editoras pequenas e médias. Mas o setor suscitou, também, o interesse dos conglomerados de comunicação brasileiros. Os cinco grupos expressivos de comunicação do País – Visão, Globo, Bloch, Abril e, mais recentemente, Editora Três –, também publicaram títulos rurais, a partir dos anos 60. São eles, respectivamente, *Dirigente Rural* (1960), *Globo Rural* (1985), *Manchete Rural* (1987), *Guia Rural* (1987) e, da Editora Três são: *Hippus*

(1979) e *Dinheiro Rural* (2004). O motivo para o interesse foi principalmente comercial, visando um mercado que despontava na economia do País.

A iniciativa daqueles grupos tinha dois motivos: não ficar atrás da concorrência e explorar o filão do mercado publicitário agropecuário, que se tornara mais atrativo graças ao novo *boom* da agricultura, cujas safras não paravam de crescer todos os anos, com o setor sendo então a vedete da economia nacional (DIAS, 2011, p. 99).

Dos cinco grupos, apenas dois mantêm publicações no mercado. Acredita-se que, em décadas anteriores quando os grandes grupos editoriais deixaram as publicações especializadas em jornalismo rural havia dificuldade, principalmente, em manter veículos segmentados, seja pelo motivo das tiragens menores, ou pela dificuldade em formar equipes especializadas, já que há uma alta rotatividade de profissionais nesses grupos. Hoje em dia, o jornalismo em geral, seja de grandes ou grupos menores também enfrenta a concorrência da internet, redução de tiragens e novos hábitos de leitura, implicando na diminuição das redações por razões comerciais.

O mercado editorial também foi afetado pela volatilidade econômica que atinge o setor rural, principalmente para as publicações originárias de associações e empresas. Há o lançamento ou falência de títulos de acordo com o desempenho da agricultura e pecuária. Isso também se reflete no mercado de trabalho, com oferta ou redução de vagas nos veículos especializados.

TABELA 2

Número de revistas especializadas em jornalismo rural, por ano de fundação, e percentual que ainda está em circulação.

Década	Nº de revistas criadas	Em circulação	(%)
1929-1959	6	1	17%
1960-1969	3	1	33%
1970-1979	6	3	50%
1980-1989	11	7	64%
1990-1999	20	8	40%
2000-2009	26	14	54%
2010-2014*	14	9	61%

* Dados de 2010 a 2014, pois ao final da pesquisa não havia se completado a década.

Fonte: Elaboração da autora

Ao analisar a fundação de revistas, em suas respectivas décadas, é possível verificar a relação com o momento econômico vivido pela agropecuária. Até os anos de

1970, o lançamento de novos títulos não ultrapassava dez por ano. O final dos anos de 1970 e a década seguinte foram promissores para o jornalismo rural, tanto que uma nova associação, a Ajoagro²⁴ (Associação de Jornalistas da Agropecuária de São Paulo) foi criada, com a missão de organizar eventos e cursos para reunir os jornalistas e discutir o jornalismo agrícola (RESENDE, 2003). O jornalista Jair Borin lembra que neste período, o número de publicações voltadas ao tema agrícola era bastante significativo, com produção em vários pontos do país e de diferentes formatos.

a gente chegou a ter mais de 15 suplementos agrícolas no Brasil todo (...) Bahia, Pernambuco, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná... a maioria dos jornais tinha um suplemento agrícola de qualidade. E havia várias *newsletters* de produtos agrícolas, feitas por jornalistas de grupos especializados na área de algodão, de café, de açúcar... Enfim, foi um período muito fértil, muito promissor para a atividade do jornalista em agropecuária (RESENDE, 2001, p. 221).

O aumento do número de revistas a partir da década de 80 foi reflexo do crescimento nacional do número de *commodities* e sua recuperação de preço em mercados internacionais.

Nas décadas seguintes, 1990 e 2000, o *boom* foi ainda maior, com a criação, respectivamente, de 20 e 26 novos títulos apenas de revistas especializadas. A década de 90 e início dos anos 2000 foram turbinados pelo aquecimento no mercado pecuário, com grande diversidade de raças bovinas e promoção de eventos e leilões de animais. Muitas foram as associações de criadores que lançaram títulos próprios e pequenas editoras que se aventuraram neste mercado. O que comprova esse momento de expansão de raças bovinas são os relatórios das vendas de sêmen²⁵, quando em 2001, estavam listadas 45 raças diferentes de bovinos de corte, sem concentração em raça específica (ASBIA, 2001). Exemplo da pujança desta época foi a revista *DBO* que alcançou, em 1999, uma edição com número recorde de páginas: 340, sendo 200

²⁴ A Ajoagro foi formalmente constituída em assembleia geral no dia primeiro de agosto de 1984, na rua Formosa 367, 19, andar, centro velho da cidade de São Paulo, que aprovou o estatuto da entidade e elegeu a primeira diretoria. O primeiro presidente da Associação foi o jornalista Antônio Reche Medrano, que tinha como vice-presidentes Romeu Gil Cardoso e Jorge B. Reti; diretor secretário, Ivan Jun Nakamae, e diretora tesoureira, Olga Kan.

²⁵ Na atividade pecuária, há importação de diferentes raças para a realização do cruzamento com o gado local. Em muitos casos, o cruzamento é feito por inseminação artificial como também a multiplicação em rebanhos puros, sendo assim, os dados de venda de sêmen são um importante indicador para o setor.

páginas de anúncios. “Foi um período de muitos leilões e de trabalho de marketing das raças bovinas europeias. Alguns desses leilões chegavam a publicar pré-catálogos na revista”, afirma Demétrio Costa, diretor da DBO Editores²⁶. As revistas eram o principal meio de divulgação de eventos da época. Porém, esse mercado publicitário, a partir de meados dos anos 2000, passou a investir nos canais de televisão especializados (*Canal do Boi, Canal Rural, Agrosat, Terra Viva*) para divulgação de seus eventos. Houve também uma redução da verba para sustentação das revistas.

Os anos 2000 também foram marcados pelo aumento das exportações de carnes em geral, principalmente o mercado de carne bovina, quando o Brasil assumiu a liderança no mercado mundial. Em 1998, o Brasil faturou US\$ 588 milhões em exportações de carne bovina; em 2001 já registrava quase o dobro (US\$ 1.022 milhões); dobrando novamente em 2004 (US\$ 2.457 milhões) e encerrando a década próximo dos US\$ 5 bilhões (CNA, 2009). Esse vigor incentivou as publicações especializadas, pois o número de novos títulos é crescente, com 26 novos títulos de 2000 a 2009 e 14 outros títulos apenas de 2010 a 2014.

O que se viu também, após os anos 2000, foi a maior segmentação das publicações, com editoras que optaram por dividir e diversificar o número de títulos e ter publicações especiais para cada setor. Hoje existem publicações especializadas para bovinos de corte, bovinos de leite, ovinos e caprinos, aves, suínos, produção de ovos, grandes culturas, biomassa etc. Em relação aos profissionais que atuam na área, o único levantamento realizado elenca 1.200 jornalistas rurais atuantes nos últimos cem anos (DIAS 2011).

Ao analisar a circulação, chama a atenção, que apenas metade das revistas conseguiu manter-se até os dias atuais. Por exemplo, das 20 publicações criadas na década de 90, apenas oito estão em circulação (40%). Mesmo revistas criadas a partir de 2010 foram extintas e não chegaram a cinco anos de existência. Os motivos são principalmente a disputa pelo mercado publicitário; falta de interesse dos leitores e a qualidade do produto oferecido. Pouco se vê de inovação neste mercado, mas uma segmentação e especialização cada vez mais aprofundada. Se antes as revistas falavam de pecuária em geral abordando diversas espécies animais, hoje elas tratam de aptidões

²⁶Entrevista à autora em 12/10/2014.

específicas. Entre as revistas que se sustentam, elas ainda optam pelo difusionsismo e extensionismo, principal linha adotada desde o início do jornalismo rural e que ainda será discutida nesse capítulo. Esse parece ser o caminho que deu melhor resultado e garantiu sustentabilidade financeira às revistas.

O histórico do jornalismo rural não é formado apenas por iniciativas de mídia impressa. Mesmo após o império, o governo federal sempre se interessou pelo tema, por exemplo, em 1938 o governo federal criou o Serviço de Publicidade Agrícola, ligado ao Ministério da Agricultura (KOLLING, 2006, p. 55). Os veículos de comunicação desde então se diversificaram a partir das diversas mídias: rádio, televisão, revista, jornal e, mais recentemente, a mídia eletrônica.

Dentre as mídias eletrônicas, o rádio era o que mais atingia os produtores do meio rural, principalmente pelo alcance da transmissão, facilidade de produção e de acesso do ouvinte a esse meio. Nas décadas de 1950 e 1960 houve emissoras que se preocuparam em produzir de forma sistemática uma comunicação específica para o perfil do empresário e trabalhador rural. De acordo com Kolling (2006), exemplo foi o programa *Porteira Aberta*, dirigido por Moacir Franco e patrocinado pelo Banco do Brasil, reproduzido em dezenas de emissoras com o objetivo de divulgar o crédito rural.

Por sua vez, a televisão chegou ao meio rural após as iniciativas de eletrificação, nos anos 70, que permitiam que uma nova audiência fosse explorada pelos meios de comunicação com programas específicos e também pelas empresas comerciais. Borin (2001) reconhece as facilidades que a energia elétrica proporcionou, mesmo a regiões mais remotas, fez com que o rádio perdesse sua característica de grande mídia para a população rural. Assim, a penetração da televisão e sua programação de massa tornaram-se o principal meio de comunicação.

De acordo com histórico feito por Kolling (2006) as primeiras iniciativas da grande mídia na produção de televisão de conteúdo vinculado ao meio rural foram os programas de entretenimento, com a valorização da música sertaneja. Também existiram iniciativas específicas para a internet, iniciadas nos anos 2000, além das plataformas eletrônicas dos próprios veículos já existentes. Muito do noticiário migrou para essas opções de internet que ainda são muito concentradas.

2.1 – Estudos na área e a proximidade com a economia

O jornalismo rural ainda é um segmento pouco explorado no meio acadêmico, sendo analisado em poucos estudos. Por exemplo, no Banco de Teses da Capes, ao buscar pelo termo “jornalismo rural” nenhum trabalho foi encontrado e o termo “comunicação rural” registrou sete trabalhos, sendo um em comunicação²⁷. Repetida a mesma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Informação e Ciências e Tecnologia (Ibict) observou-se apenas dois registros para “jornalismo rural” e nove para “comunicação rural”. A pesquisa do termo “jornalismo” apresenta como resultado um número infinitamente maior nesses bancos, pois são encontrados 471 e 1077 teses, respectivamente, na Capes e no Ibict²⁸.

Apesar dos registros da fundação de associações de classe específicas de jornalistas rurais e também de eventos que discutiram e avaliaram o tema, não são muitos os documentos sobre esta vertente jornalística. Quando existentes, na maioria das vezes, relacionam o jornalismo rural à economia (BORIN; VEIGA, 2001; RESENDE, 2003). Entre outros autores, Cerri e Capozoli em depoimento para BORIN e VEIGA (2001), justificam essa aproximação com a economia pela grande importância de números e dados referentes às safras e insumos. Eles acreditam que essa relação deve-se a muitos fatores, como, por exemplo, uma consequência do “milagre econômico” que, durante o regime militar (1964 a 1985), promoveu uma expansão do setor industrial e mudanças significativas no campo, como o aparecimento das empresas de máquinas agrícolas, que se desenvolveram junto com a indústria automobilística. Na mesma toada de crescimento e que despertou interesse no país por se mostrar um campo de atividade bastante lucrativo, encontravam-se as empresas de insumos agrícolas.

São os primeiros passos da tal revolução verde. As fábricas de tratores vêm ao Brasil em 1959 e 1960, junto com a indústria automobilística. É o caso da Ford que vem rápido, mas vem também a Massey Ferguson, a Valmet (...). Então, tem-se um processo de mudança na agricultura, vamos dizer, numa perspectiva tecnológica (RESENDE, 2003, p. 200).

²⁷ Os demais trabalhos foram nas áreas de extensão, meio ambiente e administração.

²⁸ Pesquisa feita em 10/06/2015 em <http://capesdw.capes.gov.br/?login-url-success=/capesdw/Teses.do%3E> e em <http://bdt.ibict.br/>

A relação entre o jornalismo rural e o econômico fica evidente, principalmente, nos jornais diários. As notícias sobre agricultura e pecuária, que se fortaleceram em cadernos semanais, depois extintos nos anos 2000, começaram a circular dentro da editoria de economia. Mário Mazzei²⁹, decano do jornalismo rural, lembra que, na década de 40, na *Folha da Manhã* (hoje, *Folha de S. Paulo*), ele era responsável pelos editoriais a respeito de agricultura e na seção de economia pelo “trabalho de cunho agropecuário”. O jornalista foi contratado pelo interesse editorial de ampliar a abordagem sobre o tema pecuário. A principal motivação foi o crescimento das empresas frigoríficas nacionais (RESENDE, 2003), as mesmas que atualmente são multinacionais brasileiras e líderes mundiais da produção de carne.

Mudança expressiva voltou a ocorrer na década de 70. A mesma Folha, por esforço do jornalista Joelmir Beting³⁰, criador e editor do caderno de economia, optou por agregar o suplemento semanal agrícola à página de economia, mudando sua data de fechamento. “Quer dizer, a Folha Agrícola deixou de ser autônoma, passou a ser feita dentro da economia” (RESENDE, 2003, p. 207). No principal concorrente, *O Estado de S. Paulo*, em 1975 o jornalista José Carlos Cafundó³¹, transferido para a seção de economia do Estadão “ajudaria a edificar a ponte que encurtava o caminho entre a agricultura e o abastecimento” (RESENDE, 2003, p. 210). Ou seja, ele trouxe para os leitores a relação entre o que acontecia na produção e sua consequência para a economia e para o consumidor. Cafundó avalia:

Pela primeira vez (...) um jornal mantinha quase uma página diária sobre informações econômico-rurais. (...) E foi nesse período, em que estava na seção de Economia, que a gente começou a refletir esse fervilhar da economia agrícola. (RESENDE, 2003, p. 211).

Entre as funções do jornalismo rural, é inegável sua relação com o jornalismo econômico e sua contribuição para a área econômica. Entretanto, é preciso ressaltar que

²⁹ Mario Mazzei Guimarães (1914/2012) começou na década de 30 e atuou na área praticamente até seus últimos dias, aos 99 anos. Em toda sua obra, destaca-se a inserção do tema rural na *Folha de S. Paulo* e a criação do *Correio Agro Pecuário*, que chegou a 80.000 exemplares e durou quase 20 anos. Também foi articulista da revista *DBO*. Conquistou o prêmio Esso de Reportagem em 1959 entre outras honrarias, medalhas e condecorações, como a Ordem de Rio Branco, do Itamaraty, no grau de comendador.

³⁰ Jornalista e Sociólogo (1936/2012). Jornalista de importância principalmente para o jornalismo econômico. Entre suas atuações passou pelos principais veículos de grande imprensa como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Rede Record*, *Rede Globo* e *Rede Bandeirantes*.

³¹ Jornalista de Economia do Jornal *O Estado de S. Paulo* e foi editor do Suplemento Agrícola do mesmo jornal.

o jornalismo rural também traz elementos de outros segmentos do jornalismo, que embora se inter-relacionem na maior parte do tempo, são também tratados em subdivisões, tendo inclusive editorias próprias nos veículos como economia, cultura, política, ciência etc. Esse trabalho busca analisar também a função de divulgação científica do jornalismo rural, pois a ciência e os cientistas estão presentes no segmento desde as primeiras publicações.

2.2 - Caracterização do jornalismo científico

Por tratar da função de divulgação científica e o jornalismo rural, neste momento, faz-se necessária uma breve introdução. Divulgar a ciência significa levar ao público leigo, não cientista, a informação especializada com linguagem simples, interpretada e de forma que facilite o entendimento da mensagem de cunho científico para posterior aplicação ou aprendizado. Segundo Burkett, por jornalismo científico entende-se que:

De uma maneira geral, os escritores de ciência consideram que suas carreiras são construídas ao redor de explicar ou traduzir conhecimento científico para pessoas que podem ser ou não cientistas.(...) Portanto, a redação científica tende a ser dirigida para fora, para audiências além da estreita especialidade científica onde a informação se origina. O escritor de ciência torna-se parte de um sistema de educação e comunicação tão complexo como a ciência moderna e a sociedade mais ampla (BURKETT, 1990, p.5).

À DC, na maioria dos textos que a definem, é atribuída a função de trazer a ciência, de forma compreensível, aos diversos públicos. Para isso, podem ser usadas as mais diversas ferramentas de linguagem e comunicação, sendo uma delas o jornalismo científico. “A divulgação científica abriga em seu bojo um grande número de iniciativas disseminadoras do conhecimento, podendo abranger variadas modalidades de comunicação, desde uma conversa informal até artigos jornalísticos” (BERTOLLI FILHO, 2006, p. 2).

Teixeira (2001) faz uma avaliação crítica sobre o papel do jornalismo científico, lembrando que se trata de uma categoria do jornalismo; estabelece que ele deve cumprir todos os fundamentos da área, entre eles a investigação, a apresentação do contraditório, entre outros, para não se tornar apenas uma divulgação mais próxima do marketing de ciência. Além disso, faz-se necessária a aproximação entre jornalistas e cientistas, para

que haja compreensão do processo de produção de cada área, refletindo na melhor divulgação do conhecimento (CALDAS, 2004).

Orlandi (2001) traz para análise um dos principais pontos da prática do jornalismo científico que é a diferença entre a simples tradução e transcrição de discurso para a sua reformulação, com intuito de que haja entendimento, em novo texto, apresentando um novo recorte da realidade.

Não se transportam sentidos de um discurso para outro. O jornalista científico ocupa uma posição sujeito específica determinada que não resulta pois de mera soma, nem substituição. Trata-se do que em discurso chamamos transferência, ou seja, é preciso que se produza um efeito metafórico pelo qual algo que significava de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos, diferentes. Desse ponto de vista não há equivalência entre o que é dito em uma ordem de discurso e na outra. Há transferência. Quando isso não é “bem feito” resulta em que há apenas “transporte” (e não transferência) de um sentido de um discurso para o outro o que resulta em perda, em caricatura. Por outro lado, o jornalista não estará “traduzindo” o discurso científico para o jornalístico, mas estará trabalhando no entremeio desses dois discursos, deslocando, portanto, também sua posição de jornalista. O discurso jornalístico não é mero receptáculo, ele é um meio, no sentido material. Quero com isto dizer que os meios não são indiferentes aos sentidos (ORLANDI, 2001, p. 24).

Avaliando ainda o desenvolvimento e as consequências do papel de reformulador da prática do jornalismo científico, Pfeiffer (2001) ressalta que:

a divulgação científica é outro texto, há um deslocamento em termos de posições não só do ponto de vista semântico-enunciativo, mas de constituição de sentidos para sujeitos de acordo com os lugares de leitura, autoria e da ciência que conformam essa prática. Pfeiffer (2001, p. 50)

Cumprindo esse papel de reformulador de significados, Bueno (2001) entende ser necessário ir além, para assumir uma visão mais crítica para enfrentar os desafios da comunicação científica.

A importância da ciência e da tecnologia para o cidadão do novo milênio, extremada pelo advento da Sociedade da Informação e da Nova Economia, requer de todos, e especialmente dos multiplicadores de opinião, uma tomada de posição. Exige uma mobilização permanente, (...) sob pena de nos vermos, jornalistas científicos, de mãos atadas para enfrentar os desafios da nova comunicação científica, que aproxima, de maneira vertiginosa, e muitas vezes sutil, informação e marketing, ciência e mercado, tecnologia e capital financeiro (BUENO, 2001 p. 169).

2.3 – A relação do jornalismo rural com a ciência vem de berço

O jornalismo rural, desde suas primeiras ações, esteve sempre baseado na divulgação de temas de ciência e tecnologia ao campo, seja de agricultura, seja de pecuária. No início, a comunicação rural seguiu no bojo das práticas difusionistas de extensão rural no Brasil que tiveram início nos anos 40 e foram intensificadas nas décadas de 50 e 60. O jornalismo rural assumiu o papel de agente de divulgação e influenciador para a aplicação de tecnologias e descobertas científicas, além do profundo relacionamento com pesquisadores, inclusive com estes presentes nas redações de suplementos e revistas rurais. Nos Estados Unidos não foi diferente e a ciência esteve sempre inserida pelo jornalismo rural. Burkett lembra que “os fazendeiros eram os alvos de revistas sobre agricultura científica. Essas publicações estavam em mãos privadas e podiam discutir livremente tópicos que as publicações científicas preferiam ignorar” (BURKETT, 1990, p. 32).

O modelo, chamado difusionismo, entendia comunicação e desenvolvimento quase como sinônimos. Ele é fortemente baseado na ideia do local valorado negativamente (atrasado) que recebe os benefícios do pólo valorado positivamente (moderno). Presume-se que uma inovação maior foi criada em tempo e local particular e é repassado para outras populações, como um pacote de regra a serem seguidas.

Segundo os difusionistas, a existência desses pólos diferenciados não só inibe o progresso, mas também, cria tensões sociais e coloca em risco o equilíbrio do sistema. Para superar essa situação e, simultaneamente, fazer avançar o progresso, torna-se necessário a modernização da sociedade pela eliminação ou transformação do pólo atrasado. A passagem positiva de um estágio a outro dar-se-ia mediante a introdução de recursos oriundos do pólo valorado positivamente (OLIVEIRA, 1988, p.39)

Visando aproveitar o potencial da comunicação para as atividades no campo, o Ministério da Agricultura brasileiro adotou nas décadas de 40 e 50 o Serviço de Informação Agrícola (SIA), que desenvolveu um programa de informação, usando vários meios para difusão das notícias e dos conhecimentos técnicos. A comunicação de massa passou a ser vista como uma atividade complementar ao trabalho dos extensionistas ligados às Secretarias de Agricultura (KOLLING, 2006). “Foi através de sistemas de comunicação que os processos de difusão tecnológica ganharam expressão no meio rural, persuadindo e transformando pensamentos e ações dos agricultores”

(KOLLING, 2006, p. 20). O jornalista Ivan Nakamae³², em depoimento a Resende (2003), corrobora a informação de que o modelo de extensão adotado no Brasil foi baseado no norte-americano e que isso também se refletiu no jornalismo rural.

A extensão rural tinha inspiração direta no modelão *land college* dos Estados Unidos, quer dizer, a extensão rural integrada às universidades (...). E as revistas, trabalhando nessa direção, sempre entenderam que o jornalista era um braço auxiliar dessa modernização da agricultura, sob inspiração da agricultura química, enfim, da mecanização intensiva e tudo mais” (RESENDE, 2003, p. 201).

Esse movimento estimulou a criação da Associação Brasileira de Informação Rural (Abir), em meados da década de 1960, com a finalidade de reunir comunicadores que trabalhavam nessa área. A motivação tinha inspiração direta do modelo norte-americano, tanto que uma das primeiras atividades foi organizar uma viagem patrocinada para conhecer o modelo daquele país. Essa prática ainda é usada, nos dias de hoje, pelas empresas da área agropecuária.

Nos jornais, mais especificamente no Suplemento Agrícola de *O Estado de S. Paulo*, houve espaço para um caráter extensionista, como revelado pelo depoimento do engenheiro agrônomo e editor, Jorge Bierrenbach, quando diz que as “informações publicadas no semanário, supriam a falta de uma efetiva assistência técnica no campo” (RESENDE, 2003, p. 194). Cumpria-se a assistência técnica por meio de pautas técnicas e explicativas, detalhando serviços e práticas. *O Estado de S. Paulo* foi o jornal que mais apresentou esse caráter técnico na cobertura de temas relacionados à área rural, além de demonstrar também uma preocupação com os aspectos econômicos.

Por outro lado, a divulgação científica e o perfil difusionista e extensionista do jornalismo rural ficam mais evidentes em outra mídia: as revistas especializadas em temas de agropecuária. Por suas características como textos mais longos, mais espaço para imagens; maior tempo para elaboração de pauta, apuração de matérias e elaboração e redação de texto, além do maior tempo em que o leitor se dedica para a leitura, facilitam o papel de difundir as tecnologias. Além dessas características do veículo, ressalta-se que essas publicações surgiram com um viés ideológico que reforçava a crença na tecnologia, a modernização no campo e representavam um processo de

³² Jornalista da área rural. Redator e editor da revista *Dirigente Rural* por 14 anos, passou por *Globo Rural* e *Canal Rural*.

mudança para as atividades agrícolas e pecuárias. Dentre os exemplos, Ivan Nakamae, editor da *Dirigente Rural*³³, lembra que:

“[...] a questão não era defender a cafeicultura, seja lá o que fosse, mas era de fé na tecnologia. Estava dentro de uma postura muito ideológica que vinha vindo, embora não se percebesse no momento em que se fazia. [...] Havia um processo de modernização. Havia na verdade uma tentativa de fazer uma mudança por via da tecnologia” (RESENDE, 2003, p. 200).

Essa estratégia foi adotada principalmente pelo interesse comercial e incentivo das empresas de insumos e maquinários que se instalavam no Brasil. Assim, como o Brasil importava pacotes tecnológicos prontos para aplicação no campo, as publicações acabavam sendo um veículo de comunicação auxiliar do processo de convencimento do público para a entrada dessa tecnologia, por meio de reportagens, anúncios, além das viagens para que os jornalistas conhecessem as tecnologias de outro país, por exemplo. Ao falar da *Dirigente Rural*, Nakamae reconhece que “foi o caso típico de como a revista fez parte do pacote [...] Não acho que dá para desvincular as revistas – a filosofia delas, a embocadura delas – dessa época, desse cenário de desenvolvimento agrícola do período” (RESENDE, 2003, p.203).

2.4 - Cientistas nas redações rurais: um diferencial importante

Desde a origem do jornalismo rural no Brasil, mesmo antes do movimento difusionista, os cientistas faziam parte das redações. Essa participação é mais uma prova de que a relação com a divulgação científica está na base das publicações rurais. Como exemplo, a *Revista Agrícola*, um dos primeiros títulos brasileiros, fundada em 1º de junho de 1895, reunia em sua redação o geólogo americano Orville Derby (chefe da Comissão Geográfica do Império), Teodoro Sampaio (um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo), Luiz Vicente de Souza Queiróz (fundador da Esalq de Piracicaba) e Franz Dafert (primeiro diretor do Instituto Agrônômico de Campinas). Até Monteiro Lobato, anos mais tarde, também foi um colaborador (DIAS, 2011).

³³ De 1961 a 1992. A *Dirigente Rural* pertencia ao Grupo Visão e registrou tiragem de 18 mil exemplares. Passou por quatro proprietários e foi um dos títulos importantes do Brasil publicado por um conglomerado de comunicação

Essa colaboração dos cientistas às redações sempre existiu, seja pelo momento econômico, pelo interesse comercial ou por outros objetivos. Mais do que colaborar com textos, os cientistas e divulgadores de ciência foram responsáveis pelo nascimento de veículos especializados em jornalismo rural. Em 1918, as notícias agrícolas surgiram em *O Estado de S. Paulo* por iniciativa do engenheiro agrônomo Manoel Lopes de Oliveira Filho (Manequinho) que escrevia a coluna semanal “*Assunptos Agrícolas*” e abordou, em 20 anos, temas como aprimoramento da criação de zebus e práticas adequadas de fruticultura (RESENDE, 2003; DIAS, 2011), ou seja, temas técnicos para difusão de tecnologias. Ele também foi uma ponte entre os cientistas e o público rural.

A imprensa rural e o trabalho de pioneiros como Manequinho nasceram quando o café, o algodão e cana-de-açúcar e os citros deixavam de ser roças familiares para tornar-se um negócio lucrativo, com as pragas começando a se multiplicar [...] e, na medida em que os agricultores foram precisando de mais informações sobre técnicas de cultivo, combate às pragas e época de plantio, quem respondeu a essa demanda foi a imprensa agrícola (DIAS, 2011, p. 89).

Engenheiros agrônomos, médicos veterinários e outros pesquisadores com especialidade relacionada às questões agropecuárias, também colaboravam com artigos divulgando “as novidades de lavouras e centros de pesquisa do país e do exterior” (RESENDE, 2003, p. 193). Em 1954, o Suplemento Agrícola, de *O Estado de S. Paulo*, foi lançado com o seguinte intuito: “uma verdadeira revista agrícola moderna, redigida em linguagem simples e clara, que *O Estado de S. Paulo* oferece ao agricultor brasileiro...”. Independente de seu formato ou nível de questionamento, a publicação estava falando de ciência para um público que estava fora do meio acadêmico, ou seja, uma comunicação secundária. Apenas na primeira edição, de acordo com relato histórico de Resende (2003), “19 especialistas escreveram artigos sobre diversos assuntos técnicos”. Ele complementa dizendo que:

vários técnicos que escreviam para o Suplemento eram professores e doutores de universidades e de órgãos de pesquisa e extensão rural. Eram artigos extensos e profundos, de boa qualidade, e que, de certa maneira, davam o tom agrônomo da agricultura brasileira, especialmente nessas áreas em que o Brasil era mais forte, com café, algodão e pecuária leiteira. Os artigos assinados no Suplemento Agrícola eram agregados ao currículo desses agrônomos e valiam pontos na carreira (RESENDE, 2003, p. 194).

Exemplo de colaborador regular foi o agrônomo Jorge Bierrenbach de Castro (RESENDE, 2003 e DIAS, 2011), que assumiu a direção no lugar de um colega de faculdade, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, assim como boa parte dos colaboradores era da mesma instituição.

Ao longo do tempo, Bierrenbach foi se cercado de tantos especialistas, que o suplemento passou a ser um caderno extremamente técnico. Assim, para alguém publicar um artigo no Suplemento Agrícola, tinha que ser no mínimo agrônomo (...). Com isso, o Suplemento Agrícola deixou de ser um veículo abrangente, aberto e diversificado, pois refletia a característica dos professores e doutores que nele escreviam (RESENDE, 2003, p. 194).

Na revista mensal da *Coopercotia*³⁴, produzida pela Cooperativa Agrícola de Cotia não era diferente, pois era escrita basicamente por pesquisadores e professores universitários (RESENDE, 2003:195). Porém, as revistas representaram uma profissionalização do setor por ter na chefia de redação um jornalista e também uma equipe de jornalistas. Ivan Nakamae, chefe de redação da *Dirigente Rural*, afirma que antes das revistas *Coopercotia* e *Dirigente Rural* o jornalismo rural era feito somente por engenheiros agrônomos que gostavam de escrever. “Acho que a *Coopercotia*, nesse aspecto, inovou” (RESENDE, 2003, p. 203). Ele lembra que:

embora a cooperativa agrícola tivesse, na época, uma equipe técnica de mais de 100 agrônomos a redação tinha autonomia, mesmo apoiando-se na extensão rural. Com o mesmo princípio da divulgação científica, havia o tema científico, porém, com tratamento de linguagem. “Interessados não-cooperados liam e elogiavam o seu conteúdo técnico, tratado de maneira compreensível ao leigo (RESENDE, 2003, p. 196).

Na revista *Dirigente Rural* havia a relação com o cientista, porém, em outro formato. “Era um técnico que escrevia a matéria, um jornalista que reescrevia e outro técnico que revia o que o jornalista escrevia”, relata o jornalista J. M. Nogueira³⁵. Em seu depoimento, Nogueira diz que essa relação foi importante para o aprendizado sobre o tema especializado. Dessa forma, com o conhecimento técnico e a habilidade

³⁴ Coopercotia lançada em 1943 cuja tiragem era de 68 mil exemplares em português e japonês

³⁵ José Maria Nogueira de Campos sempre atuou no jornalismo rural. Ele passou pela *Folha de S. Paulo*, *Correio Agro Pecuário*, *Revista Nestle*, *Revista dos Criadores* e foi um dos fundadores e redator da *Revista DBO*.

jornalística, havia a possibilidade de tratar o material para a divulgação científica, porém, em meio às páginas destinadas à temática rural (RESENDE, 2003, p. 199).

Ainda nesta relação com a ciência há o reconhecimento do jornalismo rural entre os vencedores de um dos principais prêmios do jornalismo científico brasileiro, o Prêmio José Reis de Divulgação Científica, oferecido anualmente pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Já foram agraciados o programa *Globo Rural* da TV e o Suplemento Agrícola de *O Estado de S. Paulo*, por reconhecimento ao conjunto da obra e por sua contribuição para a divulgação científica³⁶.

2.5 - O que pautou a temática rural e os desafios dos dias atuais

Os vieses econômico e científico constituíram as principais bases para o jornalismo rural como apresentado anteriormente e eles se intercalam de acordo com os interesses da época e dos veículos de comunicação. Pouco se viu de textos com teor político na mídia especializada que tratassem de temas como legislação, projetos de lei, ativismo, debates etc, exceto em questões pontuais como aprovação de uma lei que possa interferir na atividade. Dos veículos pioneiros, que nortearam a imprensa rural, apenas o *Correio Agro-Pecuário*, de Mario Mazzei, com redação na capital paulista, tinha uma linha mais política e assumia o papel de defesa do setor agropecuário. “Mazzei [leia-se *Correio Agro-Pecuário*] não era tão míope como as demais publicações. Ele era um jornalista mais aberto, porém, mantinha uma postura de defesa de classe [setor agropecuário]” (RESENDE, 2003, p. 204). O jornalista J.M. Nogueira, que trabalhou com Mazzei, reconhece que o setor não tinha consciência da importância de suportar economicamente publicações dispostas a ter uma postura política sobre o setor, como a do *Correio Agro-Pecuário* (RESENDE, 2003, p. 214). Passadas décadas, esse interesse ainda não é evidenciado.

No lugar das questões políticas, o caminho foram as questões econômicas e científicas para o jornalismo rural. A partir do final dos anos 40, o jornalismo rural e seu papel extensionista fizeram com que ele passasse a fazer parte do processo de desenvolvimento e modernização da agropecuária. Isso ocorre principalmente com

³⁶ Listagem de premiados disponível em <http://www.premiojosereis.cnpq.br/>. Último acesso em 20/06/2015

textos que detalham técnicas e sugerem práticas no campo. Apesar dos interesses diversos e comerciais, as escolhas tomadas pelos jornalistas em seus textos refletiam direta ou indiretamente no processo agrícola.

Ao analisar os anos 60 e 70 o jornalista Ivan Nakamae diz que a linha escolhida “foi a da tecnologia, pois todo mundo fazia o mesmo (...). O grau de consciência de que eventualmente se poderia fazer um outro jornalismo era muito reduzido”, avalia (RESENDE, 2003, p. 203). O jornalista também admite que houve um período em que a imprensa deu mais ênfase ao aspecto econômico, em detrimento da tecnologia. Isso foi resultado do início da cobertura dos jornais e das revistas gerais com vistas às questões de abastecimento e de interesse do consumidor, porém, as revistas especializadas da época não acompanharam esse processo.

O perfil patronal e relacionado ao grande produtor também é uma característica predominante no meio que se reflete desde as escolhas de pauta às decisões de cobertura e acompanhamento de todo o material. Isso ocorre desde as primeiras publicações. Dias (2011), ao falar da imprensa no século XIX relata que o público alvo era o homem do campo, mas havia a expectativa de que os fazendeiros letrados levassem a notícia fazendo a leitura a seus funcionários analfabetos. Para Borin e Veiga (2001) os grupos fundadores da imprensa estavam ligados aos grandes produtores e empresários do setor, o que direciona o olhar da imprensa para os interesses desses personagens.

A grande imprensa só olhava a economia pelo ângulo dos grandes proprietários e corretores de café e não pelo lado de quem está envolvido diretamente na produção. Padece desse mal até hoje. A nossa imprensa, dita do interior, do ponto de vista de conteúdo, é inexpressiva (BORIN e VEIGA, 2001, p. 54).

A partir dos anos 1990 e 2000 é registrada uma mudança, para atrair um leitor empreendedor. É possível verificar pautas que relacionam comércio, interesse do consumidor, realidade internacional, gestão, certificações, qualificação e capacitação de recursos humanos como temas recorrentes. Esses são temas de gestão que, indiretamente, afetam o “negócio” do produtor e sua fonte de renda, assim passaram a figurar mais frequentemente entre as pautas. Por exemplo, nos anos 2000 surgiram publicações que se intitulavam: “a revista do empreendedor rural” e “contribuir para o aprimoramento tecnológico e de gestão do pecuarista”.

Após quase cinco décadas de tecnicismo, há uma mudança de interesse e as revistas ainda se adaptam para atender a essa nova demanda dos leitores. Acompanhar o processo e a nova realidade é uma questão de sobrevivência para os veículos. Por exemplo, na avaliação de Nakamae, a revista *Dirigente Rural* no início dos anos 70 estava em uma fase de declínio por fazer o que sempre fazia. “Houve um processo de mudança na agricultura e, de alguma maneira, a revista meio que ficou no tempo. A demanda foi mudando” avalia (RESENDE, 2003, p. 207). Como consequência, a publicidade, que dá sustentação econômica aos veículos de comunicação, já não era tão forte e não se acreditava que ela pudesse dar lucro para a editora, assim a revista foi extinta e os recursos foram direcionados para outros títulos.

O consumidor, ou seja, o leitor leigo que está principalmente na cidade, também não deixa de ser alvo secundário das publicações. Historicamente, entre os temas de interesse está a relação entre a produção e o abastecimento das cidades (excesso ou falta de produto). Atualmente surgem outras preocupações, tais como a saúde pública, questões ambientais e de bem-estar animal que atraem o interesse dos leitores urbanos e diversificam a pauta rural.

Os veículos especializados também buscam uma integração de linguagem com outras plataformas de mídia do mesmo grupo: televisão, revista e internet, porém, essa integração é pouco expressiva.

2.6 – Características do jornalismo e especificidades do rural

O jornalismo tem em sua essência o objetivo de levar a informação mais atualizada e de maior utilidade para seu receptor. Ele só é possível quando seu objetivo de trabalho desloca-se da visão restrita da obra para considerar quem vai consumi-la, ou seja, há uma preocupação com aquele que recebe as mensagens, seus interesses, sua facilidade de leitura e o que é relevante para seu conhecimento. Além disso, o jornalismo se propõe a processar a informação em escala industrial e para consumo imediato, porém, com o poder influenciador segundo a posição e o viés da realidade escolhida para a retratação (KUNCZIK, 2002; LAGE, 2003; PENA, 2005;).

A objetividade, apesar de perseguida pelo jornalista, nem sempre é uma realidade, pois na simples escolha da ordem das informações, das fontes e palavras utilizadas está se definindo um posicionamento, por isso a importância de discernir os

fatores influenciadores externos, ou seja, os elementos que se apresentam de forma prática no momento da produção jornalística, dos fatores internalizados pelo próprio autor “enquanto formação e que podem interferir no reconhecimento daquela realidade” (ROSA, 2014).

Em complemento, também se fala muito da atualidade ou temporalidade. Esta não se limita ao fato, mas à forma como este é transmitido e o intuito que está proposto em pauta. Dependendo do enfoque e informação um tema pode voltar a atualidade. Em suma, o mesmo assunto pode ser capa - matéria principal -, ou pode ser uma pequena nota, dependendo do momento, leitor, interesses, entre outros.

Quando se diz que pode mostrar algo novo ainda que o tema seja batido, significa que é possível separar atualidade de novidade. Ou seja, o velho pode ser atual e vice-versa. A temporalidade não se refere ao fato, mas à forma como é transmitido, ou melhor, mediado (PENA, 2005, p. 39).

2.6.1 - Fonte

A fonte é a origem da informação. A partir dela nascem dados, fatos, ideias que levam à geração da notícia e/ou de uma reportagem. Ela é a interpretação de um fato a partir de quem a apresenta (Pena, 2005). São diversos os fatores que podem interferir na escolha do jornalista por determinada fonte. Dentre eles está a função (o que se faz). Charandeu (2007) enfatiza o cuidado que se deve ter em não confundir a fonte com seu “status” profissional. Burkett (1990) também reconhece a valorização de cientistas mais antigos e visíveis, ou seja, “o grupo de ganhadores de Nobel, diretores de instituições prestigiosas e administradores de agências governamentais voltadas para a ciência e em laboratórios federais” (BURKETT, 1990, p. 12). Essa prioridade limita informações, enfoques e reduz a busca por outras fontes, especializadas no tema em discussão, mas que, muitas vezes, não têm a mesma visibilidade.

A concentração das fontes e a prioridade pelas versões oficiais também é um resultado retratado em estudo conduzido pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), sobre o noticiário das políticas públicas de comunicação. O estudo mostra que 38% dos textos trazem mais de uma fonte e somente 16% oferecem opiniões divergentes, ou seja, a maioria do material é baseado em informação de fonte única o que empobrece a discussão e apresentação de pontos de vista para o leitor (ANDI, 2007). O uso de uma fonte única, principalmente comprovando a tese que a matéria

deseja confirmar é uma realidade no jornalismo em geral, não apenas em mídias segmentadas. Portanto, essa prática também existe no jornalismo rural, com repercussão do tema pelos mesmos especialistas e representantes de instituições ou as mesmas instituições.

Não há diversidade de fontes. Os especialistas em determinado tema são sempre chamados a repercutir um assunto específico por seu currículo e posicionamento, ou seja, disponibilidade de discutir o ponto de vista que se deseja na abordagem da notícia. Não há a discussão do tema, o que seria provável em textos mais maduros e com mais de uma fonte de informação. Além disso, essas fontes constantemente consultadas muitas vezes trazem consigo a credibilidade das organizações das quais fazem parte. Um exemplo é o recorrente uso de fontes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para temas técnicos. Apenas como referência da citação da instituição, em 2013, de acordo com relatório interno, a Embrapa foi citada 12.133 vezes na imprensa e os pesquisadores publicaram 534 artigos de divulgação na mídia³⁷. Muitas dessas citações foram publicadas nas revistas especializadas em jornalismo rural.

Nessa mesmice, há um excesso de fontes oficiais. Diretores de empresas, presidentes de associações e lideranças são repetidamente selecionados como fontes, pelo fato de serem escolhidos pela sociedade para representá-los, além da facilidade que certas empresas proporcionam pela ação das assessorias de imprensa. O excesso de versões oficiais e de fontes oficiais que representam instituições e órgãos públicos favorece a predominância da informação por um único lado, além da falta de apresentação de vários pontos de vista e discussão do tema. Não permite a divulgação de versões diferentes e alternativas, conseqüentemente, modula as reflexões e restringe as análises críticas da reportagem e do próprio leitor.

Quando analisamos quais são as fontes primárias ouvidas pelos jornalistas, novamente vem à tona uma das principais tendências observadas na cobertura, ou seja, a concentração da discussão no âmbito do governo e das empresas – e, no outro lado da moeda, a conseqüente desvalorização da sociedade civil como voz relevante nesse debate (ANDI, 2007).

³⁷Relatório de Gestão 2013. Acessado em 08/01/2015. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/10180/1600893/Relatorio_Atividades_2013.pdf.

No estudo sobre o noticiário das políticas públicas de comunicação (ANDI, 2007) são levantadas duas hipóteses para a ausência de outras fontes não oficiais, o que também pode ser aplicado à ausência de fontes alternativas no jornalismo rural:

Duas hipóteses poderiam ser apontadas: primeiro, as organizações da sociedade civil e especialistas que trabalham a questão das PPC [políticas públicas de comunicação] não têm alcançado êxito ao dialogar com os meios jornalísticos; segundo, há uma recusa sistemática de parte das empresas em dar voz a organizações que atuem em relação a essa temática (ANDI, 2007).

Os produtores, por sua vez, passam a ser fontes secundárias de consulta, exceto para as matérias chamadas de “textos de personagens” ou “perfil”, ou seja, aquelas em que o tema central é a vida e as ações praticadas por uma pessoa. Mário Mazzei, jornalista das décadas de 40 a 80, preferia as fontes oficiais, pois o produtor não tinha o mesmo relacionamento no meio em que atua e pecava na credibilidade de informações (RESENDE, 2003, p. 16). Bueno (s/n s/p³⁸) também reconhece que o jornalismo rural está quase sempre a reboque de fontes oficiais e, critica que em alguns casos “faz o papel de ‘laranja’ de fontes empresariais”.

Na maioria dos casos, os produtores são consultados como testemunhas para tratar sobre a tecnologia apresentada pelo especialista. O jornalista J. M. Nogueira lembra que “sempre que se falava de um assunto técnico era necessário procurar um produtor que estivesse aplicando a tecnologia, independentemente de fazê-lo corretamente, pois haveria o depoimento técnico ditando os acertos” (RESENDE, 2003, p. 205). Kolling (2006) ao descrever a relação do produtor como fonte no Programa Globo Rural cita que “sua postura [do produtor] é de submissão ao repórter ou especialista” e que na visão do programa o homem do campo precisa aprender com a universidade e ou especialista. Em suma, o produtor é a fonte que aprende, uma testemunha de tecnologia aplicada. Ele não será o personagem que vai ensinar, ou seja, trazer as recomendações, detalhar a novidade e orientar. Seus depoimentos, na reportagem, vêm a corroborar algo que foi comprovado e sugerido pela pesquisa. O conhecimento e vivência do produtor não são usados para discutir o tema, mas para que ele seja a testemunha. Nesse ponto, faz o paralelo entre o programa de televisão e as

³⁸ BUENO, Wilson. Jornalismo, agronegócio e crises plantadas disponível em http://www.comunicacaorural.com.br/comunicacaorural/artigos/jornalismo_agrobusiness/artigo4.php. Último acesso em 13/07/2015.

revistas especializadas, por seu formato especial, com matérias mais longas, locução mais pausada, linguagem próxima do produtor e pautas que se assemelham com informações técnicas. Esse formato aproxima o *Globo Rural* do que é feito nas revistas especializadas, permitindo a comparação. Prova da proximidade é o nascimento da revista *Globo Rural* a partir do programa de televisão. Pela falta de material específico sobre o jornalismo rural em revistas especializadas, em outros momentos esta comparação será novamente utilizada para o entendimento do jornalismo rural.

Dentre as diferentes fontes para as matérias estão aquelas que concedem entrevistas, que são consultadas em uma visita (campo, laboratórios, instituições); material obtido em participação em eventos ou reuniões e outras, por exemplo, fornecidas por vias documentais, como relatórios, outras reportagens, artigos científicos ou por assessorias de imprensa. Raramente se têm pautas provenientes de investigações, denúncias ou de contradições encontradas pelo jornalista. As visitas são realizadas a projetos modelo, cobertura de eventos ou reuniões científicas. Relatórios são resultados de pesquisas, consultorias ou atividades de órgãos governamentais. O trabalho da assessoria de imprensa atrai o jornalista para notícias ou tema de interesse de empresas ou organizações.

A motivação da pauta também está no senso de oportunidade, *timing* (temporalidade do tema), impacto, significado, pioneirismo e interesse humano. Em complemento também se vale de personagens célebres, proximidade física de um conflito, necessidade de sobrevivência, necessidades culturais e necessidade de conhecimento (BURKETT, 1990; BERTOLLI, 2006; BUENO, s/d, s/p³⁹).

2.6.2 - Linguagem

Nilson Lage (2006) explica linguagem como um “subsistema de uso da língua” que pode ser entendido como “um subconjunto de regras de determinado idioma, selecionadas para emprego em situação particular” (Lage, 2006, p.10). Porém, ele mesmo reconhece que esse conceito é restrito para ser aplicado ao jornalismo, já que a linguagem jornalística transcende o idioma. Soma-se à escrita outros recursos para a

³⁹ Disponível em:

http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_cientifico/artigo27.php2º
parágrafo

transmissão da informação como projeto gráfico, conteúdo, fotografias, ilustrações, sistema linguístico (manchetes, títulos, textos) etc. Toda linguagem também necessita de um meio para a transmissão de sua mensagem.

No jornalismo rural, Kolling (2006), que avaliou a recepção de informações jornalísticas ambientais do programa *Globo Rural*, concluiu que o programa faz a combinação de duas linguagens: a jornalística e a didática.

a [linguagem] jornalística, uma vez que adota o gênero jornalístico e a linguagem didática nos moldes da extensão rural, via modelo difusionista-modernizador, potencializando a sua proposta. Adoção do gênero jornalístico suscita credibilidade, confiabilidade. A linguagem didática, por sua vez, contempla a compreensão dos pequenos produtores rurais (KOLLING 2006, p. 104).

A pesquisadora afirma, ainda, que para eficácia da recepção das informações é fundamental “entender a forma de pensar e agir de quem vive no meio rural” (KOLLING, 2006, p. 24). Nessa elucidação, ao descrever processos e técnicas, vale-se das técnicas do jornalismo científico, principalmente a de optar por uma linguagem que facilite o entendimento do assunto; uma linguagem que seja mais simples do que a usada no texto científico e que tenha como referência algumas particularidades do leitor.

O que o leitor absorve de um livro ou artigo depende em parte da maneira como ele está escrito e em parte do conhecimento prévio que o leitor possui. Aqui também geralmente é preciso algum tipo de solução de compromisso; nesse caso, entre apresentar a informação da forma mais facilmente digerível e fazer jus a sua natureza (MEADOWS, 1999, p. 121).

Baseado em fórmulas que facilitem a leitura, o autor salienta a atenção para o comprimento das frases e a complexidade e especificidade das palavras usadas, como também o cuidado com excesso da voz passiva. Como exemplo sugere evitar palavras longas ou específicas.

A escolha das palavras caracteriza a linguagem e interfere na sua intencionalidade. Por exemplo, em uma análise sobre verbos introdutórios de opinião, Marcuschi (1991) diz que “os verbos agem seletivamente sobre o conteúdo dando-lhes uma intencionalidade interpretativa com características ideológicas” (MARCUSCHI, 1991, p. 74). Eles são usados, principalmente, para introduzir, de diferentes formas as declarações dadas pelas fontes. Pelos significados diferentes eles propiciam efeitos

diversos no receptor, induzindo-o a diferentes leituras. Sua ação pode hierarquizar, reforçar, discriminar e classificar as opiniões relatadas etc.

É muito difícil informar sem manipular, por melhores que sejam as intenções. Portanto, as estratégias jornalísticas para relatar opiniões não são uma mera questão de estilo, pois as palavras são instrumentos de ação e não apenas de comunicação (MARCUSCHI, 1991, p. 92).

O autor propõe uma classificação de acordo com a função em sete categorias que indicam: posições oficiais e afirmações positivas (declarar, afirmar, comunicar); força do argumento (frisar, ressaltar, sublinhar, acentuar); emocionalidade circunstancial (desabafar, gritar, vociferar, apelar); provisoriedade do argumento (achar, julgar, acreditar); momento argumentativo no conjunto do discurso (iniciar, prosseguir, introduzir); retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos (comentar, reiterar, reafirmar, negar, discordar) e interpretativos do caráter ilocutivo do discurso referido (aconselhar, criticar, advertir, enaltecer, elogiar). Em sua descrição cita mais exemplos de verbos para cada categoria.

O uso de personagens, além do fator testemunhal, também garante um caráter de humanização nos textos. Quando se trata, por exemplo, de uma perda de uma safra no campo, sem dúvida, mexe-se com a emoção do público. Usar os testemunhos é um modo de aproximar a audiência do problema, ele pode se identificar com a situação, ou ficar com pena, orgulho, raiva, etc. Em relação ao tratamento de animais, tema desse estudo, também se despertam sentimentos quando há histórias sobre eles. Por outro lado, o caráter emocional também pode vir da forma como se redige o texto. O jornalismo rural, principalmente antes dos anos 2000, também apresentou exemplos que o relacionavam ao texto literário, aproximando-o do leitor. A prática respeita as regras do jornalismo, porém, traz elementos como diversidade de vocabulário, estrutura narrativa e aprofundamento de conteúdo. Essa intersecção entre o jornalismo rural e literário tem como principal exemplo o jornalista José Hamilton Ribeiro, que fez parte da redação da revista *Realidade*, considerada uma importante publicação brasileira que tinha essa característica. Ele é considerado um dos principais jornalistas brasileiros cujas matérias têm estilo literário (WEISE, 2013). Ribeiro, desde 1982 está no programa *Globo Rural* de televisão, mas por dois anos, foi editor da revista *Globo Rural* e deixou

sua influência no periódico⁴⁰. Seu estilo é um dos principais incentivadores da característica para todo o setor. O texto mais humanizado e literário é mais frequente nas matérias televisivas de jornalismo rural, porém, existem exemplos na mídia impressa, principalmente, nos parágrafos iniciais, de matérias especiais e que dispõem de mais espaço. Essa não é uma tendência que se verifica em crescimento nas revistas especializadas, já que há pressão para textos mais curtos e objetivos, porém, esse estilo ainda encontra algum espaço no setor.

2.6.3 - Leitor

Cada segmento de publicação tem modelos diferentes. Esses modelos permitem ao jornalista ter em mente o grau de competência linguística e enciclopédica do leitor. As publicações de jornalismo rural, desde a sua constituição histórica, são direcionadas ao leitor patronal que tem nível superior completo, é homem, de classe alta e com mais de 40 anos, o que está bem distante do estereótipo do “caipira do campo”. Exemplo do perfil pode ser analisado nos dados dos leitores da revista *DBO*⁴¹ e dos leitores da *Globo Rural*⁴² (detalhamento completo está na metodologia). Na *DBO*, 59% dos leitores tem nível superior e 22% tem pós-graduação. De acordo com a mesma pesquisa, também são na grande maioria homens (98%) e com idade entre 41 a 60 anos (48%). Na revista *Globo Rural* 60% dos leitores está nas classes A e B; 54% tem mais de 40 anos e 97% são homens. Dentre os leitores 69% são proprietários de terras e 43% são considerados grandes produtores. Vale ressaltar que as publicações, desde sua constituição histórica, são direcionadas ao leitor patronal, que cada vez mais é visto como o novo “empresário rural”. Para as mídias de rádio, televisão e jornal as características podem não ser exatamente as mesmas.

Apesar do alto nível de escolaridade, as revistas rurais têm um perfil didático e educativo, principalmente para os textos de cunho científico. Ao divulgar ciência, em seus diversos aspectos, conforme Authier-Revuz (1998) e Nunes (2003) citados por Bertolli (2006, p. 18), o público “tem consciência que seu conhecimento é bem menos rico do que o dos especialistas”. Pfeiffer lembra que “muitos trabalhos já observaram que a mídia ocupa, de um lado, um lugar de substituição do livro didático dentro da sala

⁴⁰ Biografia disponível em http://www.santarosa.sp.gov.br/nossa_gente/jhamilton.html. Último acesso em 11/06/2015

⁴¹ Pesquisa realizada em 2005. Fornecida pela editora

⁴² Mídia Kit Globo Rural 2013

de aula e, de outro, o lugar da própria escola, tendo como missão o fornecimento de um conhecimento à distância” (2006, p. 41). Bueno completa: “numa sociedade em que a educação formal tem se descuidado do ensino de ciências, relegando-o a um segundo plano, os meios de comunicação desempenham um papel fundamental no processo de alfabetização científica” (2001, p. 179). Caldas (2004) também ressalta que o caráter educativo pode assegurar a formação qualificada da opinião pública.

O papel educacional e a credibilidade dada pelos leitores ao jornalismo rural são constatados pelo investimento feito por produtores em tecnologias ou culturas, baseando-se em matérias de revistas. Segundo Oliveira (1988) a comunicação rural é uma importante variável no processo de modernização da sociedade rural por suas mensagens com perfil educacional.

Acredita-se que uma maior disponibilidade de meios e mensagens pedagogicamente trabalhados e dirigidos aos agricultores poderia contribuir significativamente para estimular, melhorar e diversificar as lides agrícolas e, conseqüentemente, promover a modernização no campo” (OLIVEIRA, 1988, p. 37).

O hábito de colecionar as publicações é outro indicativo de que o jornalismo rural é visto como material didático. Na revista *DBO*, já mencionada, 89% dos leitores costumam guardá-la para releitura⁴³. No Suplemento Agrícola, de *O Estado de S.Paulo*, “de cada dez leitores, apenas três jogavam fora os exemplares não lidos. (...) E, de sete a cada dez leitores costumavam comentar e discutir o conteúdo do caderno com outras pessoas” (RESENDE, 2003, p. 212). As publicações acabam se transformando em enciclopédias para consulta.

Kolling, em sua análise do discurso rural construído pelo programa televisivo *Globo Rural*, afirma que “há colaboração para a formação do cidadão do campo e a construção de conhecimento na área. Torna-se assim também um meio de educação da população rural” (KOLLING, 2006, p. 64). Em sua conclusão a autora complementa:

Aprender é o principal objetivo ao ver o *Globo Rural*. Algumas práticas apresentadas pelo programa, principalmente alternativas naturais (...) são incorporadas pelas famílias. Reforça-se, então, o papel informativo e educativo do Programa *Globo Rural* e da televisão junto aos agricultores (KOLLING, 2006, p. 283).

⁴³ Fonte: pesquisa encomenda a editora a Kleffman, 2005.

2.6.4 - Ausência de crítica no jornalismo especializado

A ausência de crítica e questionamentos é um fator a ser reconhecido e trabalhado pelo jornalismo rural. A análise feita por Mário Mazzei ao periódico *Marketing Rural* é tão atual em 2015 quanto na época em que respondeu à entrevista, há mais de 30 anos, em 1982. Ele aponta a falta de questionamento e ausência de informações além do excesso de fontes oficiais no jornalismo rural.

[O jornalismo rural] continua embrionário na imprensa diária, que se preocupa muito em refletir as reações oficiais e os dados de terminal (preço de varejo, divisas na exportação etc.), mas pouco se atém às cabeceiras, onde se produz. E quando pensa ater-se, conversa com lideranças muito refinadas e pouco autênticas, ou faz romantismo sobre estruturas agrárias. Quanto ao jornalismo agropecuário especializado, ainda se ressentido do “espírito ABCAR⁴⁴”, dos belos tempos paternalísticos. Isto é: dar o recado do técnico, ou do produtor de insumo, ou do governo, ou dos três em penca, mas não colher o recado do agricultor. É um jornalismo de intelectuais, de “informantes rurais”, não de jornalistas propriamente ditos, em busca da realidade e dos meios de exprimi-la. Há muitas tentativas em contrário, mas dispersivas, grupistas e pulverizadas (MARKETING RURAL, 1982).

Wilson Bueno (2001), pesquisador que transita em análises do jornalismo científico e do jornalismo rural, enxerga a mesma falta de crítica nessas duas vertentes do jornalismo. Ele acredita que o jornalista de ciência, assim como o profissional que cobre a área rural, precisa “vestir o uniforme do ceticismo” e levantar suspeitas sobre as informações que recebe. Em relação ao jornalismo científico diz que ele tem um papel de informar com qualidade, evitando de contaminá-la com interesses comerciais.

O jornalismo científico deve ter, antes de tudo, um compromisso com a qualidade da informação [...]. Deve, sim, convidar o leitor à reflexão, até contrariá-lo se for o caso, buscando trazer antes conhecimento que informações fragmentadas, contaminadas por interesses mercadológicos ou comerciais (BUENO, 2001, p. 179).

O mesmo autor defende que a comunicação da ciência deve levar o leitor a compreender as temáticas sobre a área pela perspectiva da cultura, da economia e da sociedade em que elas se inserem. O público deve compreender o impacto possível da ciência e tecnologia em sua vida.

⁴⁴ Refere-se à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural que incentivava a prática do difusionismo.

A ciência e a tecnologia (e a informação), enquanto mercadorias valiosas interferem na vida das pessoas, afetando-lhes o emprego, criando embaraços à compreensão de um mundo cada vez mais complexo e promovendo uma nova divisão social e geopolítica (BUENO, 2001, p. 187).

Bueno também sente a necessidade de um material mais analítico e abrangente também nas publicações rurais, sobrepondo-se a quaisquer tipos de interesses.

É preciso, urgentemente, aumentar a massa crítica na área do jornalismo em agronegócio porque a imprensa (e os jornalistas em particular) não podem continuar ostentando uma posição e uma cabeça que oscilam a cada estação. Está na hora de endireitar a espinha, de pensar a médio e a longo prazos (...). A saída é simples: incorporar uma perspectiva de análise mais abrangente, menos condicionada às circunstâncias, que privilegie as relações (insofismáveis!) entre economia, meio ambiente e sociedade. (BUENO, s/n s/p)⁴⁵

Teixeira (2001) também critica a falta de questionamento do divulgador de ciência.

Não se trata de virar a moeda do outro lado e buscar onde a pesquisa biomédica fracassa para “denunciá-la” [...]. Trata-se de os jornalistas não se deixarem ofuscar pela evidência do senso comum, para que possam não apenas reiterá-la, mas também contá-la – e, assim, deixar nascer a dúvida da qual poderá derivar o novo” (TEIXEIRA 2001, p. 327).

Em sua análise, Teixeira busca entender o que leva o jornalista, profissional com habilidade para questionar, aceitar as “verdades da ciência”.

A suspeita a respeito de políticos e a confiança em cientistas e em médicos que aplicam a descoberta científica, ambas enraízam-se no solo do senso comum; num certo repertório de crenças que, os jornalistas acham, é compartilhado por “todos”. Estas crenças continuam crenças porque não suscitam questões (em primeiro lugar, aos jornalistas – para quem “todos” são o grupo humano que os rodeia); aliás, quando suscitarem, é porque já estarão deixando de ser crenças (TEIXEIRA, 200, p. 326).

45

Ennio Candotti acredita que a limitação para maior questionamento está na falta de sintonia entre interesses da empresa de comunicação e os da educação e da ciência, propriamente:

Os caminhos da divulgação têm hoje outros rumos. Passam pelos estreitos vales traçados pelos meios de comunicação globais e seus mercadores. Os imperativos éticos (se os há) desse mercado raramente coincidem com os da educação e da ciência. Acredito mesmo que, nesse conflito, possamos encontrar algumas das razões que limitam uma maior circulação das ideias e das informações científicas para o grande público (CANDOTTI, 2002, p. 16).

No jornalismo rural, o contato com o cientista também acaba sendo, em muitas vezes, de reprodução de suas recomendações, com base na crença “da ciência inquestionável” que Teixeira cita. A observação de Nakamae sobre a revista da *Coopercotia*, que era como “uma bula de usar o insumo”, é um exemplo desse modelo de jornalismo (RESENDE, 2003, p. 201).

A falta de crítica também pode estar relacionada ao sentimento partícipe do jornalista ao setor em que atua. De acordo com o depoimento de Mazzei ao periódico *Marketing Rural*, em 1982:

No jornalismo rural não se escreve para caipira. É um gênero bom como qualquer outro, talvez melhor que qualquer outro. Ao menos, nele, há uma coisa difícil de se encontrar nos outros: o jornalista bom e sério acaba sendo respeitado pelo meio onde trabalha. Podem não gostar, mas respeitam! (MARKETING RURAL, 1982).

Essa relação de “respeito do meio onde se trabalha” também evidencia a relação que existe entre o jornalista e o setor. A imprensa rural tem o sentimento de que ela faz parte do rural, por seu papel construtor, com raízes em sua base difusionista e extensionista. Esse pode ser um dos motivos para que, dificilmente, os pontos negativos tornem-se pautas para uma revista especializada. Na maioria das vezes, as matérias são positivas e apresentam casos de sucesso, além de uma relação – nem sempre declarada – de defesa do setor. Exemplo: um leilão de bovinos no qual um animal é negociado por valor que supera a realidade média, na casa dos milhões, passa a ser notícia de destaque. Por outro lado, um evento de venda de centenas de animais, que não atinge o valor de mercado, nem sequer vira nota. O mesmo se dá para a aplicação de tecnologias. São

ressaltados com maior destaque casos de sucesso. Raramente se lê o contrário, o que poderia servir como um alerta para outros produtores.

Por fim, como em outros setores, há casos, principalmente em revistas menores que dependem exclusivamente da publicidade, em que a falta de crítica pode ser a interseção entre a linha editorial e comercial, com interferência de anunciantes no conteúdo editorial de alguns veículos. Há questões de temas de interesse dos anunciantes, inclusive com apontamento de fontes e enfoque.

2.6.5 – Relação entre jornalista e cientista

A relação entre a fonte e o jornalista depende de confiança mútua que se constrói com o tempo e relacionamento. O mesmo acontece no relacionamento entre cientistas e jornalistas, cuja relação nem sempre é das mais amigáveis. Burkett (1990) diz que por parte dos cientistas já houve dificuldade de entendimento sobre prazos e limitações de espaço que trabalham contra a precisão e a adequação da notícia científica. Capozoli lembra que a dificuldade de relacionamento também é fruto de certo preconceito.

Muitos pesquisadores não aceitam bem a ideia de que alguém, não necessariamente diplomado em determinada área, o que não significa que se trate de um ignorante, no sentido de desinformado, aborde temas científicos com clareza e correção. É aí que se revela a importância da boa formação intelectual (CAPOZOLI, 2002, p 130).

A interpretação do escritor de ciência e as metáforas usadas são um dos pontos críticos dessa relação. Por parte da ciência, a simplificação é inaceitável e imprecisa, pois a simplificação pode levar ao erro. Por parte do jornalismo o excesso de detalhes e termos técnicos não informam da maneira correta. Nesse sentido, Burkett relata:

Os cientistas e escritores de ciência frequentemente discordam, também, sobre os graus de precisão e meticulosidade da reportagem. A realidade para o redator científico inclui o arredondamento ou a supressão de alguns números porque os leitores deixam de ler se o seu jornal ou programa de televisão se parece demais com um exercício de matemática em sala de aula. A tradução de termos técnicos em analogias ou ilustrações ameaça basicamente o amor que os cientistas têm pela precisão (BURKETT, 1990, p. 73).

Capozoli justamente defende as analogias como forma de facilitar o entendimento e aproximar o tema do leitor.

Quanto a críticas de pesquisadores científicos envolvendo metáforas e analogias, no sentido de distorcer uma pretensa objetividade da ciência, a verdade é que essas acusações mal dissimulam o que se pode chamar de analfabetismo científico, uma incapacidade de se dar conta da complexidade da ciência e da completa impossibilidade de fazê-la “disciplinada” (CAPOZOLI, 2002, p. 129).

Metáforas e simplificação são recursos importantes para o entendimento da mensagem que se deseja passar. Como já tratado, há a característica de que o bom divulgador científico faz a transferência de um sentido de discurso para o outro para facilitar o entendimento pelo público leigo. Ele não está traduzindo o discurso científico, mas faz uma ressignificação para conseguir transmitir melhor a mensagem dentro do que acredita ser interessante. Também utiliza da comparação com parâmetros conhecidos e do cotidiano do leitor para facilitar o entendimento. Essa transição é benéfica para o entendimento, educação, adaptação de linguagem, adequação à fonte, entre outros (LAGE, 2006).

A relação entre jornalista e cientista é de dependência mútua para a divulgação da ciência e para a sustentação de pautas científicas nas publicações. Mais do que isso, as matérias de ciência na mídia trazem uma resposta para a sociedade que, por meio de suas instituições de pesquisa, investe capital nesses trabalhos. O conflito pode ser amenizado com o maior interesse dos cientistas por entender o trabalho jornalístico e vice-versa. As instituições que ofereceram serviço de treinamento para tratar com a mídia (*media training*) para seus cientistas, explicando a rotina e trabalho com a imprensa, já somam uma redução dos erros e melhor relacionamento. Cavalcanti, afirma que há, como resultado do treinamento, maior conscientização da importância da relação com a imprensa.

Questões mais específicas à prática do jornalismo científico – como a relação entre jornalistas e cientistas, com suas diferentes linguagens, modos de produção e *timing* – são hoje praticamente superadas ou mais facilmente contornáveis, por causa da conscientização sobre a importância da divulgação científica (CAVALCANTI, 2002, p. 217).

Síntese

O jornalismo rural existe no Brasil desde a época do império, somando até os dias atuais mais de 200 títulos publicados, sendo que de 1930 aos dias atuais, 86 revistas de importância nacional ou regional foram lançados e a metade continua em circulação. É um mercado em constante expansão, que acompanha o desempenho da agricultura e pecuária e que está cada vez mais segmentado e especializado, porém, é pouco explorado no meio acadêmico. Os estudos quando existentes, na maioria das vezes, relacionam o jornalismo rural à economia, principalmente pelo reflexo no abastecimento de alimentos das cidades e representatividade na balança comercial.

Entretanto, é preciso ressaltar que o jornalismo rural também segue outras vertentes, dentre elas, a divulgação científica é um importante papel do jornalismo rural, presente desde o seu início. Foi motivado por interesses econômicos e de difusão de tecnologias. Por outro lado, com essa função, cumpriu um papel educativo que existe até os dias de hoje, possibilitando que tecnologias sejam implantadas. Os cientistas já integraram redações inteiras e hoje ainda continua como colaboradores dos veículos.

Dentre as características do jornalismo rural, para as fontes de informação há uma tendência de concentração do discurso, prioridade pelas versões oficiais ou cientista reconhecido. Os produtores, por sua vez, são fontes secundárias, de consulta, e testemunhas para determinada tecnologia apresentada por especialista. Raramente se vê pautas provenientes de investigações, denúncias ou de contradições encontradas pelo jornalista. A linguagem está correlacionada ao entendimento do leitor, de sua competência linguística e enciclopédica, com abertura para textos com caráter humanizado. Seu leitor não condiz com o estereótipo do “caipira do campo”, mas são do sexo masculino, de classe alta e com nível superior, sendo muitos pós-graduados.

Em seus textos, mais do que a simples tradução de termos e divulgação de tecnologias e pesquisa, o jornalismo rural poderia caminhar para reflexões mais analíticas, evitando excesso de opiniões consensuais quando houver temas controversos. Dessa forma, cumprirá seu papel informativo, mas também, deixando a apatia, exercerá seu papel social, que existe a partir da escolha de cada pauta e cada termo usado nos textos. Somente com atitude diferenciada, o jornalismo continuará sendo determinante para a construção da história do setor em que está envolvido.

CAPITULO 3

Resultados e discussão

3.1 – Pesquisa Quantitativa

Nesse capítulo serão tratados os dados obtidos a partir da produção científica e interesse declarado por grupos de pesquisa pelo bem-estar animal, levantados nos repositórios bibliográficos (Lilacs, SciELO, Science Direct e PubMed), como também os materiais selecionados das revistas especializadas DBO, Globo Rural e Dinheiro Rural. .

3.1.1 - Pesquisa x mídia pelo viés quantitativo

No meio científico, a publicação científica é considerada um dos indicadores mais importantes, ajudando na avaliação individual de pesquisadores, de periódicos onde são publicados e na avaliação de instituições de ensino e pesquisa, o que se reflete ainda em pontuação dos países em rankings de produção científica e tecnológica (LETA, 2011). Entre as análises possíveis está a de entender o interesse por um determinado tema. A publicação científica foi um dos referenciais dessa pesquisa para identificar como foi a evolução do interesse da comunidade científica pelo bem-estar animal. Para isso foi feita uma pesquisa nos repositórios bibliográficos (*Science Direct, Pubmed, Lilacs e Scielo*) com a palavra composta: bem-estar animal.

No *ScienceDirect* e no *PubMed*, a partir de 1999, há um movimento ascendente e constante de produção de documentos que tratam o bem-estar animal no mundo até o final do período pesquisado o que pode-se verificar na Figura 1. Por exemplo, para a *ScienceDirect* o número de publicações começa em 1213, em 1995, e chega a 5861, em 2013 (pesquisado *animal welfare*) Esse crescimento das duas bases mostra o interesse da pesquisa e sua produção científica sobre o tema de forma constante, principalmente nos anos 2000.

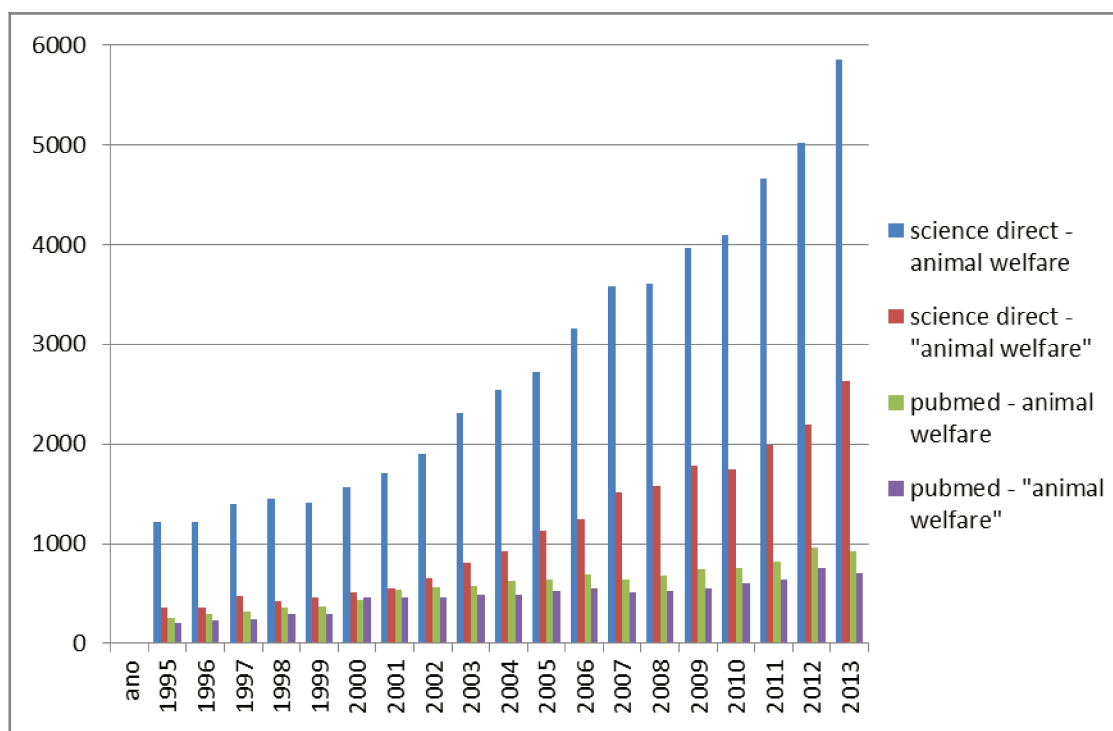


FIGURA1 - Número de artigos sobre bem-estar animal publicados nas bases de conteúdo científico *ScienceDirect* e *PubMed*.

Fonte: *ScienceDirect* e *PubMed* em janeiro/2015. Elaborado pela autora

No *Lilacs* e no *SciELO*, de forma menos constante, também se vê o aumento do interesse da pesquisa pelo tema com o passar dos anos como mostra a Figura 2. Na *Lilacs*, há o primeiro pico de produção em 2001, com oito publicações, com queda em 2004 (três publicações) e recuperação a partir de 2005 (sete publicações). O volume dobrou em 2009 (20 publicações) e manteve-se constante.

No *SciELO*, a curva foi semelhante, com maior interesse a partir de 2007 (dez publicações) e pico em 2012, com 24 textos encontrados. Para ambos, também nota-se que a partir dos anos 2000 houve maior produção científica sobre o tema.

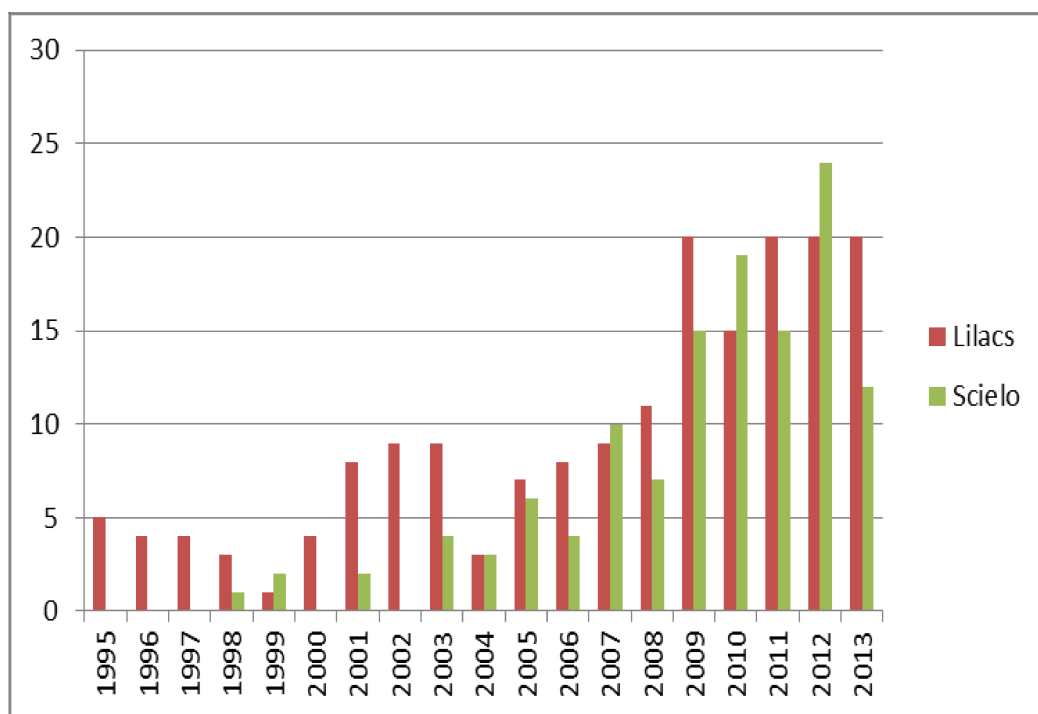


FIGURA2 – Número de artigos sobre bem-estar animal publicados em *Lilacs* e *SciELO*

Fonte: *Lilacs* e *SciELO* em julho/2015. Elaborado pela autora

Outro referencial brasileiro que pode evidenciar a importância que a comunidade científica dá ao tema está no número de grupos de pesquisa com interesse em bem-estar animal inscritos no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Na área de ciências agrárias (onde se insere a medicina veterinária e a zootecnia, responsáveis pela maioria das pesquisas com animais), foram encontrados 121 grupos que mencionaram o interesse por bem-estar animal (Figura 3).

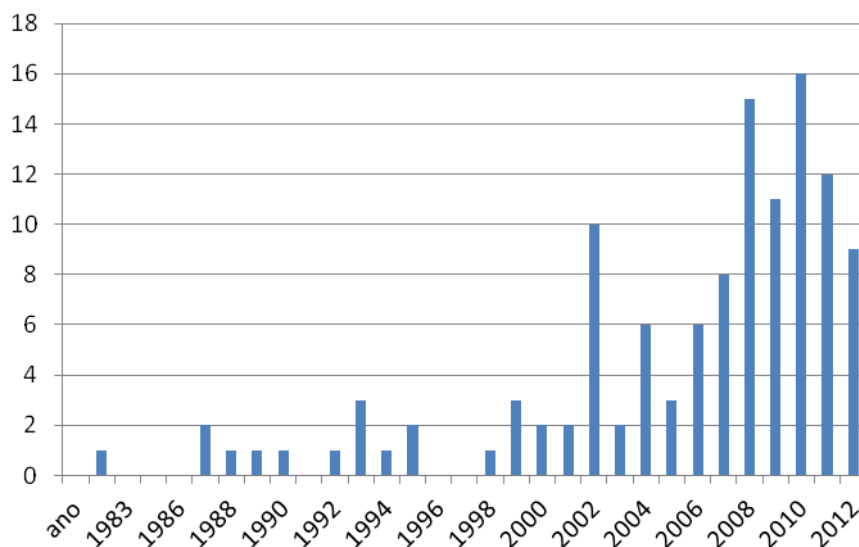


FIGURA 3 – Número de grupos de pesquisa que declararam interesse por bem-estar animal, por ano de formação.

Fonte: CNPq em julho/2013. Elaboração da autora

O primeiro grupo, com a inscrição ativa no período pesquisado, foi formado em 1977 e os demais começaram as atividades a partir de 1987. No final da década de 80 e toda a década de 90, o surgimento de novos grupos inscritos não ultrapassou os três por ano. Em 2002, houve o primeiro pico de formação de grupos com dez novos e, em 2010, o segundo pico, com formação de 16 grupos. Nota-se também um crescimento do interesse nos anos de 2006 (seis grupos) a 2008 (15 grupos). Por parte da mídia, como descrito no processo da pesquisa, foi feita a busca pela palavra composta bem-estar, referente a animal, em três publicações especializadas em jornalismo rural. Constatou-se o total de 215 unidades jornalísticas que mencionaram o tema no período de 2004 a 2013. Os textos dividiram-se da seguinte forma: 132 reportagens, 52 notas, cinco entrevistas e 26 artigos e editoriais. Somadas as três revistas, por ano, o interesse pelo tema apresentou-se como na Figura 4:

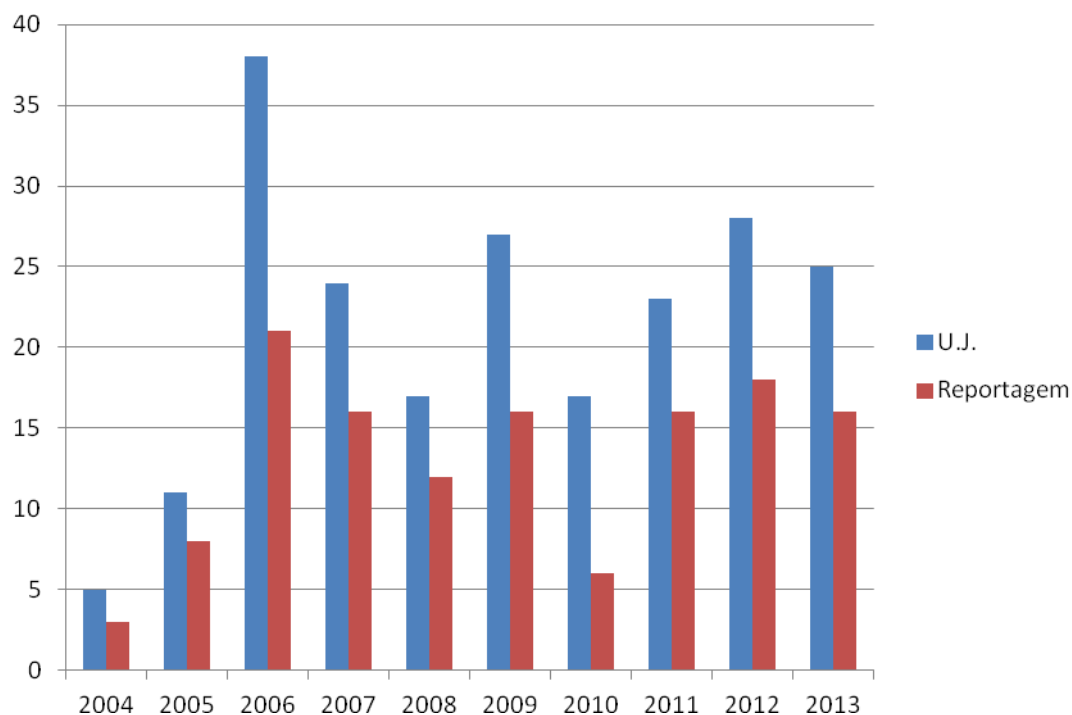


FIGURA 4 – Número de unidades jornalísticas e reportagens das revistas *DBO*, *Globo Rural* e *Dinheiro Rural* que citaram bem-estar de 2004 a 2013.

Fonte: Elaboração da autora.

Na década estudada, verificou-se também o crescente interesse pelo tema, com cinco Unidades Jornalísticas (UJ) no início da década (2004) e 25 no final (2013). Houve anos de maior e outros de menor interesse. 2006 foi o ano em que mais se falou sobre bem-estar animal nas publicações, com 38 unidades jornalísticas, seguido por 28 unidades em 2012 e 27 unidades em 2009. Os anos que apresentaram quedas, se comparados ao ano anterior foram 2007, 2008, 2010 e 2013. Apesar do recuo de unidades jornalísticas nos anos citados, a distribuição de textos por ano nunca foi inferior à registrada no início da década. Em geral, não houve recuo no interesse pelo tema. Ele continuou sendo debatido pela mídia.

Portanto, ao confrontar a produção científica e a formação de grupos com as unidades jornalísticas observou-se que há um interesse crescente pelo tema por parte da mídia e da comunidade científica. Porém, esse interesse não segue, nas revistas analisadas, a mesma constância de crescimento como houve no meio acadêmico e,

principalmente, nos repositórios *Science Direct* e *PubMed*. Há anos de maior interesse por reportagens e outros de menor interesse.

É evidente que existe a relação entre o jornalismo rural e os pesquisadores, cujas análises serão aprofundadas a partir dos dados qualitativos. Apesar dos textos relatarem experimentos científicos, as fontes de pautas não são provenientes dos artigos científicos, mas do relacionamento com o cientista ou eventos, provavelmente, pois não há citação direta às publicações científicas como fontes. Apenas uma reportagem citou como fonte um trabalho científico (tese de doutorado). Não houve citação de periódico científico ou dados científicos de outros países. Como visto na literatura, as pautas são provenientes de outras fontes como versões oficiais de empresas, governo e associações, além de relatórios, entrevistas em visitas, reuniões ou eventos.

3.1.2 - Frequência do bem-estar em cada revista

As revistas não apresentaram comportamento idêntico, porém, todas registraram interesse crescente pelo tema, na década. O quadro abaixo mostra o número de citações “bem-estar animal” por revista, considerando as unidades jornalísticas (U.J.)⁴⁶.

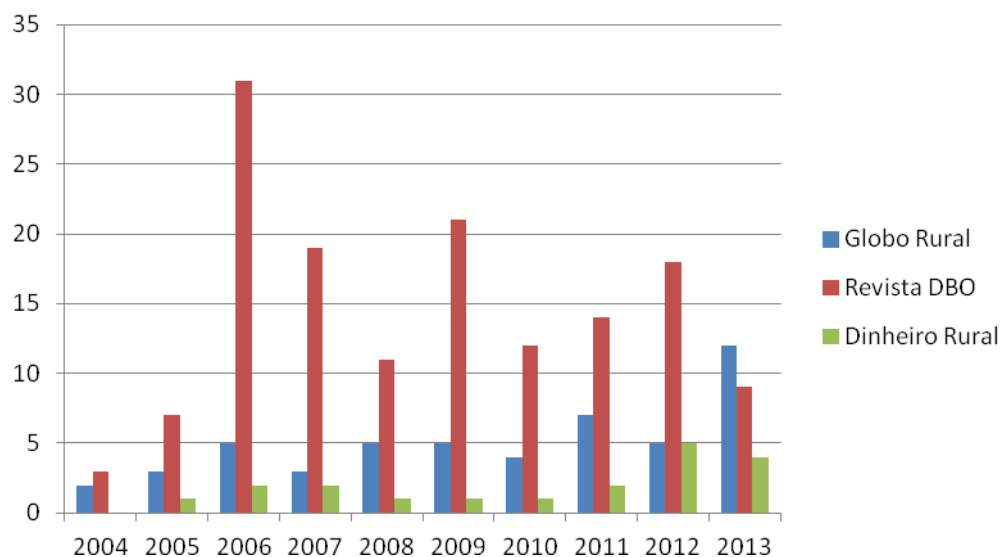


FIGURA 5 – Número de unidades jornalísticas que citaram palavra composta bem-estar, de 2004 a 2013, considerando a divisão entre as revistas *Globo Rural*, *DBO* e *Dinheiro Rural*.

Fonte: Elaboração da autora

⁴⁶ As unidades jornalísticas compreendem as reportagens, notas, entrevistas, editoriais e artigos.

A *Globo Rural* publicou 28 reportagens citando o bem-estar, sendo sete (25%) tendo o bem-estar como tema principal do texto. O número total foi crescente na década, com uma reportagem ao ano (2004), seguida por picos de três em 2006; quatro em 2008 e seis em 2013 (Figura 6). A revista *Globo Rural* foi uma das pioneiras a mostrar uma pesquisa sobre comportamento animal no Brasil. Sua primeira reportagem foi publicada em março de 1986.

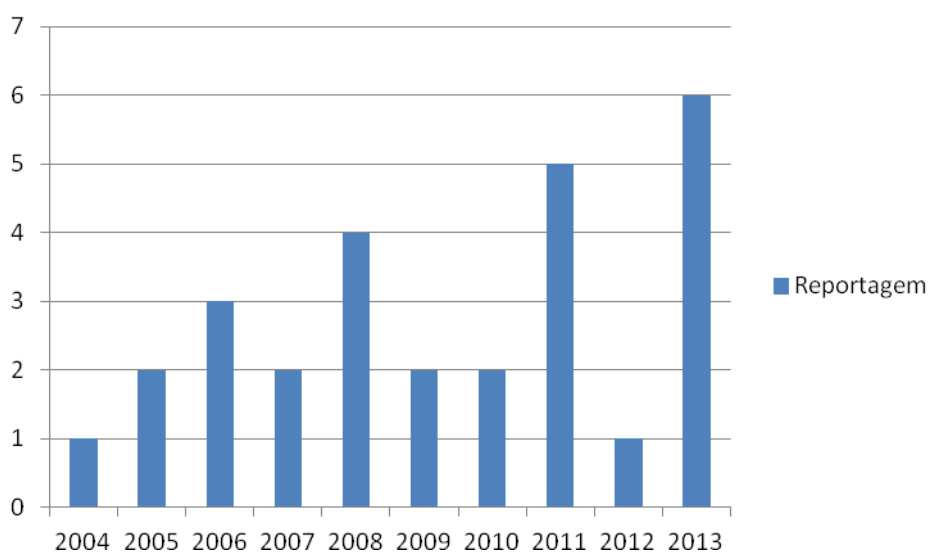


FIGURA 6 – Número de reportagens que citaram bem-estar animal na *Globo Rural*.

Fonte: Elaboração da autora

A *Globo Rural* é uma revista que trata de assuntos do rural relacionados a animais e plantas. Das 23 reportagens, em média, por edição, 22% ou cinco textos, em média, referiram-se a animais e seus interesses. Ao ano, seriam 60 reportagens que debateriam temas relacionados a animais. Em 2013, ano de maior número de matérias que citaram o bem-estar (seis textos), o volume representou 10% das matérias sobre animais, o que é significativo já que o tema é específico e inovador para a década. Em 2013, metade desses textos tinham bem-estar como tema principal (os demais apenas citaram), o que evidencia a maior proximidade com o assunto no final da década analisada.

Em média, foram veiculadas três reportagens citando o bem-estar (5% dos textos sobre animais) ao ano. Pela frequência, percebe-se que o tema não é definido pela linha

editorial como um assunto relevante, que deva ser amplamente debatido e “agendado” pela mídia, baseando-se no conceito de *agenda setting*, isto é, quando a mídia passa a defender temas e visões cuja frequência continuada e cotidiana influencia no entendimento da audiência (PENA, 2005). Outros temas como logística e sustentabilidade, principalmente nos últimos anos, foram divulgados amplamente pela revista com o objetivo de reforçar a discussão sobre o assunto, o que sugere maior preocupação e agendamento.

A revista *Dinheiro Rural* também é diversificada, abordando matéria jornalística de agricultura e pecuária. Na década, foram 15 reportagens citando o bem-estar, sendo que duas (13,3%) referiram-se ao bem-estar como tema principal. Dentre as revistas pesquisadas, foi a que registrou o menor interesse pelo tema, pois na maioria dos anos o bem-estar foi citado apenas uma vez. Porém, há um crescimento, já que no final da década analisada, especificamente nos dois últimos anos (2012 e 2013), o número de reportagens passou para quatro e três respectivamente (Figura 7).

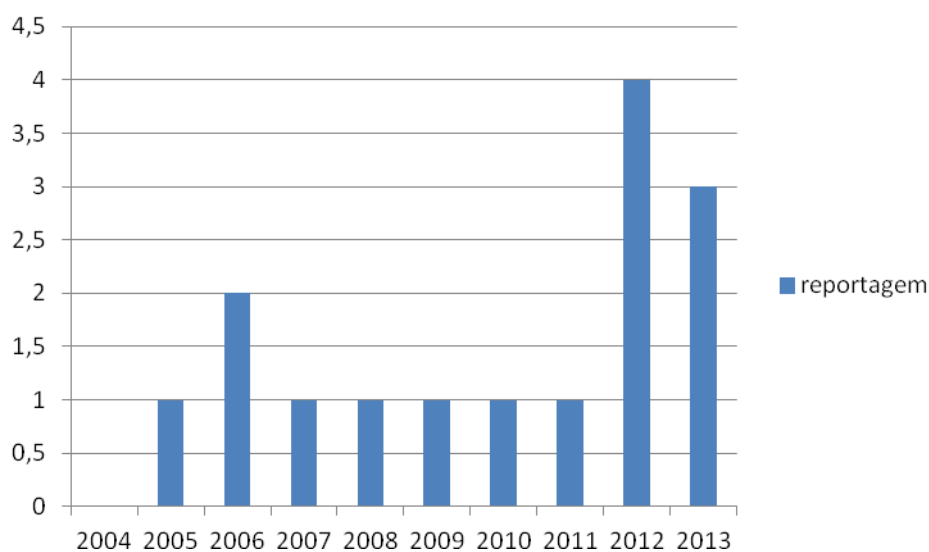


FIGURA 7 – Número de reportagens que citaram bem-estar animal na *Dinheiro Rural*

Fonte: Elaboração da autora.

Das 22 reportagens (excluindo-se editoriais de notas) que compõem, em média, a edição, apenas 23%, ou cinco textos, trataram dos assuntos ligados a animais e pecuária. No total de um ano, as reportagens sobre animais somaram 60 textos. Entre esses, em média, dois textos ao ano citaram o bem-estar, representando 3% das publicações anuais.

O percentual parece baixo, porém, se comparado a outro tema técnico de destaque na década, a “inseminação artificial” (assunto técnico mais comum e que também é utilizado em diferentes espécies animais), o tratamento é semelhante, pois ele foi citado em menos de 5% ao ano. Verificou-se que há uma diversidade de técnicas escolhidas para serem tratadas e desta forma elas são pouco repetidas nas edições, caso o tema não seja uma opção da linha editorial para agendamento (*agenda setting*). Porém, as implicações do tema bem-estar não se restringem à parte técnica, mas refletem em outras questões como econômicas, éticas e comerciais e o assunto poderia estar em outras pautas não-técnicas. Esperava-se que o bem-estar fosse inserido em reportagens como sustentabilidade e produção orgânica, qualidade do couro, imposições comerciais, porém, apesar da relação possível, não houve menção ao tema.

Na revista *DBO*, terceira publicação do estudo, o bem-estar animal apresentou o maior número de citações entre as três, o que pode ser justificado pelo interesse da publicação que é exclusivamente de pecuária (não há reportagens sobre agricultura). Foram publicadas 89 reportagens citando o bem-estar, sendo que em 34 (38,2%) o bem-estar foi o tema principal. Os anos de maior interesse foram 2006, 2007, 2009 e 2012, quando o tema foi citado em mais de dez reportagens ao ano. Em 2010, há o maior recuo no número de reportagens, porém, a partir desse ano, a revista incluiu um articulista técnico sobre o tema⁴⁷ (Figura 8).

⁴⁷ Na metodologia escolhida para esse estudo, os artigos foram excluídos da análise. Foram publicados dois artigos ao ano em 2010, 2011 e 2013 e um artigo em 2012. Nos anos anteriores também foram publicados artigos, mas não com a mesma frequência.

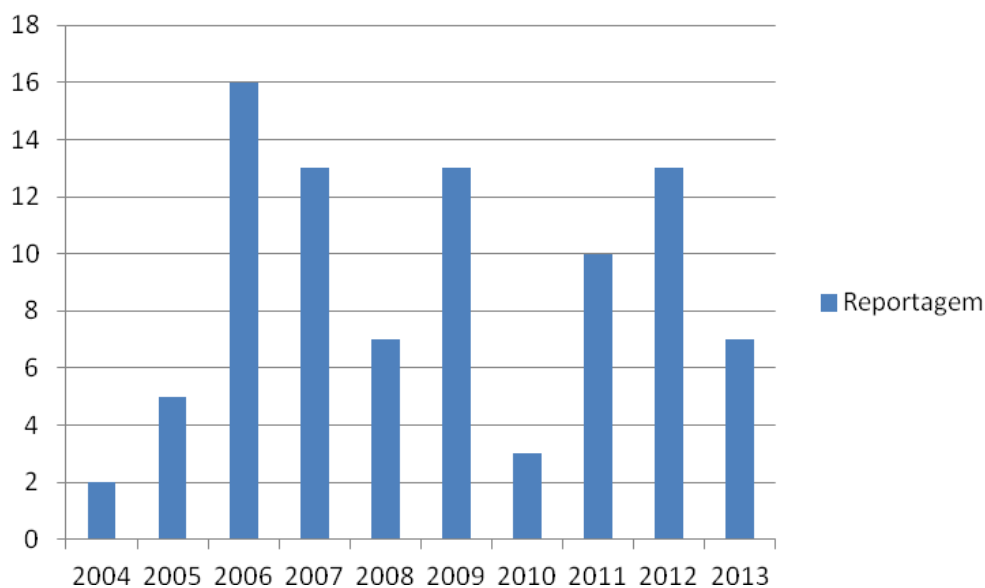


FIGURA 8 – Número de reportagens que citaram bem-estar animal na *DBO*

Fonte: Elaborado pela autora

Com média de 20 reportagens por edição, ao ano, foram publicados cerca de 220 reportagens nas 11 edições de 2004 a 2013 (não há revista regular em janeiro). Sobre o bem-estar, na média, identificou-se nove textos ao ano, ou seja, 4% do total de reportagens. O ano com mais citações sobre bem-estar, 2006, contou com 16 reportagens, representando 7% do volume de textos. Havia expectativa de que o número de citações fosse mais representativo nessa publicação se comparado às demais publicações do estudo. Como a *DBO* é estritamente voltada à pecuária o tema poderia ter recebido mais atenção, pois os jornalistas têm uma “carteira” de fontes mais especializada e também frequentam mais eventos da área.

Mesmo para a publicação mais técnica do setor, o tema não se mostra de interesse ou um assunto que a empresa defenda dentre os conceitos *de agenda setting*, ou seja, que mereça frequência continuada, influenciando os leitores (PENA, 2005). Talvez o bem-estar não tenha despertado o interesse dos editores ou não há identificação de que esse seja um tema de interesse dos leitores.

Portanto, reunindo os dados (Tabela 3) avalia-se que as revistas apresentaram comportamento similar na divulgação do bem-estar animal. A média anual de textos sobre o tema variou de 3% a 5% ao ano. A *Globo Rural*, considerando as proporções de

divulgação de pecuária, foi a que mais citou o tema, com pico de 10% em 2010. Esse comparativo é exclusivamente de frequência. A revista *DBO* apresentou o maior percentual de reportagens em que o bem-estar animal foi o tema principal do texto, não apenas uma citação.

TABELA 3

Publicação reportagens e participação do bem-estar por revista

	No. de reportagens de pecuária por ano	No. médio de reportagens que citaram o bem-estar por ano (%)
<i>Globo Rural</i> *	60	3
<i>Dinheiro</i> *	60	2
<i>DBO</i>	220	9

* *Globo Rural* e *Dinheiro Rural* publicaram, respectivamente, 276 e 264, reportagens, em média, por ano. Além da pecuária há textos de agricultura.

Fonte: Elaboração da autora

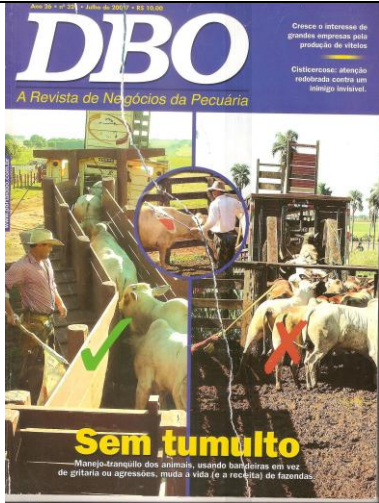
3.1.3 – Bem-estar nas capas das publicações

Das 340 edições, por três vezes o bem-estar animal foi destaque principal da edição, com chamada para a reportagem na foto da capa. Em comum as reportagens têm a divulgação científica e a justificativa da aplicação das técnicas baseada em ganhos econômicos (Quadro 5) como será detalhado na análise qualitativa. O tema também foi citado em outras 16 reportagens de capa que tinham outro enfoque como tema principal.

QUADRO 5

Capas das revistas nas quais o bem-estar foi o tema principal

	<p>“Em harmonia com a natureza”, revista <i>Globo Rural</i>, setembro de 2005, com abordagem e exemplos sobre o bem-estar de aves e suínos.</p>
---	---

	<p>“Sem estresse”, revista <i>DBO</i>, julho de 2007, matérias que abordaram manejos, importância econômica e internacional da preocupação com o tema.</p>
	<p>“Curral o centro nevrálgico da fazenda”, revista <i>DBO</i>, maio de 2013, inspirado por resultados de dez anos de pesquisa detalha informações sobre a construção de instalações em fazendas.</p>

Fonte: Elaboração da autora

A Revista *Dinheiro Rural* não publicou nenhuma capa sobre o tema nos anos analisados. É perfil dessa publicação optar por personalidades na capa da edição, porém, a escolha nunca recaiu sobre personagem que tivesse a filosofia do bem-estar como centro de seu trabalho.

3.1.4 – Relação entre o tema e os autores das reportagens

Como foram analisadas apenas as reportagens (excluídos artigos, entrevistas, editoriais e notas), os jornalistas respondem por 87,9% (116 textos) das autorias dos 132 textos analisados. Outros 7,6% (10 textos) foram elaborados por técnicos (médicos veterinários, agrônomos, zootecnistas etc) que assinaram reportagens e em 4,5% (seis textos) não há identificação do autor. Em suas redações, as editoras são majoritariamente formadas por jornalistas, além disso, até o ano de 2009, havia a

obrigatoriedade do diploma jornalístico para o exercício da profissão o que pode ser uma explicação para a maioria dos autores serem jornalistas.

Apesar de um percentual baixo, menor do que 10% da autoria dos textos, ainda existem técnicos escrevendo reportagens, como se viu no jornalismo rural desde a *Revista Agrícola*, de 1895, no início, em 1954, do Suplemento Agrícola, de *O Estado de S.Paulo*, com a colaboração de 19 especialistas, e também, em revistas como a *Coopercotia*, lançada em 1943. Além das possíveis reportagens, atualmente, os técnicos respondem por colunas fixas de artigos nas publicações. Dentre as revistas pesquisadas, essas colunas assinadas por técnicos ocorrem na revista *DBO* e na *Globo Rural*. A relação entre os pesquisadores e as redações do jornalismo rural ainda extrapola a posição de fonte e entrevistado, pois em muitos casos são colaboradores.

Nesses dez anos, nas três publicações, 36 jornalistas e quatro técnicos foram responsáveis por 126 reportagens com autoria identificada. O volume de 40 autores citando o bem-estar animal é positivo, pois mostra diversidade e que há reconhecimento do jornalista para o tema, mesmo que seja apenas citando-o uma vez. A divulgação do bem-estar animal não está concentrada em poucas pessoas. Talvez o maior conhecimento sobre o conceito entre os profissionais favorecesse ainda mais a sua discussão entre as pautas, como também haveria o esclarecimento sobre questões apontadas na literatura, principalmente a diferença entre os graus de bem-estar animal, que podem ir de muito bom a muito ruim (BROOM; MOLENTO, 2004; BROOM; FRASER, 2010).

Apesar da diversidade, constatou-se que apenas dois jornalistas (4,8% do total de autores) foram responsáveis por 39 textos ou 27,3% dos 132 textos analisados, sendo que um deles foi responsável por um terço dos textos em que o bem-estar foi tema principal da reportagem. Os motivos podem ser a maior familiaridade com o tema ou a responsabilidade por determinada editoria, em que o bem-estar pode ser mais citado. Por exemplo, o tema foi recorrentemente citado, na seção “como criar?” da *Globo Rural* e nas editorias “dia a dia” e “cadeia produtiva” da revista *DBO*.

3.2 – Análise qualitativa

Para a análise qualitativa, para fim de pesquisa, foram excluídas 16 reportagens desta autora, TONIN, F. e o *corpus* do estudo passou a contar com 116 reportagens. Nas análises, serão usados trechos das reportagens para ilustração.

3.2.1 – Detalhamento ano a ano

O estudo longitudinal realizado permitiu analisar tendências e fenômenos que se desenrolaram ao longo dos 10 anos e dificilmente seriam detectados ou consistentemente analisados em amostras de períodos mais curtos. Foi possível, desse modo, verificar a frequência com que os leitores foram expostos ao tema e quais foram os principais enfoques dados em cada ano.

O ano de 2004, por exemplo, registrou o menor número de reportagens da década analisada, com apenas cinco unidades jornalísticas, sendo que três reportagens citaram o bem-estar animal. O tema estava relacionado a textos sobre iniciativas de mercado de carne bovina e programas de garantia de origem. Iniciava a preocupação da indústria em mostrar como a pecuária executa boas práticas na produção. Deve-se considerar que foi em 2004 que a OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) organizou sua primeira conferência sobre bem-estar animal e recebeu o aval de seus países membros para ser referência para o tema, iniciando estudo para regulamentações com influência também na Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas regulamentações inevitavelmente tornaram-se base para os acordos e negociações internacionais, interferindo nas exportações.

Em 2005, o número de unidades jornalísticas passou para 11 e o número de reportagens mais que dobrou (oito). Nos dois primeiros anos, o bem-estar animal era relacionado aos benefícios e prejuízos que poderiam representar ao produtor, ou seja, o impacto econômico estava diretamente relacionado à defesa do bem-estar e suas justificativas. A motivação da relação com a economia também é embasada pelo interesse do jornalismo rural em investir em pautas com enfoque econômico (BORIN e VEIGA, 2001; RESENDE, 2003).

Apenas um texto factual apresentou um viés político. A relação do bem-estar com a divulgação científica, que se tornaria forte posteriormente, ainda não tinha

expressão. Houve apenas um texto que citou o tema ocorrido em evento científico, mas não explicou conceito ou outro detalhamento.

Em 2006, o cenário mudou completamente, pois foi o ano em que as três revistas mais abordaram o bem-estar animal, dentro do período desta pesquisa. Foram 38 unidades jornalísticas. É interessante notar que este foi o ano em que a indústria de carne bovina despertou, definitivamente, para a necessidade de se preocupar com o bem-estar animal e, principalmente, de mostrar a sua relação com ele.

Na abertura do texto: “Bem-estar torna-se moeda forte para frigoríficos”, o tema é tratado como uma nova preocupação, o que fica evidente quando a jornalista afirma que bem-estar era um “quesito menosprezado” que passa a ser de interesse por pressão do consumidor.

As demandas do consumidor moderno estão chegando cada vez mais rápido aos frigoríficos. Nos últimos anos, essas empresas foram pressionadas a modificar seu processo industrial em vários aspectos, incluindo um quesito antes menosprezado: o bem-estar animal. “Em geral, as pessoas não admitem que os bovinos sejam tratados com crueldade; querem se sentir bem em relação à carne que consomem. Nos anos 90, as grandes redes de supermercados e de *fast food*, que lidam diretamente com o consumidor, captaram esse anseio e o repassaram para seus fornecedores de carne, dispendo-se a pagar mais pelo produto que cumpra seus requisitos”, explica a consultora norte-americana Erika Voogd. (FRANCO, 2006, p. 30)

A preocupação da indústria de carne bovina pode ter sido uma resposta à pressão dos consumidores e a um deslize sanitário ocorrido no ano anterior, em outubro de 2005, quando o Brasil registrou dois focos de uma enfermidade (Febre Aftosa) e o mercado de carnes sofreu um abalo com paralisação de leilões, exportações e queda no preço do produto (FRANCO, 2005).

Além do despertar para o tema, a indústria brasileira de carnes bovinas precisou mostrar ao mundo a sua qualidade e iniciou uma série de programas para garantia de origem e sanidade. Os programas exigiam regras para sanidade, respeito ao meio-ambiente e às leis trabalhistas e ao bem-estar animal. As demandas vieram principalmente dos importadores, especialmente da comunidade europeia. O ano de 2006 também foi marcado pela resposta governamental que publicou a Instrução Normativa para reestruturação do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de

Origem Bovina e Bubalina (Sisbov) para cadastro de propriedades aptas à exportação. A medida foi tomada após embargos internacionais frutos do foco de Febre Aftosa identificado nos rebanhos. Fragmentos das reportagens mostram a preocupação em atender o consumidor, o que implicou em investimento nas instalações das indústrias para atender a exigência do bem-estar animal.

Tecnologia é o que não falta ao Frigoclass, cujas instalações foram inteiramente reformadas para atender às demandas do Grupo Tesco, com destaque para quesitos como higiene e bem-estar animal. Os currais – totalmente cobertos – foram construídos dentro de padrões ultramodernos, com detalhes inovadores tanto na logística quanto no material empregado. O abate humanitário é garantido, com utilização de equipamentos importados. Para transporte dos bovinos, foram projetados caminhões especiais que minimizam contusões e estresse. (FRANCO, 2006a, p. 38)

pois os animais destinam-se à produção de carne enlatada para um cliente europeu que solicitou “pacote completo”, ou seja, certificação do pasto à lata, com ênfase no bem-estar animal. “Fizemos uma série de adaptações nas instalações do frigorífico, visando eliminar fontes de estresse e acidentes. Com isso, o índice de contusões caiu 40%”, diz Mars, informando que a empresa já se prepara para exportar cortes *in natura* com selo Eurepgap.” (Franco, 2006b, p. 12).

O número de matérias em 2006 também foi impulsionado pela produção científica. As pesquisas sobre comportamento e bem-estar animal realizadas nas universidades e institutos de pesquisa brasileiros, na área de zootecnia, medicina veterinária e engenharia de alimentos, começaram a fazer parte dos argumentos técnicos quando o assunto era o bem-estar animal.

Numa fazenda de topografia acidentada, de morro, as áreas mais altas deixam de ser pastejadas se não tiverem água disponível para os animais. Motivo: estudos mostram que a uma distância superior a 250 metros o animal deixa de caminhar, não vai buscar o alimento; prefere ficar com um pasto mais ralo. “Aí, se o produtor caprichou no estabelecimento do pasto, adubou, fez tudo certo, vai perder a produção de capim, porque o animal não vai comer o que ele produziu. Então, instalar bebedouros em área de morro não é compaixão com o animal, é técnica”, ensina ele. (JOSÉ, 2006, p. 54)

Foi neste ano que houve início a distribuição de manuais técnicos com orientações de manejo e boas práticas por um dos grupos de pesquisa do assunto, Grupo Etco da Universidade Estadual Paulista (Unesp/Jaboticabal, SP)⁴⁸. O material caracterizou-se por uma iniciativa de divulgação científica com formato eficiente reconhecido pela FAO como uma solução para divulgar as conclusões da pesquisa para dezenas de milhares de pessoas (FRASER et al., 2009). Com a linguagem mais simples, se comparada aos artigos científicos, também despertou o interesse da mídia e a aproximação com os jornalistas. Soma-se a ação de assessoria de imprensa que foi feita por uma das empresas patrocinadoras, favorecendo a divulgação do material. Os lançamentos foram publicados, principalmente em notas, porém, o tema suscitou pautas para reportagens posteriores.

O ano de 2007 foi um reflexo do que houve no ano anterior, porém, com uma quantidade inferior de reportagens (11 textos). Pelo lado científico, houve a continuidade da disseminação de práticas de manejo. Já com o viés econômico, continuaram os anúncios de regras e normas que citavam o “bem-estar” como requisito para produção com qualidade e atendendo aos anseios do mercado consumidor. Pela primeira vez a revista *Dinheiro Rural* fez uma matéria sobre o bem-estar, não apenas citando-o, e optou pelo enfoque mais conceitual e ético ao apresentar um exemplo da avicultura.

Também se verificou que o bem-estar animal, neste início do período analisado, foi citado em matérias que faziam a cobertura de eventos técnicos ou de panorama econômico do setor. Com a cobertura, os jornalistas rurais passaram a ter contato com os conceitos, especificações técnicas e a “aprender” sobre esse novo conceito que surgia. Dessa forma, posteriormente, com conhecimento, puderam trabalhar no desenvolvimento e sugestão de pautas específicas sobre a área.

Em 2008, foram publicadas nove reportagens e as pautas com base científica sobressaíram, tomando 70% das reportagens que citaram o tema. Os textos estavam mais relacionados a explicações sobre sistemas de criação para diversas espécies (bovinos, cães, suínos). O interesse científico também foi motivado pela presença, no Brasil, da cientista norte-americana, Temple Grandin, responsável por revolucionar as

⁴⁸ Manuais disponíveis em www.grupoetco.org.br

práticas de manejo e instalações. Foi um evento para formadores de opinião e multiplicadores entre produtores, no qual Grandin detalhou os conceitos, as técnicas e as instalações desenvolvidas por ela nos Estados Unidos. As revistas *Globo Rural* e *DBO* fizeram, em janeiro e fevereiro, amplas reportagens sobre a pesquisadora e suas recomendações. Essas matérias foram um exemplo do difusionismo na imprensa brasileira, uma vez que utilizando as pesquisas e informações transferem dados do pólo com conhecimento para o pólo carente de informação. Nessa ocasião, a imprensa foi convidada a participar de um evento fechado organizado por uma indústria de carnes. A prática remeteu aos convites, iniciados na década de 60, para viagens patrocinadas aos Estados Unidos para absorver tecnologia e retransmitir ao produtor brasileiro. “As revistas, trabalhando nessa direção, sempre entenderam que o jornalista era um braço auxiliar dessa modernização da agricultura” (RESENDE, 2003, p. 201).

Em 2008, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento criou a Comissão Técnica Permanente de Bem-estar Animal para fomentar e discutir as normas relativas à questão. Porém, apesar de sua relevância, essa iniciativa governamental teve pouca repercussão na mídia. Apenas uma reportagem tratou de normativa, confirmando as constatações de que a temática política, seja específica do rural ou geral, não é uma pauta que despertou interesse em repercussões de desdobramentos pelo jornalismo rural (RESENDE, 2003).

No ano 2009, foram publicadas nove reportagens, principalmente relacionadas aos temas científicos. Um diferencial foi que a divulgação científica não se restringiu a recomendações, mas também houve o detalhamento de pesquisa com apresentação de objetivos, metodologia e resultados.

Os resultados da pesquisa de Cecília Veríssimo indicam que, se um criatório não puder oferecer sombra suficiente a animais lanados, é preferível que eles não sejam tosquiados no caso em que tenham de pastear ao sol. A lã funciona como “barreira física à penetração da radiação solar até a pele, pois se trata de material isolante” (CAMPOS, 2009, p. 74).

O texto acima foi o único que citou como fonte uma tese de doutorado. Interessante notar que 2009 também foi um ano representativo no volume de publicações sobre o tema nos repositórios *Lilacs* e *SciELO* quando comparado com anos anteriores.

O ano de 2010, com cinco reportagens, representou um recuo no interesse pelo tema. O tema voltou a crescer nos anos seguintes, pois passou a ser relacionado com pautas sobre sustentabilidade. Em 2011 foram publicadas 16 reportagens que citaram o bem-estar animal, em comum, as três revistas exemplificaram a criação sustentável por meio da tecnologia de integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) e, em todos os casos, citaram o bem-estar animal como um dos ganhos da tecnologia. Pesquisas em bem-estar animal confirmaram a relação. “Os sistemas silvopastoris agregam bem-estar animal. (...) Os animais são beneficiados com a presença de árvores, pois amenizam as altas temperaturas e fornecem abrigo” (RIGOLIN, 2014, p. 90). Abaixo seguem textos das reportagens sobre sustentabilidade.

Segundo o especialista Ronaldo Trecenti, da Campo Consultoria e Agronegócios, de Brasília (DF), a introdução da ILPF em propriedades rurais traz vantagens como: (...) conforto térmico, que proporciona bem-estar animal (TAGUCHI, 2011, p. 38).

Forragem de maior concentração proteica; neutralização da emissão de gases de efeito estufa; ganho de peso expressivo durante a seca e bem-estar são os benefícios que se destacam. (...) Neste momento, as condições de bem-estar animal nas áreas sombreadas já indicavam melhoria em relação à área testemunha (sem eucalipto) (MESQUITA, 2011, p. 78).

Ramalho da Silva faz questão de manter árvores nativas em suas terras agricultáveis, um empecilho para as máquinas colheitadeiras, mas que promove o bem-estar do animal no período de engorda (ÁVILA, 2011, p. 30).

A relação entre bem-estar e sustentabilidade também ocorreu no início de 2012, ano em que foram publicadas 18 reportagens. Vale lembrar que o Brasil vivia um momento de incentivo a matérias relacionadas à sustentabilidade na mídia, pois em junho do mesmo ano o país sediaria a Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. A mídia especializada em agronegócio seguia a agenda mundial e também falou sobre projetos sustentáveis como no texto abaixo.

A convite do Ministério da Agricultura, que criou um grupo de trabalho sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, a ABCZ passou a integrar a equipe responsável pela elaboração de um documento sobre o agronegócio brasileiro, que será apresentado durante a Rio+20 entre os dias 13 e 22 de junho, no Rio de Janeiro. Parte das reivindicações da ABCZ, e que constarão no documento, foram discutidas em encontros e palestras realizadas na Expozebu, como o seminário “Zebu: o futuro em boas mãos”, onde foram abordados temas como o novo Código Florestal, sanidade e bem estar-animal, assim como assuntos ligados à cadeia produtiva. “Vamos ter a oportunidade de mostrar ao mundo a realidade da nossa pecuária. Isso é único”, diz (RODRIGUES, 2012, p. 54).

Em 2013, foram publicadas 16 reportagens. Positivamente percebeu-se um amadurecimento de investigação sobre o tema com maior busca de informações para a abordagem de forma mais completa. As revistas especializadas deixaram de retratar a recomendação de único grupo de pesquisa para discutir o assunto com mais pesquisadores. Elas apresentaram vários pontos de vista, porém, não há indicação de opiniões conflitantes ou controversas e sim consenso.

3.2.2 – Grau de importância

Dentre as 116 reportagens analisadas, a maioria (74,2%) apenas mencionou a palavra composta bem-estar em meio a uma reportagem cujo tema principal referiu-se a outro assunto. Quando o bem-estar animal foi citado, de certa forma havia alguma inferência, seja por compensações econômicas, questões de manejo, reflexos políticos entre outros. Por outro lado, 25,8% das reportagens tinham o bem-estar animal como tema principal discutido no texto. Em geral, os textos específicos sobre bem-estar animal eram extensos, com detalhamento de dados, métodos e resultados de pesquisas científicas.

A escolha das palavras no jornalismo é uma forma de ação. Nas matérias em que o bem-estar foi tema principal, as declarações, normalmente, foram introduzidas com verbos de tom mais ameno, que não implicavam em retomadas opositivas (reiterar, reafirmar, negar, discordar) ou interpretativas do caráter ilocutivo do discurso referido (aconselhar, criticar, advertir, enaltecer, elogiar) (MARCUSCHI, 1991). Na maioria foram posições oficiais e afirmações positivas (declarar, afirmar, comunicar), com uso de verbos que no máximo indicaram força do argumento (frisar, ressaltar, sublinhar, acentuar).

Como complemento a essa análise, reuniu-se todos os títulos das matérias específicas e pesquisou-se a frequência das palavras⁴⁹. As principais ocorrências foram “pecuária”, “criar”, “boi”, “natural”, “nelore”. Percebeu-se que o tema esteve mais relacionado à bovinos do que a outras espécies, além de ênfase à criação natural e a raça bovina dominante no Brasil, que é o nelore, cuja criação é, na maioria das vezes, em sistema extensivo, com animais soltos no pasto, ou seja, mais favorável ao bem-estar animal.

3.2.3 - Fontes

Em análise geral de todas as matérias, não há um grupo de fontes que seja majoritário. A distribuição se deu conforme a Tabela 4.

TABELA 4
Classificação das matérias de acordo com a fonte

Classificação⁵⁰	Número de ocorrência	Percentual
Testemunha	34	29,3
Especialista	31	26,7
Oficial	31	26,7
Consultor	20	17,2
TOTAL	116	100,0

Fonte: Elaboração pela autora

As fontes testemunhais foram a maioria, considerando que entre as matérias que acabaram constituindo o *corpus* existem textos sobre “perfil” de produtor ou reportagem de “exemplos de sucesso”. Nesses materiais, as explicações sobre as práticas aplicadas na propriedade são descritas pelo produtor e ele cita o bem-estar animal, como nos exemplos:

Já o capril de chão batido recebe uma cama de serragem. “Achamos que dessa maneira o bem-estar do animal é melhor, pois a instalação é mais macia e confortável”, conta Facioli (FRANCO, 2009, p. 34).

⁴⁹ Utilizada ferramenta <http://tagcrowd.com/> em 03/06/2015.

⁵⁰ Testemunhas são produtor, trabalhador rural ou outra pessoa de campo que viu ou presenciou um acontecimento, que teve uma experiência na área. Especialistas são cientistas, pesquisadores ligados a uma instituição especializada no assunto tratado. Fontes oficiais são representantes do Estado e ou instituições que preservam algum poder de Estado e de empresas e de organizações, como sindicatos, associações, fundações. Consultores são técnicos com conhecimento sobre o tema.

Cavalcanti acredita no pastejo contínuo, quando muitos técnicos associam esse método com baixa produtividade e pouco lucro. Também defende a divisão do rebanho em lotes pequenos para preservar o bem-estar dos animais. Não desmama os bezerros, processa seu próprio sal mineral e nunca usou um litro de herbicida (FRANCO, 2008, p. 48).

Os produtores, em seus testemunhos, avalizaram técnicas que foram recomendadas pelos grupos de pesquisa como relatou o jornalista J.M. Nogueira à Resende (2003) “sempre que se falava de um assunto técnico era necessário procurar um produtor que estivesse aplicando a tecnologia, independentemente de fazê-lo corretamente” (RESENDE, 2003, p. 205). O exemplo, em sequência, mostra o produtor descrevendo sua experiência com a técnica de desmama, porém, o produtor enfatizou que segue as recomendações de um grupo de pesquisa.

Após observar o comportamento mais tranquilo dos bezerros, “de três a cinco dias após a apartação”, o criador separou os bezerros de suas madrinhas e os levou para o pasto em que ficariam de forma definitiva. Seguindo recomendação do Etco, Scaramussa vedou o pasto para a entrada da bezerrada após a desmama, a fim de garantir boa oferta de forragem. (VIEIRA, 2012, p. 12).

No grupo de fontes dos especialistas houve maior concentração. Apesar do Brasil contar no período com 121 grupos de pesquisa interessados pelo tema e disponibilidade de artigos em revistas científicas, 32,3% das reportagens com especialistas tinham por fonte um único grupo (Etco da Unesp de Jaboticabal, SP). Esse foi o grupo que, em 2005, produziu cartilhas sobre manejos de bem-estar animal, além da presença recorrente em eventos destinados ao produtor rural. Pode-se supor que uma das causas para a proximidade entre jornalistas e o referido grupo deve-se à divulgação científica no formato de manuais, o que facilitou o entendimento sobre o tema, motivando sugestões de pauta. Somado a isso, houve a tendência do jornalista de buscar informação com especialistas já reconhecidos (BURKETT, 1990).

A segunda fonte mais citada entre os especialistas não é brasileira. Trata-se da norte-americana Temple Grandin. Em 12,9% das matérias de especialistas ela foi a principal fonte. A literatura fala da motivação da pauta por “personagens célebres” (BURKETT, 1990; BERTOLLI, 2006) e Temple Grandin tornou-se uma personalidade para o jornalismo rural pela implantação de práticas favoráveis ao bem-estar na indústria, pelas recomendações funcionais de instalações e manejo e também por ser

autista, o que desperta certa curiosidade. Notou-se que por ser uma personalidade na área, qualquer evento que participasse no Brasil ou se estivesse com brasileiros no exterior, o fato é imediatamente reconhecido como pauta pela mídia e reportado.

Grandin se igualou ao número de inserções da principal agência de pesquisa do agronegócio no Brasil, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que também registrou 12,9% das fontes entre especialistas. Outros consultores e grupos de instituições de ensino foram pouco representativos, com no máximo duas citações na década estudada. Entre eles estão Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Santa Catarina, Esalq/USP, Universidade Federal de Goiás, Unidade Federal do Paraná, Instituto de Zootecnia, Unicamp e outros dois especialistas da iniciativa privada.

Entre as fontes da categoria oficial a maioria foi de representantes das empresas, principalmente de frigoríficos. Eles detalharam investimentos feitos com base nas informações para melhorar o bem-estar.

Reinaldo Bertin [proprietário do frigorífico Bertin] lembrou que a indústria foi construída seguindo o manual do bem-estar animal, do curral de espera à entrada no abatedouro. “O corredor, em curva e fechado, é antiestresse e com piso antiderrapante, como exigem os importadores europeus, entre outros. O modelo permite que o gado não empaque ou se agite no corredor que liga o curral à sala de abate – ele caminha calmamente, sem precisar ser tangido”, informa o empresário (YASSU, 2009, p. 30).

O primeiro módulo tem como instrumento de garantia um termo de adesão e responsabilidade, assinado pelos criadores e pelas indústrias, em que ambas as partes se comprometem a seguir normas e procedimentos relacionados ao sistema de criação, tipo animal, bem-estar, cobertura de gordura e outros. “Acompanhamos esse processo dentro das unidades parceiras, garantindo o gerenciamento e a integridade do processo”, afirma André Locatelli [diretor da Nelore Natural] (VITA, 2009, p. 24).

As fontes políticas e governamentais foram minoria entre as oficiais, pois também foram poucas as reportagens com a temática política, normativa, legislativa ou de regulamentações.

Andrea Parrilla, chefe de divisão de Bovideocultura do Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, explica que o Brasil tem um dos melhores métodos de criação do mundo. “Caso contrário, não seria um dos maiores exportadores de carnes em geral”, analisa. Por precaução, o ministério criou um comitê científico para aprimorar tecnologias que atendam às novas normas, que devem entrar em vigor em cinco anos (KISS, 2008, p. 8).

Por fim, os consultores (técnicos com conhecimento sobre o tema) foram fonte em 17,2% das matérias e eles não têm uma temática principal debatida, dividem-se entre recomendações com base na ciência e constatações de interesse comercial.

3.2.4 – Explicação científica

Nas análises, houve a preocupação em verificar o percentual de textos que traziam pelo menos uma informação científica, ou seja, uma explicação com base em conceitos científicos, dados de pesquisa, fornecidos por cientistas em entrevistas ou obtidos em documentos ou artigos publicados em periódicos científicos, arbitrados ou que tenham reconhecimento pelos pares. Foi uma forma de constatar se há a proximidade do jornalismo rural com a função de divulgação científica.

O jornalismo, em sua função de informar o leitor das novidades surgidas no mundo das ciências, muitas vezes ajuda a popularizar o conhecimento científico, missão de divulgação. Mas é importante não perder de vista que os profissionais dos dois campos atendem a interesses distintos – se os divulgadores têm como função aproximar a ciência da sociedade, aos jornalistas cabe defender os leitores e cidadãos (ESTEVEZ, 2015, s/p).

Na análise desse estudo, do total, 35,3% das reportagens apresentaram pelo menos um dado científico ao tratar do bem-estar animal. Não houve um referencial comparativo, mas o percentual evidenciou a importância das informações de ciência para as publicações. As constatações da ciência foram transcritas em diferentes tipos de matérias, e não apenas nos textos científicos, isso foi constatado, pois 34,1% das matérias com explicação científica foram enquadradas, posteriormente, como econômicas, internacionais, políticas ou éticas. Mesmo por meio de fontes da iniciativa privada e com o tema sendo discorrido com enfoque mais econômico, houve citação de dados científicos sobre bem-estar entre os argumentos, como no exemplo abaixo:

Uma carne de alta qualidade, presente nos mais sofisticados restaurantes, que faz alegria dos gourmets e o deleite dos frequentadores é resultado da junção de três características fundamentais: a genética, o manejo e o abate. Nesse último quesito, as chamadas técnicas de *welfare* animal (bem-estar) ganharam terreno. Esse conjunto de práticas tem por objetivo evitar o stress do gado e, conseqüentemente, garantir qualidade nos cortes da carne. No frigorífico Marfrig, o abate segue à risca esses preceitos. (...) Já no recebimento do gado se notam as diferenças visando o bem-estar. Os currais ficam dispostos seguindo o esquema de “espinha de peixe”, ou seja, em ângulos de 35°, ao invés de 90°. Isso facilita a entrada dos bois e vacas, evitando hematomas e contusões. “O pecuarista ganha, pois áreas com ferimentos não são pagas ao produtor”, afirma Macedo [Diretor controle de qualidade frigorífico Marfrig] (ZEPPEL; WAINSTEINS, 2006, p. 58).

No trecho acima foi possível identificar várias informações baseadas na ciência como “evitar o stress do gado e, conseqüentemente, garantir qualidade nos cortes da carne”. Existem muitas pesquisas que mostram que a adoção de práticas favoráveis ao bem-estar animal implica em melhor qualidade de carne. Um dado, por exemplo, é que a “carne resultante desse processo [acometidos de estresse pré-abate] terá pH>5,8 que proporciona às proteínas musculares uma alta capacidade de retenção de água, mas será escura, com vida de prateleira mais curta” (FELÍCIO, 1997). Outra informação do texto com base na ciência deve-se às orientações para os ângulos de construção dos currais. Na literatura há recomendações e desenhos de plantas que sugerem as angulações para evitar que o animal encontre barreiras e com isso paralise sua caminhada (GRANDIN, s/n s/p⁵¹).

As reportagens sem explicação científica (64,7%) são a maioria, lembrando que no *corpus* da pesquisa existem todos os tipos de textos: econômico, político, internacional, ético e científico. Há casos em que as matérias foram classificadas como científicas, mas tratavam de evento científico e não traziam qualquer explicação científica e desta forma foram classificadas como “sem explicação científica”, como no exemplo:

⁵¹ GRANDIN, Temple. *Livestock Handling Systems, Cattle Corrals, Stockyards, and Races* <http://www.grandin.com/design/design.html>. Último acesso em 10/06/2015

Os dois primeiros painéis focalizaram novidades como inseminação em tempo fixo, clonagem, marcadores moleculares, arborização de pastagens e bem-estar animal (FRANCO, 2005, p. 302).

3.2.5 – Visão positiva ou negativa

No jornalismo rural do Brasil, há percepção que o bem-estar animal não foi retratado como uma imposição prejudicial aos produtores, mas é apresentado pelos benefícios da adoção das técnicas. Em suma, valendo-se de argumentos que trazem benefícios, o tema é visto como positivo pelo homem do campo. Em outros países, principalmente na Europa, a percepção do tema pelo produtor mostra-se mais negativa, primeiramente, por ser uma imposição que deve ser seguida (GRANDO, 2012). Com essa pesquisa buscou-se verificar essa constatação, considerando para a classificação o viés do produtor, ou seja, quando o bem-estar é apresentado a ele como um benefício (positivo) ou quando é apresentado como um prejuízo, ou seja, algo que poderá atrasar seu negócio, implicando em barreiras ou custo.

A análise das 116 reportagens confirmou a visão do bem-estar animal sendo retratado como positivo no jornalismo rural brasileiro, pois 67,2% das matérias foram classificadas como positivas; 25% como neutras e 7,8% como negativas para a visão do produtor.

O viés positivo esteve relacionado a todos os enquadramentos estudados – científico, econômico, político, normativo, ético e internacional. Em geral, o bem-estar foi visto por especialistas, consultores e testemunhas como uma prática que resultou em benefício para a criação e para a atividade econômica. Nas reportagens são evidenciados principalmente os ganhos econômicos (redução de perdas, produtividade, menor número de acidentes, etc.) que serão obtidos a partir da aplicação das tecnologias. Pouco se falou, mas houve quem relacionasse com ganhos éticos. Nos exemplos abaixo, o bem-estar foi relacionado como uma vantagem ao produtor:

Forragem de maior concentração proteica; neutralização da emissão de gases de efeito estufa; ganho de peso expressivo durante a seca e bem-estar são os benefícios que se destacam [na integração entre agricultura e floresta] (MESQUITA, 2011, p. 78).

Para corrigi-las [falhas de manejo], a administração da Guapiara colocou o pessoal de campo para estudar, por meio de treinamentos aplicados pela Merial. “Uma grande vitória foi a compreensão da importância do bem-estar animal”, observa Aauto (PALACI, 2008, p. 24).

Outro ponto positivo está relacionado ao bem-estar. O rebanho não é transportado, permanecendo nos pastos da própria fazenda, eliminando-se a disputa por espaço e sombra. (GLOBO RURAL, 2011, p. 88)

As poucas matérias negativas (7,8%) do ponto de vista do produtor, público alvo das revistas, foram de fundo econômico e relacionadas ao comércio exterior, remetendo às informações das legislações. Os exemplos abaixo foram classificados como negativos, pois as consequências da falta de bem-estar são apresentadas como punição ou entrave. No primeiro exemplo, houve a perda de subsídios para quem não investiu em bem-estar animal e no segundo, o bem-estar apareceu como uma tarefa imposta ou uma obrigação.

[Na Europa] “Além disso, os subsídios aos pecuaristas de corte deixaram de ser pagos por número de cabeças e foram transformados em prêmio único por propriedade, cujo pagamento, a partir de 2007, estará condicionado ao cumprimento de normas ambientais, sanitárias e de bem-estar animal (transporte sem estresse, destinação adequada de dejetos, redução da densidade populacional, etc)”, explica o especialista francês (FRANCO, 2006, p. 26).

O pecuarista está ficando em posição desconfortável – precisa produzir a custos mais baixos, para poder competir, mas tem de rastrear os animais, cuidar de seu bem-estar, não empregar hormônios nem antibióticos. É difícil cumprir a tarefa imposta a ele”, diz Tereza (FRANCO, 2009, p. 20).

Deve-se considerar que no Brasil, a legislação sobre o bem-estar animal não se mostrou rigorosa e impositiva no período. Apenas em 2008, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento instituiu uma Comissão Técnica Permanente sobre o tema que, em 2011, teve suas atribuições ampliadas. Pode ser que uma legislação nacional mais impositiva implique, futuramente, em matérias com enfoque mais negativo.

3.2.6 – Enquadramentos

Fazer o enquadramento dos textos permitiu a organização do discurso, resultando em identificação e rotulação de ocorrências. Ela não se restringiu à estrutura da mensagem, mas aos pacotes interpretativos do material estudado (VIMIEIRO, 2010). Nesta análise, as 116 reportagens foram enquadradas conforme a Tabela 5.

TABELA 5
Classificação das matérias de acordo com o enquadramento

Enquadramento	No. de reportagens	%
Científico	53	45,7
Econômico	44	37,9
Político	4	3,4
Ético	3	2,6
Internacional	4	3,4
Outro	8	6,9
Total	116	100,0

Fonte: Elaboração da autora

- **Científico**

Apesar de na análise quantitativa a divulgação midiática não ter refletido o desempenho constante da produção científica, as questões científicas do bem-estar animal são as que mais despertaram o interesse dos jornalistas e editores por reportagens. Das 116 reportagens que citaram o bem-estar animal, 45,7% foram enquadradas como científicas. Ao fazer novo corte no *corpus* e analisadas, exclusivamente, as reportagens cujo tema principal discorrido no texto era o bem-estar animal, 70% foram classificadas como científicas e 66,7% das fontes foram classificadas como especialistas.

Na análise ano a ano, os temas enquadrados como científicos foram a maioria em seis dos dez anos analisados, mostrando que há uma tendência da divulgação do tema pelo viés científico. Apenas nos anos de 2004, 2006, 2007 e 2009 as reportagens econômicas somaram o maior número, porém, as científicas não deixaram de ser publicadas em número expressivo.

Com os temas científicos sendo a maioria do *corpus*, notou-se que a divulgação científica está muito presente nas revistas analisadas. Como se relatou no histórico do

jornalismo rural, as publicações continuam assumindo o papel de educadoras, disseminadoras, prestadoras de serviço ao homem do campo (RESENDE, 2003; DIAS, 2011). Seguem um perfil difusionista e de extensão rural. Os textos enquadrados como científicos, quase na totalidade, trataram de divulgação de pesquisa, processos, manejos, mecanismos e técnicas. Houve exemplos de textos inteiros que falaram sobre a forma correta de vacinação, como fazer a desmama dos animais, como proceder para identificar e usar o brinco em substituição a marca à fogo. No texto “Sugestões práticas que facilitam o manejo”, com base nas informações da norte-americana Temple Grandin, foram apresentadas pelo menos 22 recomendações que são claramente de orientação:

Colocar placas nas paredes [do curral] para evitar formação de sombra e bloquear visão da movimentação. Mudar o posicionamento das pessoas. Fazer testes com iluminação para avaliar as sombras e reflexos. Iluminar a entrada da seringa. Substituir elementos coloridos e brilhantes como mangueira e canos. Trocar a cor dos uniformes para reduzir o contraste de cores (DBO, 2008, p. 28).

Outros exemplos são:

Anita alerta também para a colocação errada do brinco na orelha do gado, o que é muito comum e resulta em acidentes com os animais, além de prejuízos financeiros. Segundo ela, o brinco deve ser aplicado na parte central da orelha, entre as duas nervuras. Atenção: o brinco não deve ser posto nas extremidades da orelha ou próximo a cabeça da res. “No primeiro caso, perde-se o brinco e ainda machuca o animal. Perto da cabeça, pode provocar bicheira, pois o brinco fica espremido, o arejamento é raro e qualquer ferida que surja não cicatriza”, diz (NASCIMENTO, 2011, p. 44).

Durante a palestra-aula que concedeu aos participantes do Nutron Beef Training, como professora da Universidade do Colorado [Temple Grandin], explicou seus conceitos (...) Utilize currais e seringas em forma de “S”, que dão aos animais a sensação de que estão voltando ao local de onde saíram, pois isso diminui seu medo. Feche as laterais para impedir interferência externa. Elimine sombras e use piso antiderrapante. Nunca deixe objetos soltos, como correntes, nos locais por onde os animais vão passar, pois eles se recusam a andar com algo se mexendo à frente (FRANCO, 2012, p. 74).

Na divulgação científica, o jornalismo cumpriu um papel educador e de fonte de informação para o homem do campo (OLIVEIRA, 1988), mas ainda se observou a reprodução de recomendações, com poucas informações sobre o contraditório,

conforme alertado por Teixeira (2001). Segundo a autora, divulgadores de ciência não podem deixar se ofuscar pela evidência do senso comum.

Por fim, 9,4% das matérias científicas trataram de eventos direcionados aos produtores. Porém, apenas citaram o tema como parte da programação. Não houve maiores detalhamentos.

Diversos minissimpósios, com duração de quatro horas em média, foram realizados diariamente. Entre eles, temas como nutrição de bovinos de corte, bem-estar animal, pastagens e plantas forrageiras (VEIGA, 2005, p. 136).

Foram três dias de apresentações sobre a qualidade na produção animal: importância da seleção, padronização de lotes, bem-estar, noções de anatomia e tendências de mercado, além de aulas práticas de manejo e apartação (HARTMANN, 2007, p. 37).

Em última análise da categoria, também se verificou que os cientistas valeram-se das implicações econômicas e comerciais como argumento de convencimento para posterior aplicação dos conceitos de bem-estar:

O professor Moacyr Corsi, especialista em pastagens do Departamento de Zootecnia da Esalq-USP, de Piracicaba, está fazendo uma leitura bem convincente para os pecuaristas sobre o que é bem-estar animal. É aquilo que dá conforto ao rebanho, mas ao mesmo tempo significa mais dinheiro no bolso para o produtor (JOSÉ, 2006, p. 54)

Maus tratos redundam em prejuízo financeiro, alerta Paranhos. O estresse causado ao animal torna-o mais arisco, o que dificulta ainda mais o manejo, além de provocar, em muitos casos, a perda de peso. “A atitude violenta também provoca contusões e hematomas, que depreciam o valor da carcaça”, diz o professor. Em contraste, o manejo de acordo com as regras do bem-estar animal contribui para elevar a produtividade do rebanho e para a melhoria da qualidade da carne. (CARVALHO, 2011, p. 98)

Também se deve considerar que a construção do texto por parte do jornalista, ou por orientação do editor, é um fator que pode influenciar na relação entre bem-estar e informações econômicas. Mesmo em um texto em que a essência foi a divulgação científica, o jornalista optou por iniciá-lo (*lead*⁵²) com dados econômicos, desta forma

⁵² De acordo com o Manual da Folha de S.Paulo, o lead ou lide é o termo usado para resumir a função do primeiro parágrafo do texto. Ele deve introduzir o leitor no texto e prender sua atenção. Há dois tipos de

ele está dando maior importância à informação econômica e conduzindo o leitor para esse entendimento. Exemplos de *leads* de textos científicos são apresentados abaixo. No primeiro exemplo, o texto trata das técnicas de pastejo, no segundo sobre a integração agricultura, pecuária e floresta e no terceiro o tema são as regras de transporte para evitar contusões.

Para obter o melhor desempenho a pasto, os bovinos precisam de comida farta e muita tranquilidade. O estresse pode gerar irritação, inapetência e, conseqüentemente, menor ganho ou até perda de peso (FRANCO, 2008).

Plantar eucalipto dentro dos piquetes do confinamento é uma estratégia que pode trazer uma série de vantagens. Além da renda com o corte da madeira, a sombra das árvores garante conforto aos animais, o que se traduz em maior consumo de ração e, conseqüentemente, melhor desempenho (VILLELA, 2011, p. 64).

Levantamento feito pelo Etco, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Etologia Animal, sediado em Jaboticabal, SP, mostra uma preocupante realidade. De 38.000 carcaças avaliadas em 2011, provenientes de duas plantas frigoríficas exportadoras de São Paulo e uma no Triângulo Mineiro, cerca de 60% apresentaram hematomas. Cada hematoma na carcaça representa, de acordo com dados da literatura, uma perda de 500 g de carne, o que equivale, no caso, a um total de 11,4 t de carne desperdiçada (VILLELA, 2013, p. 78).

- **Econômico**

O perfil econômico, sempre lembrado quando se fala em jornalismo rural, também esteve presente e com relevante grau de importância ao se analisar as reportagens que citaram o bem-estar animal. Das 116 reportagens, 37,9% foram enquadradas como econômicas, sendo que 50% das fontes foram classificadas como oficiais e, dentro dessas, a maioria é de diretores de empresas.

Na análise das subcategorias dos enquadramentos, 77,3% das matérias demonstraram que o tema esteve relacionando a interesses comerciais da iniciativa privada ou do setor público. Houve uma preocupação em seguir as regras de bem-estar animal e mostrar essa adesão, principalmente pelos interesses de exportação que implicam em

lide: o noticioso, que responde às questões principais em torno do fato (o que, quem, quando, como, onde e por quê) e o não factual que lança mão de outros recursos para chamar a atenção.

seguir legislação dos países compradores e estar atento à pressão do consumidor. Como relatam as pesquisas de percepção pública, as informações sobre o tema refletem no aumento ou recuo da demanda por produtos de origem animal (SOUZA, 2011; TONSOR; OLYNK, 2011; BONAMIGO; BONAMIGO; MOLENTO, 2012; FRANCO, 2014).

O pecuarista interessado em participar do PQNN [Programa de Qualidade Nelore Natural] e fornecer carne que levará o selo assina um termo de adesão comprometendo-se a seguir esses procedimentos, observando ainda o bem-estar animal na criação. (TOLEDO, 2004, p. 18).

Está chegando ao Brasil um novo protocolo de boas práticas de produção agropecuária: o ABM Global. (...) A exemplo do Eurepgap IFA, esse protocolo de boas práticas tem por base cinco conceitos: preservação do meio ambiente, técnicas de manejo que garantam o bem-estar animal, rastreabilidade, segurança alimentar e responsabilidade social (VILLELA, 2007, p. 26).

Segundo Luiz Fernando, cinco fatores foram determinantes para o crescimento e reconhecimento dos produtos da empresa: a qualidade da carne, a genética diferenciada dos animais abatidos, a alimentação para que ganhem peso rapidamente, a idade de abate e as regras de bem-estar para que o animal chegue sem estresse ao momento do abate (COSTA, 2012, p. 72).

Segundo Auler Matias, no futuro, usar o selo Novilho Precoce vai significar que o consumidor compra carne obtida a partir de animais rastreados e com produção com responsabilidade social e ambiental, além de respeitar preceitos de bem-estar animal (FORTES, 2007, p. 30).

Como a prática de recomendações que favorecem o bem-estar é uma característica reconhecida como positiva pela sociedade e pelos consumidores, associá-la a imagem da empresa ou fazenda influencia em uma boa reputação da empresa e pode até ser um argumento para o marketing do negócio. Como visto o exemplo do Walmart⁵³ e Sam's Club, diversas redes varejistas publicam seus posicionamentos favoráveis ao tema. Em 2006, isso era evidenciado e retratado pelas revistas rurais:

⁵³ Posicionamento sobre o bem-estar animal disponível em <http://corporate.walmart.com/article/position-on-farm-animal-welfare>. Último acesso em 20/07/2015

Outro ponto por ele apontado é a crescente preocupação com o bem-estar animal. “É uma questão muito importante hoje na Europa, já que, afinal de contas, é a marca dos importadores que aparece na comida; é o nome deles que está em jogo” (JOSÉ, 2006, p. 10).

Também, há muitos empresários que o citam, porém, sem detalhamento no texto sobre a aplicação das práticas. Não há informação se a prática é aplicada de acordo com o conceito apresentado no Capítulo 1, ou seja, considerando os aspectos emocionais, de saúde e de comportamento para que progressivamente ocorra a melhora de qualidade de vida para o animal (MOLENTO, 2012; DIAS; SILVA; MANTECA, 2014).

O proprietário (...) instalou estações sobre fenação de capim, protocolo sanitário para animais confinados, fábrica de rações e bem-estar animal (JOSÉ, 2012, p. 42).

Desde 1999, a fazenda Tamanduá trilha o caminho da agricultura biodinâmica, sistema que preconiza a cura da terra, o bem-estar animal e manejo agrícola limpo (BEZERRA, 2007, p. 65).

Na área de 110 hectares, o projeto da central visa ao bem-estar dos reprodutores. (FORTES, 2005. p.108).

Outra subcategoria do enquadramento econômico foi o “desdobramento com base técnica” que trouxe exemplos de iniciativas de mercado que derivaram ou foram influenciados pelas tecnologias de bem-estar animal. Esse é o principal fator que a difere da subcategoria anterior. Ela respondeu por 18,2% dos textos enquadrados como econômicos e teve como fonte principal, na maioria das vezes (44,4%), os especialistas. Exemplo está na reportagem “Festa no galinheiro” (SILVA, 2013, p. 42), publicada pela *Globo Rural* em outubro de 2013, que trouxe exemplos de diversas iniciativas de criação em que as galinhas poedeiras não ficam em gaiolas, o que refletiu posteriormente em projetos comerciais.

Ainda entre as subcategorias, apenas duas matérias (4,5%) falaram diretamente sobre o interesse do consumidor pelo bem-estar animal, especialmente, do mercado internacional, já que o interesse pelas exportações é um fator comum entre os produtores e a indústria.

- **Político e internacional**

As questões políticas foram tratadas em apenas 3,4% ou quatro reportagens das 116 analisadas na década, comprovando que as revistas especializadas continuam não se envolvendo com discussões políticas, normativas, legalistas e regimentais do setor. As publicações continuam isentando-se de desenvolver pautas nesse sentido e não são a voz política do setor. Durante o período analisado, houve fatos que gerariam pautas políticas. Exemplo são as conferências a cada quatro anos da OIE (Organização Mundial de Saúde Animal) que iniciaram oficialmente seus estudos para regulamentações em 2004. No Brasil, desde 2008 há uma comissão instituída no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento para orientações governamentais sobre o bem-estar animal.

Além disso, existem projetos de leis, as questões normativas, a pressão do consumidor, os parlamentares favoráveis ao tema que não suscitaram interesse para o desdobramento de pautas sobre o tema. Ponto positivo foi que quando existiram reportagens, elas foram extensas e trataram de diversos aspectos das regulamentações, inclusive com exemplos internacionais, além de convenções, marcos regulatórios e acordos entre países.

As reportagens classificadas como internacionais responderam por 3,4% do material analisado (quatro textos) e todas tiveram a mesma autoria. Sempre trataram de visitas técnicas patrocinadas para apresentar como foi desenvolvida a atividade em outro país. Na temática, eles se dividem igualmente entre os que se preocupam em apresentar o modelo norte-americano ao produtor brasileiro, citando a pesquisadora Temple Grandin e aqueles que querem mostrar a preocupação e pressão que existe no produtor europeu. O reduzido número é salutar, pois mostra que há uma redução das práticas incentivadas por empresas de outros países, como se viu nos anos de 1960 e 1970.

- **Ético**

As reportagens que abordaram o bem-estar animal nas revistas especializadas não têm por princípio discutir questões éticas. Apesar de o tema bem-estar animal encontrar-se, em sua essência, diretamente relacionado à ética e moral de quem pratica a atividade e de quem consome o produto, não há um aprofundamento sobre essas

questões. Os argumentos científicos e econômicos são muito mais frequentes e tomam o lugar nas reportagens. Dentre os 116 textos analisados, apenas três, 2,6%, apresentaram essa preocupação. Dois, mesmo sem aprofundamento, foram publicados na revista *Dinheiro Rural*, que tem um perfil menos técnico. As reportagens pouco acrescentaram às discussões éticas e morais sobre o bem-estar animal.

Outros textos, em algum momento, falaram sobre questões éticas, porém, acabaram direcionando a maioria dos argumentos para outro aspecto. O exemplo abaixo que cita um quesito ético, mas não há continuidade deste debate.

Na série de palestras sobre ruminantes, falou-se basicamente dos desafios trazidos pela intensificação pecuária, que hoje demanda atualização e revisão de conceitos. Inclusive éticos, conforme alertou o professor Mateus Paranhos, da Unesp Jaboticabal, pois a exploração do animal como máquina (no limite de sua capacidade biológica) gera marketing extremamente negativo (FRANCO, 2006, p. 42).

Apesar de crescentes movimentos da sociedade que discutem e questionam o consumo e o sistema de criação, não houve nenhum texto que se enquadrasse em mobilização da sociedade e autoridades. Como as revistas são especializadas, o tema poderia ser debatido pelo viés do interesse do produtor, mostrando a ameaça que pode representar ao seu negócio.

- **Outros**

A categoria reuniu 6,9% ou oito textos dos 116 analisados. Estão incluídas reportagens que não apresentaram relação com as categorias anteriormente definidas ou quando ficou evidente que o bem-estar não está relacionado ao conceito discorrido no primeiro capítulo desta dissertação. Um exemplo trata-se de matéria sobre a fabricação de patês de fígado de ganso, quando o animal recebe uma dose elevada de comida no papo (técnica gavage) para a produção de uma iguaria culinária. Há muita discussão sobre a crueldade envolvida no manejo dessa criação e recentemente o governo de São Paulo proibiu a produção. Na reportagem, a palavra bem-estar foi usada em defesa do produtor, em sua fala, como um alibi de uma prática bem realizada, porém, não significa bem-estar.

Não existe nenhuma barbaridade, o gavage é uma técnica que leva em consideração todos os cuidados com o bem-estar do animal", garante... (DINHEIRO RURAL, 2005, p. 35).

Síntese

No período de 2004 a 2013 o interesse da comunidade científica pelo bem-estar animal, baseando-se na produção científica, apresentou-se em constante crescimento. Nas revistas estudadas, o movimento também foi crescente. Foram identificadas, em 2004, quatro Unidades Jornalísticas (UJ), passando a 25 no final, em 2013. As revistas não apresentaram comportamento idêntico, porém, todas registraram o interesse crescente pelo tema na década. Por três vezes o bem-estar animal foi capa das publicações e 40 autores o citaram em seus textos.

Dentre 215 unidades jornalísticas, 116 reportagens integraram o *corpus* da análise qualitativa, sendo que 25,8% ou 30 textos trataram o bem-estar como enfoque principal da reportagem. Na análise de fontes, não há um perfil dominante e houve a seguinte divisão: 29,3% são testemunhas, 26,7% são especialistas, 26,7% foi classificada como oficial e 17,2% com consultores.

Os argumentos científicos estiveram presentes em matérias científicas, mas também em textos posteriormente enquadrados com econômicos, políticos, internacionais e éticos. Em outra classificação, considerando a visão do produtor, as reportagens foram classificadas na maioria (67,2%) como positivas, ou seja, apresentam os benefícios indiretos da prática, como ganho de peso, redução de contusões e perdas; benefício para a equipe, entre outros.

As reportagens com enquadramento científico foram a maioria, com 41,7%, seguido por aquelas consideradas econômicas (31,8%). Notou-se que o viés científico do jornalismo rural ainda é relevante, assim como também a relação com as questões econômicas. Pelo baixo número de reportagens com perfil político (3,4%), notou-se que as publicações especializadas continuam se isentando de participar das discussões políticas do setor. Assusta também que apenas 2,6% das reportagens apresentaram questões éticas.

Considerações finais

Este estudo teve por objetivo verificar como o tema bem-estar animal foi retratado no período de dez anos em três revistas especializadas em jornalismo rural. A principal constatação foi que houve divulgação sobre o tema e que esta foi crescente no período de 2004 a 2013, como também foi identificado o crescente interesse das publicações científicas da área. Nos 340 exemplares mapeados das revistas *DBO*, *Globo Rural* e *Dinheiro Rural*, o bem-estar animal foi citado em 215 unidades jornalísticas (reportagens, editoriais, artigos, entrevistas, notas, etc), destacando-se 132 reportagens.

As revistas apresentaram comportamento similar na divulgação do bem-estar animal. O interesse foi crescente, porém, inconstante. Houve ocorrências que motivaram o maior ou menor número de reportagens em cada ano. Essas ocorrências estiveram relacionadas principalmente a interesses econômicos do público alvo das revistas. O jornalismo rural identificou o bem-estar como um tema importante, principalmente por influência de pesquisas científicas desenvolvidas no período, apresentadas em eventos científicos e divulgadas por pesquisadores em ocasiões diversas, e também por um conjunto de legislações criadas a partir das pesquisas. A introdução do tema no dia a dia da cadeia produtiva da carne teve como apelo, não só a preocupação com os animais, mas a justificativa econômica para os cuidados.

Embora o tema tenha despertado a atenção do consumidor comum, de ativistas e de legisladores, que vêm procurando criar leis e normas que protejam os direitos dos animais e dos produtores de carnes, nenhuma das publicações demonstrou um interesse tão grande que justificasse seu “agendamento” no período. Em outras palavras, o bem-estar não foi retratado, nas edições analisadas, com frequência que pudesse permitir uma grande influência nos leitores em curto espaço de tempo (PENA, 2005). As possíveis causas podem ser o desconhecimento do impacto das práticas de bem-estar animal; o desinteresse por parte dos editores ou dos proprietários dos títulos ou, ainda, o nível de questionamento que o tema possa gerar na atividade produtiva, indo contra algumas práticas que são utilizadas e necessariamente não são favoráveis ao bem-estar animal por priorizarem os resultados produtivos a qualquer custo.

É evidente que existiu interação entre o jornalismo rural e os pesquisadores e que ela foi muito importante, porém, essa relação não ocorreu motivada pelas publicações científicas, já que elas não foram citadas nas reportagens, mas pelo

relacionamento entre jornalista e cientista na divulgação e participação em eventos, em visitas a instituições de pesquisa e ensino e entrevistas. Nesse sentido, a divulgação de notícias científicas poderia ser ainda maior se a relação entre o jornalismo e a pesquisa fosse ampliada. Por parte dos jornalistas, as revistas científicas poderiam estar de forma mais recorrente entre suas pesquisas de pautas. Pelo lado dos cientistas, é preciso investir em iniciativas de comunicação, treinamento para relacionamento com a imprensa (*media training*) e reconhecimento da importância de publicação também em veículos que não são científicos. Além da redação de artigos, os grupos de pesquisa poderiam se valer de outras formas de divulgação científica com linguagem mais acessível e que atraiam a sociedade e, conseqüentemente, os jornalistas. Os pesquisadores poderiam também estreitar relações com as assessorias de imprensa de suas instituições, para facilitar o intermédio com a mídia.

A consequência desse maior entrosamento poderia refletir no maior esclarecimento do conceito de bem-estar animal e de suas implicações para o jornalista. A maior familiaridade com o tema permitirá análise durante a apuração de pautas, possibilidade de que os profissionais assumam uma posição mais questionadora baseada na questão e, também, a realização de maior número de reportagens específicas.

Um ponto positivo verificado foi que a divulgação não se restringiu a poucos autores, pois nesses dez anos, nas três publicações, 36 jornalistas e quatro técnicos foram responsáveis por 126 reportagens com autoria identificada. Por outro lado, a informação concentra-se em poucas fontes, principalmente quando se fala em divulgação científica. No grupo de fontes dos especialistas, apesar do Brasil contar, no período, com 121 grupos de pesquisa interessados pelo tema e da disponibilidade de textos científicos, 32,3% das reportagens com especialistas tinham por fonte um único grupo. A segunda fonte mais citada (26,7%) entre os especialistas foi a norte-americana, Temple Grandin. Essa concentração pode ser devido ao maior relacionamento entre o referido grupo e a mídia e ações de divulgação científica, já que eles foram responsáveis pelos manuais que refletiram no aumento de pautas sobre o tema nas publicações.

Os argumentos científicos, ou seja, explicações com base em conceitos vindos da ciência também estiveram presentes nas matérias que tratam de temas políticos, internacionais, éticos e econômicos e não apenas nos textos de caráter científico, ou seja, a ciência também foi utilizada para corroborar informações de acordo com

interesses. No estudo, em 34,1% das 116 reportagens analisadas qualitativamente houve identificação de explicação científica. Além disso, em geral, o tema foi apresentado como positivo ao produtor brasileiro (67,2% das reportagens), pois ele se mostrou relacionado a benefícios que serão somados, principalmente econômicos.

Na divisão de enquadramento, 45,7% das reportagens foram enquadradas como científicas e 37,9% como econômicas, ou seja, esses são os dois enfoques principais que despertaram o interesse das revistas especializadas. A maior publicação de temas científicos esteve relacionada ao crescente número de pesquisas na área como também ao perfil difusionista, extensionista e educativo do jornalismo rural. Nas reportagens analisadas ficaram claros os elementos que comprovam que esse perfil é presente nas publicações especializadas até os dias de hoje. Por outro lado, os textos de perfil econômico relacionaram o bem-estar animal, principalmente, a interesses comerciais da iniciativa privada ou pública.

As questões políticas se mostraram irrelevantes, com pouquíssimas reportagens sobre o tema, confirmando a falta de perfil político do jornalismo rural. Mais do que isso, mostraram a continuidade do formato estabelecido de jornalismo rural, com poucas tentativas para renová-lo. O maior debate sobre temas políticos poderia ser um exemplo de mudança, mas não houve interesse.

Verificou-se que o tratamento midiático dado ao tema foi agregando conhecimento ao longo da década. No início, foi citado na cobertura de eventos técnicos e reportagens de panorama econômico. No final do período, verificou-se a existência de amplas reportagens debatendo o tema, com diversos aspectos e maior diversidade de fonte. Pode-se constatar um amadurecimento do jornalismo rural ao se tratar de bem-estar animal.

Pode-se concluir que se há maior percepção da sociedade para o tema, a mídia foi um dos agentes que contribuiu para essa disseminação. A crescente abordagem, as matérias extensionistas e educativas, detalhando as práticas que podem ser incorporadas, e as reflexões com base nas exigências econômicas internacionais contribuíram para que a cadeia produtiva, principalmente a de carne bovina, avaliasse o bem-estar e suas implicações. A mídia fez parte da mudança da percepção pública do bem-estar animal durante a década analisada e a mídia especializada tem dado a sua

contribuição, principalmente por divulgar o tema de forma positiva como foi comprovado a partir da investigação das revistas especializadas do setor.

Espera-se que esse trabalho traga esclarecimentos sobre a divulgação do bem-estar animal na mídia especializada e que o estudo possa ser ampliado para outras mídias e outras implicações do tema. Da mesma forma, há a expectativa de que novos estudos sejam feitos para análise das práticas do jornalismo rural, baseando-se na divulgação e histórico de outros assuntos de importância para o setor.

REFERÊNCIAS

ANDI. **Mídias e Políticas Públicas de Comunicação**. Brasília: Andi, 2007. 225p. Disponível em <http://www.andi.org.br/politicas-de-comunicacao/publicacao/midia-e-politicas-publicas-de-comunicacao> . Último acesso em 11/06/2005.

ANUALPEC 2013. Anuário da pecuária brasileira. São Paulo: Argos Comunicação FNP, 2013.

ASBIA. Associação Brasileira de Inseminação Artificial. **Evolução da inseminação artificial no Brasil. Nacional e Importado - Período de 1981 – 2001**. São Paulo: Asbia, 2001. 6p. Relatório.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4ed. Lisboa: Edições 70, 2009. 281 p.

BERTOLLI FILHO, C. Elementos fundamentais para a prática do jornalismo científico. BOCC. **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, v.1, p.1-32, 2006.

BONAMIGO, A.; BONAMIGO, C.B.S.S.; MOLENTO, C.F.M. Atribuições da carne de frango relevantes ao consumidor: foco no bem-estar animal. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v.41, n.4, p.1.044-1.050, 2012.

BORIN, J.; VEIGA, J.E. **Brasil Rural na virada do milênio – a visão de pesquisadores e jornalistas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Último acesso em 30/06/2015

BRAUN, Â. **Contribuição ao estudo da cobertura da temática da transgenia na grande imprensa: o caso da revista Globo Rural**. 2006. 75p. (monografia) - Faculdade de biblioteconomia e comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

BROOM, D.M. Indicators of poor welfare. **British Veterinary Journal**, v.142, p.524-526, 1986.

BROOM, D.M.; FRASER, A.F. **Comportamento e bem-estar de animais domésticos**. Tradução Carla Forte Maiolino Molento. 4ed. Barueri, SP: Manole: 2010. 437p.

BROOM, D.M.; MOLENTO, C.F.M. BEM-ESTAR ANIMAL. Conceito e questões relacionadas – revisão. **Archives of Veterinary Science** v.9, n.2, p.1-11, 2004.

BUENO, W. C. Jornalismo, agronegócio e crises plantadas in http://www.comunicacaorural.com.br/comunicacaorural/artigos/jornalismo_agrobusiness/artigo4.php. Acessado em 12/10/2014

BUENO, W.C. Jornalismo científico, lobby e poder. In: **Parcerias Estratégicas. Ministério das Ciências e Tecnologia**. n13, 2001.

BURKETT, W. **Jornalismo Científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990. 229 p.

CALDAS, M.G.C. Jornalistas e cientistas: a construção coletiva do conhecimento. **Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: PósCom-Umesp, n.41, p.39-53, 2004.

CANDOTTI, E. Ciência na educação popular. In: MASSARANI, L; MOREIRA, I; BRITO, F. (org). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: : Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.

CAPOZOLI, U. A divulgação e o pulo do gato. In: MASSARANI, L; MOREIRA, I; BRITO, F. (org). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: : Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.

CAVALCANTI, F. Contra a corrente. In: MASSARANI, L; MOREIRA, I; BRITO, F. (org). **Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: : Casa da Ciência - Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fórum de Ciência e Cultura, 2002.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**; tradução Angela S. M. Correa. São Paulo: Contexto, 2007. 283 p.

CHIQUITELLI Neto, M.; PARANHOS DA COSTA, M.J.R.; PÁSCOA, A. G. e WOLF, W. (2002). Manejo racional na vacinação de bovinos Nelore: Uma avaliação preliminar da eficiência e qualidade do trabalho. In: L.A. Josahkian (ed.) Anais.. do 5º Congresso das Raças Zebuínas. ABCZ: Uberaba-MG, 2002, p. 361-362

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Fórum Nacional Permanente da Pecuária de Corte. **Balço da Pecuária de Corte 1994 a 2009**. Brasília: CNA, 2009.

DIAS, C.P.; SILVA, C.A.; MANTECA, X. **Bem-estar dos suínos**. Londrina: O Autor, 2014. 403p.

DIAS, J.C. **A imprensa rural no Brasil. Mais histórias da agricultura e da propaganda agrícola**. São Paulo: Barleus, 2011. 183p.

DUNCAN, I.J.H. The changing concept of animal sentience. **Applied Animal Behaviour Science**, n.100, p11-19, 2006.

ESTEVEVES, B. Entre promover e fiscalizar. **Questões da ciência**. 16 de junho de 2015. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/blogs/questoes-da-ciencia/geral/entre-promover-e-fiscalizar>. Último acesso em 20/07/2015.

FAWC. **Farm animal welfare in Great Britain: Past, present and future. 2009.** p. 1-59. Disponível em <https://www.gov.uk/government/groups/farm-animal-welfare-committee-fawc>. Último acesso em 20/06/2015.

FELÍCIO, P.E. Fatores que influenciam na qualidade da carne bovina. In: A. M. Peixoto; J. C. Moura; V. P. de Faria. (Org.). **Produção de Novilho de Corte**. Piracicaba: FEALQ, 1997, v. Único, p.79-97.

FONSECA JÚNIOR, W.C. Análise de Conteúdo. In: DUARTE,J.; BARROS, A.(Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005, p. 280-304.

FORMIGUIERI, R. **Efeito da ractopamina e da imunocastração no bem-estar animal e nas propriedades da carne suína**. 2012. Dissertação (Mestrado em Tecnologia de Alimentos) - Universidade Estadual de Campinas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2012.

FRANCO, B.M.R. **Perspectivas em bem-estar animal: foco em frangos de corte**. 2014. 112f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

FRANCO, M. Aftosa. Uma bomba de múltiplo impacto. **DBO**, v.301, p.64-76, nov 2005.

FRASER, D.; KHARB, R.M.; MCCRINDLE, C. ; MENCH, J.; PARANHOS DA COSTA, M; PROMCHAN, K.; SUNDRUM, A.; THORNBUR, P.; WHITTINGTON, P.; SONG, W. **Capacitação para implementar boas práticas de bem-estar animal. Relatório do Encontro de Especialistas da FAO**. FAO. Roma, 2009. 60 p.

GRANDIN , T. Animal welfare and society concerns finding the missing link. *Meat Science*. v.98, n.3, p461-469. 2014. Disponível em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0309174014001314> Último acesso em 01/07/2015

GRANDIN, T; JOHNSON, C. **O bem-estar dos animais**. Tradução: Angela Lobo de Andrade. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. 334p.

GRANDIN, T. **.Braslo - Animal Welfare Workshop 2007**. São Paulo: Braslo, 2007

GRANDIN, T.. **Interpretation of the OIE General Principles for Animal Welfare for Livestock and Poultry Production**. In: www.grandin.com/interpretation.OIE.general.principles.for.animal.welfare.html

GRANDO, L. O que parecia imposição virou ferramenta de gestão. **DBO**, v.381, p 122-125, jul. 2012.

HÖTZEL, M.J. **Sustentabilidade na agricultura e bem-estar animal: a interface social**. In: Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-estar Animal, 3, 2014, Curitiba. Anais... Brasília: CFMV, 2014. p. 98-103. Disponível em <http://portal.cfmv.gov.br/portal/uploads/anaisIII.pdf>. Último acesso em 04/07/2015

KÖBRICH, C; ITURRA, L; ALLENDE, A. Iniciativas para promover el bienestar animal en Latinoamérica. In: Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-estar Animal, 3, 2014, Curitiba. Anais. Brasília: CFMV, 2014, p. 55-59. Disponível em <http://portal.cfmv.gov.br/portal/uploads/anaisIII.pdf>. Último acesso em 04/07/2015

KOLLING, P. **A recepção das informações jornalísticas ambientais do programa Globo Rural : os sentidos produzidos por agricultores familiares do município de Santa Rosa (RS)**. 2006. 295f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Rosa, 2006.

KUNCZIK, M. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul**: tradução Rafael Varela Jr. 2ed. São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 2002.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 3ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LAGE, N. **Estrutura da notícia**. 6ed. São Paulo: Ática, 2006. 78p.

LAGE, N. **Linguagem jornalística**. 8ed. São Paulo: Ática, 2006. 94p.

LETA, J. Indicadores de desempenho, ciência brasileira e a cobertura das bases informacionais. Rev. USP, São Paulo, n. 89, maio 2011. Disponível em http://rusp.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892011000200005&lng=es&nrm=iso. Último acesso em 20/06/2015.

MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**; tradução de Cecília P. de Souza e Silva, Décio Rocha – 6ed. São Paulo: Cortez, 2011. 229p.

MARCUSCHI, L. A. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: **INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação**, ano XIV, n.64, p.74-92, 1991.

MARKETING RURAL. **Podem não gostar, mas respeitam**. Marketing Rural. Gessuli, 1982.

MCMAHAN, J. Comer Animais com Amabilidade. **Os Animais têm direitos? Perspectivas e Argumentos**. Pedro Galvão (Org.) Lisboa: Dinalivro, 2011 239p.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica** ; tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros: 1999. 267p.

MEDEIROS, F.N. da S. As páginas de ciência de *prestige papers* brasileiros na cobertura dos transgênicos em anos de 'hype' (1999-2000). **Intercom. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v.20, n.1, p.71-93, 2007.

MOLENTO, C.F.M. Bem-estar de animais de produção: perspectiva Brasileira. **Revista CFMV**, v.56, p.19-23, 2012.

MOLENTO, C.F.M. Bem-estar e produção animal: aspectos econômicos – revisão. **Archives of Veterinary Science**, v.10, n.1, p.1-11, 2005.

OIE. World Organization for Animal Health. Terrestrial animal health code. 24th. Ed. Paris: World Organization for Animal Health, 2015. V.1. Disponível em: <http://www.oie.int/en/international-standard-setting/terrestrial-code/access-online/>. Último acesso em 20/07/2015

OLIVEIRA, V. de C. Questões metodológicas da comunicação rural: notas para debate. In: CANUTO, J.C.; SILVEIRA, M.Â. **Estudos de comunicação rural**. São Paulo: Loyola, 1988.

ORLANDI, E.P. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana in: **Produção e Circulação do Conhecimento Estado, Mídia e Sociedade**. Eduardo Guimarães (org.). Vol. 1. Pontes Editora, 2001.

PARANHOS DA COSTA, M.J.R.; CHIQUITELI NETO, M.; ROSA, M. S.; SILVA, E. V. Comportamento e manejo de bovinos para melhorar a eficiência da produção e qualidade da carne e do couro. In: Simcorte, IV, 2004, Viçosa, MG, 2004. **Anais...** Viçosa: UFV, 2004.

PARANHOS DA COSTA, M.J.R.; CROMBERG, V.U. . Alguns aspectos a serem considerados para melhorar o bem-estar de animais em sistema de pastejo rotacionado. In: PEIXOTO, A.M., MOURA, J.C. E FARIA, V.C. **Fundamentos do Pastejo Rotacionado**, FEALQ: Piracicaba, 1997.

PARANHOS DA COSTA, M.J.R., HUERTAS, S.M., GALLO, Cl., COSTA, O.A.D., Strategies to promote farm animal welfare in Latin America and their effects on carcass and meat quality traits. **Meat Science**. v.92, p.221-226, 2012.

PARANHOS DA COSTA, M.J.R.; COSTA E SILVA, E.V.; CHIQUITELLI NETO, M.; ROSA, M.S.. Contribuição dos estudos de comportamento de bovinos para implementação de programas de qualidade de carne. In: F.da S. Albuquerque (org.) **Anais do XX Encontro Anual de Etologia**, p.71-89, Sociedade Brasileira de Etologia: Natal-RN, 2002.

PARANHOS DA COSTA, Mateus J.R. Iniciativas conduzidas no Brasil para promover o bem-estar de animais de produção. In: Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-estar Animal, 3, 2014, Curitiba. **Anais...** Brasília: CFMV, 2014. p.60-63. Disponível em <http://portal.cfmv.gov.br/portal/uploads/anaisIII.pdf>. Último acesso em 04/07/2015

PENA, F. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005. 235p.

PFEIFFER, C. Escola de divulgação científica in: **Produção e Circulação do Conhecimento Estado, Mídia e Sociedade**. Eduardo Guimarães (org.). V1. CIDADE Pontes Editora, 2001.

PINTO, M. Fontes jornalísticas: Contributos para o mapeamento do campo. Comunicação e Sociedade 2, **Cadernos do Noroeste**, Série Comunicação, v.14, n1-2, p.277-294, 2000.

PORCHER, J. "Você liga demais para os sentimentos" "Bem-estar animal", repressão da afetividade, sofrimento dos pecuaristas. **Production**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 35-44, Dec. 2004.

RESENDE, J.V. **Construtores do Jornalismo Econômico: da cotação do boi ao congelamento de preços**. São Paulo: SAA APTA, 2003. 356p.

RIGOLIN, M.E.S.; RIGOLIN, L.S. **Viabilidade de Sistemas Silvopastoris no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-estar Animal, 3, 2014, Curitiba. **Anais...** Brasília: CFMV, 2014. p. 87-94. Disponível em <http://portal.cfmv.gov.br/portal/uploads/anaisIII.pdf>. Último acesso em 04/07/2015

ROSA, M.E. A Objetividade e a Subjetividade Jornalística: Elementos Condutores na Produção do Jornalismo Impresso. **Reflexões para o ensino de jornalismo no Brasil: algumas abordagens**. Fabiano Ormaneze e Rogério Eduardo Rodrigues Bazi (orgs) Campinas: FNPJ. 2014. 107p.

SANT'ANNA, A.C.; PARANHOS DA COSTA, M.J.R.. Como as práticas de BEA podem melhorar a bovinocultura moderna. In: Simpósio da Ciência Animal Escola de Veterinária da UFMG, 1, Belo Horizonte, 2009. **Anais...** Belo Horizonte, UFMG, 2009

SOUZA, M.C.G.L. **Consumo Sustentável de Carne: um estudo exploratório da reação dos consumidores às informações sobre maus tratos com animais de produção**. Rio de Janeiro, 2011. 158p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

TEIXEIRA, M. Pressupostos do jornalismo de ciência tal como é praticado no Brasil e suas repercussões no modo da cobertura. In: **Parcerias Estratégicas. Ministério da Ciência e Tecnologia**. n.13, p.322-329, 2001.

TONSOR, G. T.; OLYNK, N. J. Impacts of Animal Well-Being and Welfare Media on Meat Demand. **Journal of Agricultural Economics**, v. 62, n. 1, p. 59–72, 2011

VAN DE WEERD H, SANDILANDS V. Bringing the issue of animal welfare to the public: A biography of Ruth Harrison (1920-2000). **Applied Animal Behavior Science** v.113, p.404-410, 2008.

VELARDE, A.; FERRARA, M. EU Animal Welfare Directives. In: Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-estar Animal, 3, 2014, Curitiba. **Anais...** Brasília: CFMV, 2014. p. 144-148. Disponível em <http://portal.cfmv.gov.br/portal/uploads/anaisIII.pdf>. Último acesso em 04/07/2015

VIMIEIRO, A.C.S.C. **Cultura Pública e Aprendizado Social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)**. 2010, 232f. Dissertação (mestrado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

VREESE, C.H.V. News framing: theory and typology. **Information Design Journal + Document Design**. v.13, n.1, p.51-62, 2005.

WEERD, H. V.; SANDILANDS, V. Bringing the issue of animal welfare to the public: A biography of Ruth Harrison (1920–2000). **Biography/Applied Animal Behaviour Science** v.113 , p.404–410, 2008.

WEISE, A.F. Para compreender o jornalismo literário. **Observatório da Imprensa**, edição 730, diretório acadêmico. Publicado em 22/01/2013. Acesso: http://observatoriodaimprensa.com.br/diretorio-academico/_ed730_para_compreender_o_jornalismo_literario/. Último acesso em 11/06/2015.

YASSU, F. Agricultura muda a pecuária em Tocantins. **Revista DBO**, Ano 32, n.292, p.118-122, junho de 2013.

Reportagens que fizeram parte da amostra e foram citadas

ÁVILA, V. Em busca do pasto perfeito. **Dinheiro Rural**, v.86, p.30-33, dez. 2011.

BEZERRA, J.A. Produção qualificada. **Globo Rural**, v.266, p.65-68, dez 2007.

CAMPOS. J.M.N. Lã é boa proteção no pastejo ao sol. **DBO**, v.345, p.74-75, jul 2009.

CARVALHO, D. Bem-estar leva pecuaristas à sala de aula. **DBO**, v.367, p.98-102, maio 2011.

COSTA, D. Além do céu de Boituva. **Dinheiro Rural**, v.89, p.72-75, mar 2012.

DBO. Sugestões práticas que facilitam o manejo. **DBO**, v.328, p.28, fev 2008.

DINHEIRO RURAL. O Foie Grass Brasileiro. **Dinheiro Rural**, v.9, p.35, jul 2005.

FORTES, G. De olho na exportação, central dá largada. **DBO**. v.300, p.108, out 2005.

FORTES, G. Sai a primeira norma sobre o novilho precoce. **DBO**, v.321, p.30, jul 2007.

FRANCO, L. Rebanho de Futuro. **Globo Rural**, v.290, p.34-41, Dez 2009.

FRANCO, M. Ajustes finos em novas tecnologias. **DBO**, v.307, p.42-44, maio 2006.

FRANCO, M. Bem-estar torna-se meda forte para frigoríficos. **DBO**. São Paulo, v.306, p.30-34, abr 2006.

FRANCO, M. Conforto também é bom para o bolso. **DBO**, v.306, p.54, abril 2006.

FRANCO, M. EUA faz pecuária de precisão para ajustar-se ao mercado. **DBO**, v.379, p.74-78, maio 2012.

FRANCO, M. Eurepgap volta à ordem do dia na pecuária. **DBO**, São Paulo, v.314, p.12-14, dez 2006b.

FRANCO, M. Ingleses visitam Frigoclass. **DBO**, São Paulo, v.305, p.38, mar 2006a.

FRANCO, M. Mudança na indústria, tema central do Interconf. **DBO**, v.348, p.20-22, out 2009.

FRANCO, M. Novo SISBOV é apresentado em Congresso das raças zebuínas. **DBO**, v.302, p.16-17, dez 2005.

- FRANCO, M. Oportunidade histórica. **DBO**, v.312, p.26-27, out 2006.
- FRANCO, M. Um caso de sucesso em pastejo contínuo sustentável. **DBO**, v.337, p.48, nov 2008.
- GLOBO RURAL. Abate após semi-confinamento. **Globo Rural**, v.309, p.88, jul 2011.
- HARTMANN, A. Curso ensina a julgar carcaça bovina. **DBO**, v.323, p.37, set 2007.
- JOSÉ, M. Expectativas otimistas para o ano. **DBO**, v.378, p.36-42, abr 2012.
- JOSÉ, M. Renda mundial favorece Brasil no curto prazo. **DBO**, v.309, p.10-11, jul 2006.
- KISSA, J. No conforto do lar. **Globo Rural**, v.277, p.8-9, nov 2008.
- MESQUITA, A. Árvores na integração tradicional. **DBO**, v.365, p.78-80, mar 2011.
- NASCIMENTO, S. Sombra e água fresca. **Globo Rural**, v.308, p.44, Junho 2011.
- PALACI, C. Carne premium, a partir do Brangus precoce. **DBO**, v.338, p.24-27, dez 2008.
- RODRIGUES, C. Reacomodação dos preços nas pistas da Expozebu. **DBO**, v.380, p.54-58, jun 2012.
- SILVA, E. Festa no galinheiro. **Globo Rural**, v.336, p.42, out 2013.
- TAGUCHI, V. Transformação no cerrado. **Globo Rural**, v.312, p.38-43, out 2011.
- TOLEDO, L.R. Bife de Grife. **Globo Rural**, v.230, p.18-19, dez 2004.
- VEIGA, P. Zootecnia dos EUA investe em atualização. **DBO**, v.299, p.136-138, set 2005.
- VIEIRA, R. Desmama sem trauma. **DBO**, v.381, p.98-100, jul 2012.
- VILELLA, R. Planejamento, chave para evitar hematomas na carcaça. **DBO**, v.389, p.78-80, mar 2013.
- VILLELA, R. Chega ao Brasil a norma ABM Global. **DBO**, v.319, p.26-27, maio 2007.
- VILLELA, R. Eucalipto garante conforto no confinamento. **DBO**, v.374, p.64, dez 2011.
- VITA, G. Nelore Natural em nona edição. **DBO**, v.345, p.24-25, jul 2009.
- YASSU, F. Bertin reforça presença no Mato Grosso do Sul. **DBO**, v.349, p. 30, nov 2009.
- ZEPPEL, P.; WAINSTEINS, D. Os cortes do Marfrig. **Dinheiro Rural**, v.23, p.58-60, set 2006.

ANEXOS

Anexo 1

Publicações especializadas em jornalismo rural até 1928	
Ano	Título
1833	Auxilidor da Industria Nacional
1853	Revista Polytechnica
1853	O Agricultor Brasileiro
1856	O Agrário
1860	O Agricultor Paulista
1863	Brasil Agricola, Industrial, Comercial, Científico, Litterário
1866	O Agricultor Bahiano
1867	Revista do Intituto Polytechnico Brasileiro
1867	Revista de Horticultura
1869	Revista Imperial Instituto Fluminense de Agricultura
1875	Jornal da Lavoura
1876	Revista Trimensal da Associação Brasileirade Aclimação
1876	Revista Agricola e Commercial
1877	Noticiário da Associação Brasileira de Aclimação
1879	Jornal do Agricultor
1881	O Agricultor Progressista
1881	O Agricultor Sergipano
1882	Boletim da Sociedade Auxiliadora da Agricultura
1885	O Agrario
1889	O Lavrador
1891	Boletim da Estação Agronomica de Campinas
1895	Revista Agricola
1897	A Lavoura
1897	Revista Agricola do Rio Grande do Sul
1898	Revista Agricola
1898	Boletim do Instituto Agronomico de Campinas
1898	Boletim dos Sindicatos Agricolas dos Estados Assucareiros
1899	O Agronomo
1899	O Agricultor
1900	Boletim da Agricultura
1900	Revista Agricola da Rio Grande do Sul
1901	Revista Agricola
1901	Revista de Commercio, Finanças, Industria e Agricultura
1901	Jornal dos Agricultores
1903	União dos Lavradores
1903	O Agricultor Tropical
1903	O Agricultor Prático
1903	Boletim da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia
1904	Revista Agricola Commercial Industiral Mineira

1905	Revista Agricola/SC
1905	Revista Agricola/SE
1905	Revista do Centro Gaucho de Bagé
1906	O Criador Paulista
1906	Revista do Centro Economico do Rio Grande do Sul
1906	O Lavrador
1906	Revista Agricola da Fronteira
1906	O Sericicultor
1906	Boletim Agricola
1907	Boletim Colonial Agricola do Estado do Paraná
1907	Boletim da Directoria de Industria e Commercio
1907	Boletim da União dos Syndicatos Agricolas de Pernambuco
1907	Revista da Sociedade Matogrossense de Agricultura
1907	Lavoura Paraense
1908	Italia e Brasile
1908	O Immigrante
1908	O Fazendeiro
1908	O Aprendiz Agricola
1908	O Café
1908	O Entomologista Brasileiro
1908	Os Lamentos da Lavoura
1908	A Propaganda
1908	A Evolução Agricola
1908	Avicultura Industrial
1909	Revista da Lavoura do Commercio e da Industria
1909	O Agrario
1909	O Rio Grande Agricola, Commercial e Industrial
1909	O Solo - Revista Agricola do Centro Luiz de Queiroz
1910	A Fazenda
1910	Chacaras e Quintais
1910	Correio Agricola
1910	La Revista Coloniale
1911	Revista de Veterinária e Zootechnia
1911	Paraná Agricola
1911	Agronomo
1911	Boletim do Posto Experimental de Avicultura
1911	Boletim Agricola de Pernambuco
1912	Boletim do Ministério da Agricultura, Industria e Commercio
1912	Casa do Lavrador
1912	O Agrário
1912	Campos e Lavras
1912	Avicultura
1912	Agricultura e Pecuária
1913	A Estancia
1913	Boletim da Estação Experimental de Canna de Assucar

1913	Agricultura
1914	Revista Agricola Quinzenal Illustrada
1914	L'Agricultura Paulista
1914	A Semana Agricola
1914	A Charrua
1915	A Cidade e os Campos
1916	A Fazenda Moderna
1916	Boletim Mensal da Sociedade Mineira de Agricultura
1916	Brasil Agricola
1916	Egatea
1916	O Milho
1916	Lavoura e Criação
1916	A Seringueria
1916	Progredior
1917	Vida Gaucha
1917	Revista Médico - Veterinária
1918	Revista do Commercio e Industria do Rio Grande do Sul
1918	Revista Agro - Pacuaria
1918	Gazeta do Agricultor
1918	Ceres
1918	O Sul Rural
1918	Avicultura Moderna
1918	O Programma
1918	Revista dos Fazendeiros
1919	Archivo da Escola Superior de Agricultura
1919	Lavoura e Commercio Illustrado
1920	Minas Agricola
1920	O Arador Brasileiro
1920	Annaes da Sociedade Rural Brasileria
1920	Revista da Agricultura
1921	A Folha da Lavoura
Fonte: DIAS, 2011	

Anexo 2

Revistas especializadas em jornalismo rural a partir de 1929	
1929	Agricultura e Pecuária
1930	Revista dos Criadores
1935	Gado Holandês
1943	Coopercotia
1960	Correio Agropecuário
1960	Dirigente Rural
1976	Agricultura e Cooperativismo
1978	Lavoura Pecuária
1979	Hippus
1980	Agropecuária Tropical
1986	Leite B
1987	Guia Rural
1987	Manchete Rural
1990	Pecuária de Corte 1
1990	Produtor Rural
1992	Horse Business
1994	Imagem Rural Leite
1997	Agropecuária Centro Oeste
1997	Gado Simental
1998	Produtor Parmalat
1998	Courobusiness
1998	Negócios Agrícolas
1999	Panorama Rural
1999	Revista Angus
1999	Campo
2000	Cultivar Hortaliças e Frutas
2001	Agrinova
2001	Tecnologia de gestão pecuária
2001	Cultivar Máquinas
2002	Melhore
2003	Futuros Agronegócios
2003	Brahman Repórter
2003	Cultivar Bovinos
2004	Pecuária Completa
2004	Angus reporter
2004	Cerrado rural
2008	Terra Viva
2010	Inforleite
2010	Leite Sustentavel
2010	O Celeiro
2010	Produtor Bom Gosto
2010	CAnchim

1945	A Granja
1950	Balde Branco
1964	Avicultura Brasileira
1976	Revista Nacional da Carne
1977	Informe Agropecuário
1979	Suinocultura Industrial
1981	Agroanalysis
1982	DBO
1983	Mangalarga
1985	Quarto de Milha
1986	Globo Rural
1988	Revista Agropecuária Catarinense 1988
1989	Revista Horse
1991	Leite e Derivados
1992	Nelore
1996	Industria de Laticínios
1997	AG
1997	Rural
1999	Cultivar
1999	Safra
1999	Girolando
2000	Pecuária Brasil
2001	Revista ABCZ
2001	Leite DPA
2002	porkworld
2002	Lavoura Arrozeira
2002	Mundo do Leite
2003	Dinheiro Rural
2005	Produz
2004	Revista Plantar
2004	Agro DBO
2005	Agrimotor
2006	Leite Integral
2006	Revista Cabra & Ovelha
2009	Gir Leiteiro
2010	Batavo
2010	Produtor Itambé
2011	Beefworld
2011	Agrorevenda 1
2011	A Revista do Ovo
2011	Revista Bio Massa e Energia
2011	Revista Leite
2011	Paraná rural
2011	Revista Agro e Negocio

Fonte: Elaboração da autora